

*A que sabe um Sumol
a 2.200 metros de altitude?*

**Redes, Identidade e Integração Social dos Portugueses Emigrados
em Andorra**



Autoria

Magda Santos Matias

Direcção e Coordenação Institucional

Joan Micó, Director do Centre de Recerca Sociològica do Institut d'Estudis Andorrans, IEA, Andorra

Coordenação Académica

Prof. Dr. Fernando Luís Machado, ISCTE, Lisboa

Lisboa, Dezembro de 2006

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
PERGUNTA ANALÍTICA / OBJECTIVOS	10
PRINCÍPIOS ORIENTADORES / HIPÓTESES	11
METODOLOGIA	13
MIGRAÇÕES	16
1. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS TEÓRICOS	16
1.1. AS TEMPORALIDADES DAS MIGRAÇÕES	16
1.2. MIGRAÇÃO LABORAL E PROFISSIONAL	19
1.3. POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO	20
1.4. FASES DO CICLO MIGRATÓRIO	22
1.5. AS REDES SOCIAIS NO PROCESSO MIGRATÓRIO	23
1.6. A CONTINUIDADE DO MOVIMENTO MIGRATÓRIO NO ESPAÇO E NO TEMPO	25
2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: ONTEM E HOJE	28
2.1. FACTORES DE «ATRACÇÃO» E FACTORES DE «REPULSÃO»	28
2.2. DESTINOS DA EMIGRAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS FLUXOS	29
2.3. CARACTERÍSTICAS ACTUAIS DOS FLUXOS	33
A IMIGRAÇÃO EM ANDORRA	36
3. ANDORRA, UM PAÍS DE IMIGRANTES	36
3.1. DADOS GERAIS	36
3.2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	36
3.3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA, RUPTURA E EMIGRAÇÃO	37
3.4. REVOLUÇÃO ECONÓMICA	38
3.5. O FENÓMENO DA IMIGRAÇÃO EM ANDORRA	40
3.5.1. Nacionalidade e Imigração	40
3.5.2. A condição da “temporada”	41
3.6. JURISDIÇÃO RELATIVA À IMIGRAÇÃO	42
3.6.1. Normativas sobre imigração	42
3.6.2. Acesso à nacionalidade	44
4. PERFIL SOCIOGRÁFICO DO COLECTIVO PORTUGUÊS	46
4.1. EVOLUÇÃO MIGRATÓRIA DA POPULAÇÃO PORTUGUESA	46
4.2. DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E IDADE	48
4.3. PROCEDÊNCIA TERRITORIAL DOS EMIGRANTES	49
4.4. REGRESSO E TEMPO DE PERMANÊNCIA	52
4.5. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA	55
4.6. ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA	56
4.7. DISTRIBUIÇÃO POR ACTIVIDADE PROFISSIONAL	57
EMIGRANTES PORTUGUESES EM ANDORRA: DISCURSOS E CONTEÚDOS	61
5. ENTREVISTAS	61
5.1. METODOLOGIA	61
5.2. GUIÃO DE ENTREVISTA	63

5.3. CARACTERIZAÇÃO E PERFIL SOCIOGRÁFICO DOS ENTREVISTADOS	63
5.4. IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E CODIFICAÇÕES	65
6. REDES SOCIAIS	66
6.1. SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA PREVIA À EMIGRAÇÃO	67
6.2. MOTIVOS	67
6.3. REDES FAMILIARES, AFECTIVAS E RELACIONAIS NA MIGRAÇÃO	68
6.3.1. Utilização das redes sociais na 1ª residência	69
6.3.2. Utilização das redes sociais na obtenção de emprego	70
6.4. RELACIONAMENTO INTRA-ÉTNICO	71
6.5. RELACIONAMENTO INTERÉTNICO	72
7. INTEGRAÇÃO SOCIAL	74
7.1. DIMENSÃO ECONÓMICO-LABORAL	75
7.1.1. Fazer os “papéis” e encontrar trabalho	76
7.1.2. Percepção do mercado laboral	78
7.1.3. Satisfação com o emprego	81
7.1.4. Criação de empresas	82
7.1.5. Condições de habitabilidade	84
7.1.6. Capacidade de poupança	85
7.2. DIMENSÃO POLITICO-JURÍDICA	88
7.2.1. O direito de voto	88
7.2.2. Aquisição de nacionalidade	90
7.2.3. Política de Imigração	91
7.2.4. Estatuto jurídico	91
7.2.5. Protecção Social	92
7.3. DIMENSÃO LINGUÍSTICO-CULTURAL	92
7.3.1. Adaptação ao país	92
7.3.2. Conhecimento da língua catalã	93
7.3.3. Escolha do sistema escolar para os filhos	94
7.3.4. Férias	95
7.3.5. Tempos livres	96
7.3.6. Comércio português	97
7.3.7. Hábitos alimentares e de consumo	98
7.3.8. Religião	100
7.4. DIMENSÃO CÍVICA-ASSOCIATIVA	101
7.4.1. Associações	101
7.4.2. Instituições e Cidadania	104
7.4.3. Conhecimento e participação nas actividades lúdicas e cívicas	105
8. IDENTIDADE	106
8.1. SENTIMENTO DE PERTENÇA	106
8.2. IMAGEM QUE TEM DO COLECTIVO PORTUGUÊS	108
8.3. IMAGEM SOCIAL DO COLECTIVO PORTUGUÊS	110
8.4. IMAGENS SOBRE A EMIGRAÇÃO	110
8.5. RELAÇÃO PARA COM O PAÍS E SOCIEDADE DE ORIGEM	112
8.6. RELAÇÃO PARA COM O PAÍS E SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO	113
8.7. MEMÓRIAS	115
8.8. REGRESSO	116
9. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES	118
CONCLUSÃO	125
BIBLIOGRAFIA	128
ANEXOS	131

DEDICATÓRIA

À minha mãe.

Deixaste-nos cedo mas viveste com uma força e alegria que contagiava qualquer pessoa que contigo convivesse. Era uma energia que parecia colar-se. Iluminavas.

Se soubesses como todos te recordam; ou porque não era comum naquela época estudar com dois filhos, ou lembram-se da sindicalista que se revezava para ajudar e esclarecer os trabalhadores mais desfavorecidos, outros ainda falam-me da autarca que combateu por um município mais justo, social e equilibrado.

Também eu te recordo, vezes sem conta. Aqui, uma vez mais.

Eu sei, sinto que ainda estás de alguma forma presente. Não te preocupes mais, neste momento outra Estrela me acompanha.

Lê estas páginas, agora que finalmente descansas e tens todo o tempo do mundo.

AGRADECIMENTOS

Quando, no ano lectivo de 1999-2000, concorri a uma bolsa de estudos Erasmus estava longe de imaginar que essa escolha fosse determinar um interesse pela área da emigração que, como se pode verificar pela feitura desta tese, me acompanhou ao longo dos últimos anos. Esse interesse não foi nítido de imediato. Foi um interesse conduzido pela experiência emigratória que a nível pessoal me marcou muito, sobretudo quando, após a conclusão do quarto ano da licenciatura em Sociologia do ISCTE por via do Programa Erasmus, sou levada a optar pela minha continuidade em territórios da Catalunha, já não com o estatuto protegido de “estudante” mas como residente e, por extensão, como emigrante.

A dificuldade em alugar uma casa ou na simples abertura de uma conta bancária; o viver longe uma doença grave na família; a solidão de nos dias mais cinzentos não ter uma porta amiga para abrir...

Não sei se é positivo que o investigador se sinta próximo do objecto investigado. Mas talvez seja correcto e coerente assumi-lo. Sei que certas sensações só as compreende na totalidade quem as viveu e talvez caiba a algumas dessas pessoas um lugar concreto para o exprimir; este foi o meu lugar, a minha forma de o fazer.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Fernando Luís Machado com quem pude partilhar alguns agradáveis e esclarecedores momentos numa etapa difícil do meu percurso académico e pessoal (neste caso também profissional). Dizer-lhe que me parece estar na profissão certa será talvez o melhor elogio que poderei fazer.

A Joan Micó, Director do CRES (Centre de Recerca y Estudis Sociòlogics) pertencente ao IEA (Institut d'Estudis Andorrans) o meu mais profundo agradecimento por todo o apoio prestado. Sem ele isto teria sido apenas um sonho.

Um último obrigada a todos quantos por mim se cruzaram neste percurso e, em especial, a todos os emigrantes que conheci em Andorra. Só posso agradecer a vossa colaboração, simpatia e hospitalidade. Convosco, a mais de mil quilómetros de Portugal, comi a melhor alheira da minha vida!

Agora leiam. Verão que não é comum, nem entre os mais interessados, ter entre mãos um estudo sociológico realizado por um investigador português a um colectivo português emigrado. Espero contribuir para um melhor conhecimento da forma como os portugueses se estabelecem e se organizam além fronteiras já entrado o séc. XXI. O que pretendo é que apreendam algumas realidades longe vividas e que outros, se revejam nas muitas *histórias* aqui contidas. Espero realmente que algumas das peripécias, preocupações, esclarecimentos, dados, imagens e conclusões desta investigação fiquem retidos na vossa memória e, desejo sobretudo, que disfrutem com a sua leitura. Muito.

«Quando saio é para bem de todos. E tanto a minha mulher como a miúda compreendem que eu estou aqui para bem delas, também, para que não lhes falte nada lá. Custa-me mas sou obrigado a estar e quanto mais entro em contacto mais me custa. Fico...

Tenho um colega meu que não passa um dia sem ligar à mulher e eu não. Custa-me, pronto, porque fico mais ressentido e há pessoas que não. E se estiver assim isolado, sozinho, pior, e não gosto muito de entrar nisso... Como é que se diz? Nessas coisas de estar sempre a telefonar. Estou sempre é morto para que chegue o dia de ir para Portugal! Vou lá todos os meses.

Sinto-me bem em Andorra só que há alturas, por exemplo, os fins-de-semana, são os dias mais complicados. Porque, andando a trabalhar, falo com este amigo, falo com aquele. E o fim-de-semana, que é um dia que a pessoa anda mais isolada, é que vêm certas coisas à memória: lembra-se da família, disto e daquilo, é só isso. Mais ao domingo que no sábado que, por vezes, vamos trabalhar até à uma hora. Uma pessoa sente-se aqui isolado sem família, mas é que é mesmo. Para mim, o domingo, eu já disse à minha mulher, é o dia mais chato da semana E este fim-de-semana vai ser um fim-de-semana complicado. Complicado, isto é... Hoje, por exemplo, está tudo fechado. Amanhã não, amanhã lá para as oito, nove horas da manhã ponho-me a pé, tomo banho, vou para o autocarro e meto-me dar um passeio, vou até ao River, vou ver os supermercados e se houver alguma coisa que me interesse, compro para levar para Portugal. Mas é assim que eu passo o tempo porque se estiver isolado lá dentro do quarto a ver televisão e isso assim... uma pessoa fica paranóica da cabeça. É como agora, por exemplo, que são quatro horas, vou andar aí a espalhar mais um bocadinho que é para fazer tempo, para não me virem coisas à cabeça, escuso de me estar a lembrar mas agora no resto ando porreiro. As saudades deito-as ao canto, tenho de esquecer isso.»

E como de sentimentos não reza a *história*, a todos os emigrantes que comigo partilharam os seus sentimentos mais profundos, um sincero obrigada. Que tudo vos corra pelo melhor.

INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 80 do século transacto que as dinâmicas migratórias portuguesas têm vindo a sofrer algumas alterações. Estas alterações vão no sentido de estabelecer uma recomposição e um certo equilíbrio na balança migratória. País até então eminentemente exportador de mão-de-obra sem qualificações, Portugal conhece de 1973 a 1985 uma redução drástica do número médio anual de saídas, chegando a pronunciar-se o "fim da emigração".

Esta tendência de desaceleração dos fluxos emigratórios portugueses durou pouco mais de uma década. Sensivelmente a meio da década de 80 assiste-se a um novo impulso na saída de trabalhadores, bem como a um aumento exponencial da entrada de cidadãos estrangeiros que equilibra a balança migratória, até então claramente excedentária. Portugal é, na actualidade, um território de dupla configuração: país de emigrantes, ao mesmo tempo que país receptor de imigração.

A par destas alterações nos fluxos migratórios, o próprio perfil do migrante sofre mutações relevantes quer a nível da sua composição étnica, quer a nível dos segmentos do mercado de trabalho que vem a ocupar.

Em Portugal, nas últimas três décadas, a entrada maciça de imigrantes tem sido invariavelmente dirigida para os segmentos menos qualificados do mercado de trabalho¹. E até que ponto essa segmentação não é também segregação laboral no sentido em que se realiza de forma autónoma, ou seja, independente das qualificações desses mesmos imigrantes?

Em relação ao perfil étnico assiste-se a uma maior heterogeneidade dos lugares de proveniência. Até à viragem do século poder-se-ia dizer que o imigrante estabelecido em Portugal falava eminentemente português (com proveniência maioritária dos PALOP² e Brasil) ou era cidadão da União Europeia. Desde o início de 2001 cresce a percentagem de cidadãos extra-comunitários, de outras partes de mundo (como China e Índia) e é reforçada a imigração proveniente do Brasil, sendo ainda particularmente notório o crescente número de imigrantes com origens nos países de Leste da Europa, nomeadamente da Ucrânia, Bulgária e Roménia.

Neste contexto de fluxos migratórios reformulados, mais heterogéneos e multidireccionais, perfila-se um novo Portugal. E se é certo que a partir dos anos 80 se assiste a um novo impulso na saída de trabalhadores portugueses, impõe-se a pergunta: qual é o Portugal que sai?

¹ Ver, por exemplo, MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades - Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Lisboa, Celta Editora.

² Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Saberemos mais rapidamente responder para onde sai, conhecendo a omnipresença do destino europeu nas actuais rotas migratórias. Mas trata-se de um novo tipo de emigração? Ou mantêm-se os padrões estabelecidos desde há muito, numa emigração de origem rural e com baixos níveis escolares?

É neste quadro conceptual que nos surge Andorra. Este território conhece, precisamente a partir dos anos 80, um crescimento significativo do colectivo português emigrado. A percentagem de portugueses em território andorrano aumenta exponencialmente em princípios dos anos 90, e apesar da estagnação a meio desse decénio, no princípio do novo século os números voltam a aumentar. Em 2004, a população portuguesa perfaz 13% da população total num aumento anual de 27% do número do seu colectivo. Em 2005, a população portuguesa estima-se em 11.294 indivíduos, o que supõe 14% da população total, num aumento de 13% relativamente ao ano transacto.

Desta forma, Andorra impõe-se, quase que por si mesma, como um excelente material de trabalho, terreno ideal para conhecermos um pouco mais a fundo parte desse novo Portugal migrante. Ao longo das páginas que se seguem devemos, no entanto, estar cientes das indissociabilidades do Principado, quer a nível político-administrativo, quer a nível socio-económico, que fazem com que este estudo apresente particularidades que dificilmente poderão permitir extravazamentos ou analogias para com outros países de forte emigração portuguesa. Impõe-se, não obstante, que se conheça a parte para melhor entender o todo. E mais quando esta parte, ou seja, o colectivo português emigrado em Andorra, não foi ainda alvo de qualquer recolha teórica ou trabalho de campo prévio.

Neste contexto, propus-me a um trabalho de pesquisa que incidisse sobre as novas dinâmicas migratórias que se registam em Portugal, em particular sobre o recente fluxo emigratório para Andorra.

O objectivo primeiro é realizar um estudo sobre a massa emigratória portuguesa em Andorra, procurando 1) sistematizar a política imigratória do país de destino; 2) elaborar o perfil sociográfico da população portuguesa nele residente; 3) identificar que tipo de razões possam estar na origem das suas trajectórias migratórias e como se estabeleceram estas; 4) perceber como se processa a sua integração social e 5) apreender algumas características relacionadas com a identidade nas representações sociais que o grupo possa ter de si e da sociedade que os acolheu.

PERGUNTA ANALÍTICA / OBJECTIVOS

O objecto de estudo da presente investigação tem, como sujeito e epicentro, a população portuguesa emigrada no Principado de Andorra. De onde vêm estes emigrantes? O que os levou a emigrar? De que trabalham em Andorra? Como se integram nas diferentes esferas profissionais? Que sonhos têm? Que exigências fazem? Como vivem e com quem se relacionam? Como se estrutura a sua identidade? Como se vêem a si mesmos e aos outros portugueses?

As perguntas são muitas. De forma a tentar responder de uma forma metódica e o mais abrangente possível pretendeu-se com este trabalho, primeiro, elaborar um perfil sociográfico desse conjunto de portugueses e, segundo, analisar a sua situação social. De uma forma geral, estes dois âmbitos de actuação teórica conceptualizam a abordagem perante o mencionado objecto de estudo.

A elaboração do perfil sociográfico pretende responder a questões de cariz marcadamente descritivo, como a evolução migratória, a caracterização demográfica da população portuguesa (sexo, idade, área de residência, etc.) e a situação desta nos vários segmentos do mercado de trabalho andorrano. Nesta primeira parte do trabalho inclui-se também uma recolha da legislação que regula a imigração e o acesso à nacionalidade andorrana.

Para esse efeito, e privilegiando a informação disponível na sociedade de destino, recorre-se a dados estatísticos e documentos publicados pelo Governo Andorrano. Trata-se, aqui, de um trabalho recompilatório, de recolha de vários dados e informações já existentes, ainda que dispersos e pouco tratados.

Por sua vez, a análise da situação social dos portugueses emigrados em Andorra assenta basicamente no estudo de três eixos considerados fundamentais: os processos e meios de migração (trajectos migratórios e redes sociais), a integração social (nas vertentes económico-laboral, político-jurídica, linguístico-cultural e cívico-associativa) e a identidade (relação com a sociedade de origem e de destino, relações intra-étnicas e interétnicas, etc.). O entrosamento destes eixos leva-nos a uma compreensão aprofundada da integração social e dos processos identitários desta população, para além de nos permitir identificar os mecanismos que regulam os fluxos migratórios entre Portugal e Andorra.

Na análise da situação social dos portugueses em Andorra recorri ao uso de diversas metodologias, privilegiando a análise de conteúdo às entrevistas realizadas. Cruzei também

outros dados estatísticos disponíveis (escassos neste âmbito de análise) com observações recorrentes do trabalho de campo.

Fazer entrevistas porque chegar perto das representações identitárias e das percepções do emigrante foi desde logo um outro propósito. Ou seja, e como exemplo, em relação ao estatuto político-jurídico de um emigrante estabelecido em Andorra há quinze anos, para além do enquadramento legal, estritamente teórico, explanado na primeira parte da investigação, interessa perceber como vê *ele* esse estatuto e como se vê a si mesmo perante as esferas político-jurídicas. Nesse âmbito e perante a impossibilidade jurídica de votar, tem conhecimento de tal facto? Caso lhe fosse facultado esse direito cívico, exercê-lo-ia?

A investigação tem um carácter marcadamente descritivo e qualitativo, sendo que as questões que envolvem a análise da situação social apontam no sentido de dotar profundidade à investigação, quer por se introduzirem observações etnográficas sobre a comunidade portuguesa quer por se chegar a um conhecimento da opinião de um leque heterogéneo de membros da mesma.

Começo agora por ir de encontro a algumas das hipóteses que nos acompanham ao longo da investigação. De seguida é feito um enquadramento específico da emigração portuguesa em Andorra, numa vertente temática respeitante a aspectos mais gerais e teóricos que envolvem os processos migratórios, para posteriormente partirmos para uma análise dos movimentos migratórios portugueses em particular.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES / HIPÓTESES

Num trabalho deste tipo, cujo interesse se baseia em encontrar padrões situacionais, comportamentais e identitários (e suas exceções) e cujas conclusões assentam no sentido e na compreensão retiradas ao discurso do universo de entrevistados, mais do que hipóteses, podem-se construir alguns princípios orientadores. Partindo com algumas ideias base ou questões que regem o sentido de escrutínio, pus de lado a estruturação de *hipóteses* como metodologia de trabalho única. Isto porque as *hipóteses* levam ao estabelecimento de correlações e de relações unívocas que em nada enriqueceriam o trabalho, reduzindo precisamente a diversidade que se procura encontrar. Por outro lado, o número e a própria complexidade das dimensões tratadas *versus* quantidade de entrevistas põem de lado qualquer possibilidade do assunto ser tratado exclusivamente desta forma.

Um dos princípios desde logo estabelecidos relaciona-se com a existência de divisões políticas, económicas e culturais que segmentam a sociedade andorrana, relegando – de uma forma hierarquizada e socialmente construída – o colectivo português para posições sociais menos favoráveis. Tratam-se de indissiocracias presentes no Principado como a inexistência do direito de voto e de eleição de representantes políticos, a impossibilidade de constituir empresa própria com menos de vinte anos de residência e a elitização linguística relativa aos catalano-falantes que nos podem levar a pensar numa segmentação política, laboral e cultural em relação à comunidade portuguesa estabelecida em Andorra.

Outro parâmetro ao qual este estudo não pode ser indiferente relaciona-se com os processos de identidade e o sentimento de pertença por parte do colectivo português emigrado. Sabendo que o grau de subordinação de uma identidade étnica redefinida no processo de construção dos laços sociais possibilita a integração num novo tecido social, estou em crer que o colectivo português apresenta um baixo grau de subordinação da sua identidade étnica, o que leva por sua vez a uma débil integração social na sociedade de acolhimento.

Por outro lado, o nível de inserção do colectivo português e a própria manutenção do fluxo migratório permite uma estabilidade na comunidade portuguesa que poderá levar, na actualidade, a um aumento das manifestações e exarcebações da identidade cultural. Ou seja, seria interessante verificar se existe uma evolução na reivindicação da identidade étnica, plasmada, entre outras possibilidades, num crescente associativismo.

Outras bases orientadoras são menos abstractas e por isso mais operacionalizáveis. A primeira relaciona-se com a questão dos regressos a Portugal. Tendo em conta a pirâmide de idades da população portuguesa em Andorra, muito reduzida no seu topo, uma questão que sempre me acompanhou ao longo da investigação foram as causas que pudessem estar na origem de um número tão avultado de regressos a Portugal. Uma das hipóteses que destrinçava entre as muitas razões que pudessem ter impedido a população portuguesa de se fixar era a debilidade do sistema de segurança social andorrano, nomeadamente a nível das reformas.

Uma outra ideia, a que tentaria estabelecer relações entre o nível de integração e a taxa de regresso, suscitou algumas dúvidas. Inicialmente achei pertinente sustentar que a uma menor integração social na comunidade de acolhimento corresponderia uma maior probabilidade de retorno ao país de origem. Mas de que forma se pode verificar ou afirmar que a população portuguesa em Andorra está integrada ou excluída? Como podemos afirmar que o colectivo português está integrado ou não e que é isso que o faz regressar quando partimos com uma base

de 15 entrevistas? Esta ideia foi reformulada para que o que pretendo visualizar ao longo das entrevistas é se a própria ideia de que se vai retornar pode estabelecer e por ela própria gerar um fraco índice de integração. Será neste sentido oportuno verificar se os entrevistados que apresentam um menor índice de integração social e cultural são aqueles que têm mais presente a ideia do regresso ao país de origem.

Outro princípio orientador da investigação, que também pode conduzir a algumas conclusões através da análise de conteúdo realizada ao universo das nossas entrevistas, relaciona-se com as redes migratórias. Parece claro que grande parte dos emigrantes tem um conhecido ou uma relação de parentesco em Andorra que lhes serviu de informador e de apoio no início do processo migratório; o que gostaríamos de verificar é se quanto mais difíceis são as condições de emigração para o indivíduo (situação económica débil no país de origem), mais entranhados são os vínculos de parentesco e maior importância têm os laços de interdependência pessoal no processo de integração social.

Por outro lado, e numa terceira hipótese, seria pertinente tecer algumas considerações e estabelecer pontes relacionais entre uma emigração de carácter mais solitário, sem apoio de redes familiares pré-estabelecidas em Andorra – que estou em crer que tem vindo a aumentar nos últimos anos –, com algumas características sociográficas³. O que se pretende verificar é se, a existir nalgum dos 15 casos analisados, essa emigração solitária e que emprega num menor grau as redes migratórias familiares se deu por parte de emigrantes com condições económicas mais favoráveis, com maior nível de estudos e provenientes de zonas menos interiores.

METODOLOGIA

Como se pontualizou anteriormente, a investigação divide-se em duas partes fundamentais. Na primeira parte do trabalho procedeu-se a uma caracterização do perfil sociográfico do colectivo português em Andorra numa análise realizada com base nos valores encontrados pelo país de destino. Ou seja, utilizei *técnicas documentais* e para tal efeito recorri a *estatísticas* produzidas pelo Governo andorrano.

Estou ciente que não é comum o investigador ter acesso às mesmas, ou por obstáculos de ordem burocrática ou porque o objecto de análise por si mesmo não o possibilita. Não quis de forma alguma desperdiçar a oportunidade de ter o apoio deste intermediário privilegiado, até porque “a análise das fontes estatísticas da emigração portuguesa no “destino” tem revelado valores sempre

³ Segundo pude constatar através do trabalho de campo, esse recente fluxo inclui emigração feminina.

superiores aos admitidos internamente. (...) A sua principal vantagem parece ser apresentarem valores mais realistas acerca da saída de portugueses (...) ainda que apresentem a lacuna de “não contabilizarem o número de “irregulares” – e sabe-se que as comunidades de portugueses “irregulares” no destino têm aumentado significativamente, com maior incidência nos países europeus” (Peixoto 1993: 284-5). Ora, neste caso, a presença de irregulares em Andorra, a existir, é mínima. Lembremos apenas que o país tem dimensões muito pequenas, um grande controlo policial das suas fronteiras e social dos seus cidadãos. Desta forma, o uso da fonte “destino” justifica-se em todas as suas frentes.

Na segunda parte do trabalho, em que se procura compreender de que forma é feita a integração social do colectivo português, utilizaram-se *técnicas não-documentais*: privilegiou-se a *observação participante* e o uso de *entrevistas semi-directivas* (que compreendem o método biográfico), procedimentos que culminaram na realização da *análise de conteúdo*. As percepções retiradas da observação participante não são incluídas em nenhum capítulo específico e têm uma função latente, possibilitar ao investigador a confrontação dos significados dos discursos dos entrevistados com as acções percebidas durante o trabalho de campo. Este trabalho de observação prolongou-se por cerca de dois meses e realizou-se em dois períodos distintos. Através de um *diário de campo* procedeu-se a uma descrição dos ambientes festivos, das pessoas e das suas casas, dos lugares de passagem e dos lugares de encontro. As entrevistas foram realizadas a 15 membros do colectivo português e tentou-se que fossem o mais heterogéneas possível. Incluiu algumas *fotos* ao longo da análise de conteúdo retiradas durante o período do trabalho de campo no Principado, provavelmente não as incluiria se este trabalho abordasse realidades mais próximas, neste caso, penso que se justifica o seu uso.

Também foram definidos outros instrumentos de pesquisa como as *entrevistas junto a informantes privilegiados*. Estes informantes foram seleccionados de acordo com a sua relevância política e social, pelo que a sua vivência profissional ou pessoal lhes permite um maior conhecimento do contexto particular que se pretende estudar. Constituem uma fonte de informação que permite contrastar alguns dados obtidos através dos restantes actores implicados no fenómeno social em questão, e, por outro lado, tomar conhecimento das actividades e dos acontecimentos que se iam realizando. Ao todo foram realizadas três entrevistas⁴ deste género; em nenhuma se utilizou um guião de entrevistas prévio, apostando-se antes na informalidade do contexto. Nenhuma foi gravada e foram apenas realizados apontamentos no período que sucedeu

⁴ Com o Embaixador de Portugal, o Dr. Nuno de Bessa Lopes; com o Conselheiro da Comunidade Portuguesa, o Sr. José de Carvalho; e com dirigentes de associações portuguesas, na pessoa do Sr. Nuno Passos.

a entrevista. As entrevistas e a análise de conteúdo possuem um capítulo próprio relativo a questões metodológicas.

I PARTE MIGRAÇÕES

1. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS TEÓRICOS

As migrações internacionais são um dos factores mais amplamente conhecidos de mudança social; contextualizadas por dimensões de carácter económico, demográfico, político e social que as geram nos países de origem, configuram, por sua vez, importantes mudanças nos países de acolhimento.

As transformações sociais que as migrações internacionais produzem são, portanto, duplamente configuradoras no espaço; afectando os territórios dos quais emanam, produzem mudanças sociais nos territórios onde se estabelecem. Não obstante, as mudanças sociais que os fluxos migratórios produzem são também extensíveis ao espectro temporal, e divisíveis neste, existindo um antes e um depois nos territórios afectados pelos fluxos migratórios.

Enquanto fenómeno social, as migrações constituem um todo complexo cuja definição implica abarcar um conjunto de variáveis que o compõem. O movimento migratório pode ser individual, familiar, de grupo, de massas, pendular, sazonal, temporário ou definitivo, laboral ou não laboral, forçado ou voluntário, nacional ou internacional, continental ou intercontinental.

Este estudo incidirá sobre um movimento migratório internacional e continental, porque realizado fora das fronteiras administrativas do país emissor e dentro do continente europeu. Das restantes variáveis interessa sobretudo compreender a diferenciação entre migração temporária ou definitiva e entre migração laboral e profissional.

1.1. As temporalidades das migrações

Podemos definir as migrações segundo o tempo de estadia dos emigrantes na sociedade de destino, em migração temporária e permanente. Ambas são definidas como um movimento populacional que implica uma mudança de residência, podendo esta ser temporária ou permanente. Dá-se o nome de *migração temporária* às deslocações que duram períodos de tempo relativamente longos, no mínimo de seis meses ou de um ano. Nesse período de tempo, o migrante recebe um título de residência ou uma autorização de trabalho outorgada pelo país de acolhimento. Este tipo de migração distingue-se da *migração permanente* por esta implicar uma estadia mais prolongada no tempo, de vários anos ou definitiva.

Costuma definir-se que o deslocamento é considerado migração, distinguindo-se de uma visita ou férias prolongadas, segundo critérios estabelecidos pelo país de origem. Em Portugal decretou-se a denominação de migração para períodos de tempo superiores a 12 meses, ou seja, consideram-se emigrantes aqueles indivíduos que permaneçam mais de um ano fora do país. Em Andorra esse critério é de 6 meses.

Como veremos adiante com mais detalhe, a globalização tem vindo a interferir na temporalidade dos projectos migratórios; os territórios da migração temporária confundem-se cada vez mais com os da migração permanente, as fronteiras atenuam-se e criam-se espaços mistos. A facilidade de comunicação e a rapidez dos trajectos entre o país de origem e o país de destino pode originar sucessivos processos migratórios, ou seja, constantes regressos⁵ ao país de acolhimento, ditados pela vontade do migrante ou em função do mercado de trabalho.

Para mais, as características do mercado de trabalho no actual contexto internacional têm feito preterir a imigração permanente em função da inclusão dos imigrantes enquanto temporários, fenómeno claramente visível nos títulos de residência emitidos pelos países de acolhimento. Estes títulos, na sua generalidade, são válidos por curtos períodos de tempo, o tempo necessário para o desempenho de uma determinada tarefa profissional.

Na origem desta forma de acolhimento está o sistema *dos trabalhadores convidados*, surgido nos países desenvolvidos da Europa na pós-guerra. Este sistema de recrutamento denunciava a necessidade premente de mão-de-obra forasteira numa Europa que renascia das cinzas. Na altura considerava-se que, findo o trabalho, os trabalhadores regressariam ao seu país de origem, o que não sucedeu em muitas situações. Os trabalhadores estrangeiros registaram tempos de residência superiores aos acordados e fixaram-se nesses países através de estratégias que passaram pelo reagrupamento familiar, casamento com autóctones ou naturalização.

Do ponto de vista do país de acolhimento este sistema permite a existência de uma bolsa de mão-de-obra pouco qualificada e flexível, para paliar as carências temporárias de emprego em diversos ramos de actividade. Este tipo de imigração possibilita, também, a manutenção de prestações sociais reduzidas por parte das autoridades, uma vez que os custos que possam implicar a família (saúde e ensino) e a habitação são suportados pelo país de origem. O objectivo passa por não incentivar o prolongamento de tempo de estadia destes trabalhadores,

⁵ Numa interessante diferenciação de termos, Maria Beatriz Rocha-Trindade costuma falar de sucessivos *retornos* antes de se efectuar (ou não) o *regresso* definitivo.

implementando escassas medidas de integração e não criando condições logísticas ou legais que levem ao reagrupamento familiar.

Por parte do emigrante este sistema também pode trazer algumas vantagens, uma vez que lhe é possibilitado conjugar uma série de benefícios entre o país de destino e o país de origem; mantendo os hábitos culturais e os baixos custos de vida do país de origem, podendo usufruir, por outro lado, dos salários mais elevados e de uma oferta mais diversificada de bens e serviços no país de destino.

Como desvantagens há a apontar, para além do criticável facilitismo do país de destino em relação às reduzidas prestações sociais para com estes trabalhadores, o aparecimento de fortes tensões sociais que este sistema pode acarretar. Por maior controlo social e legal que seja realizado nunca se verificam todos os regressos previstos e desejados pelas autoridades. As expectativas destes trabalhadores são, muitas das vezes, distintas das entidades que os convocam e da própria sociedade de acolhimento, originando alguns desajustes. O sistema de imigração temporária ao ser utilizado de forma estática e rígida pode levar a contensões e conflituosidade social. Os governos que seguem este modelo podem, mais cedo ou mais tarde, ser confrontados com exigências por parte destes trabalhadores, exigências para as quais não estariam certamente preparados.

A imigração permanente, por seu lado, é característica dos chamados *novos países*, os Estados Unidos da América, o Canadá e a Austrália. Estes países adoptaram medidas de forma a facilitar a instalação e a integração dos trabalhadores, o que pressupõe a existência de facilidades para este tipo de imigração, quer esta seja eventual ou se torne definitiva. Ao contrário do sistema anteriormente explicitado, o colectivo imigrado pode beneficiar de medidas exclusivas em áreas como a habitação, educação e formação. Neste modelo a reunificação familiar é permitida, quando não estimulada.

Sobretudo no que se refere à imigração temporária, a residência e o exercício de uma actividade profissional são dois processos que ocorrem em simultâneo, sempre e quando a autorização de residência esteja sujeita à existência de um contrato de trabalho. Com o reagrupamento familiar, na vinda de idosos pensionistas, mulheres domésticas e crianças em idade escolar, esta coincidência extingue-se.

Passemos agora para a análise dessa actividade profissional, noutra categorização das migrações com base na diferenciação entre a migração laboral e a migração profissional.

1.2. Migração laboral e profissional

Analisar os movimentos migratórios implica estudá-los não como fenómenos isolados, como contingências, mas como processos complexos induzidos pela própria dinâmica do capitalismo e da globalização. O actual mercado de trabalho internacional está intensamente relacionado com as movimentações à escala global. Nestas movimentações verifica-se uma tendência migratória dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento em direcção aos países desenvolvidos ou, numa base geográfica, de Leste e Sul para Ocidente e Norte.

A posição destes fluxos em determinados países reflecte o dinamismo do mercado de trabalho de cada país, segundo o tipo de economia ou necessidades estratégicas que apresentam a dado momento. A passagem destes fluxos para outros países reflecte, assim mesmo, o dinamismo de mercado de trabalho à escala global. Estes fluxos são geralmente acompanhados por condições demográficas propícias quando, no país de acolhimento, o crescimento natural da população não acompanha o recrutamento de mão-de-obra gerado pelas exigências da economia local. Ora, este fluxo de trabalhadores estrangeiros não é um conjunto indistinto, homogéneo, apresentando diferentes características que se reflectem no perfil do mercado de trabalho do país de destino. As suas particularidades advêm quer do nível das qualificações educativas e profissionais que apresentam, quer da sua nacionalidade. Mas, se esta mão-de-obra internacional é heterogénea, o recrutamento realizado por inúmeros países é, de certa forma, homogéneo, conforme a necessidade de um ou outro perfil de trabalhador.

A *migração profissional* inclui os trabalhadores estrangeiros que exercem no país de acolhimento uma actividade profissional qualificada ou altamente qualificada. Esta migração costuma inserir-se no segmento primário do mercado de trabalho. Refere-se a quadros dirigentes, profissionais liberais e científicos que integram o mercado internacional de trabalho e que tendem a concorrer directamente com os trabalhadores autóctones, no caso em que estes existam com o mesmo nível de qualificações, ou a dirigir-se directamente a segmentos específicos cujos profissionais escasseiem nesse país.

Este género de migrações resulta quer de acordos bilaterais entre países, relativos aos interesses sobre uma mão-de-obra com alto nível de qualificações, quer de estratégias de deslocalização de empresas de países centrais para países periféricos. Pode ainda resultar de um interesse individual, numa movimentação territorial motivada pelos benefícios pessoais e profissionais que este indivíduo pode encontrar noutro país. O emigrante profissional trabalha, na sua maioria, em grandes empresa multinacionais, por períodos de tempo geralmente curtos.

A *migração laboral* refere-se à mão-de-obra estrangeira não qualificada ou pouco qualificada. A sua forma de recrutamento é exercida de uma forma indiferenciada em relação aos níveis de estudo e de qualificação de cada indivíduo e não tende a concorrer com a mão-de-obra autóctone (ou concorre apenas com a mais desqualificada), já que neste tipo de migração os indivíduos integram um mercado de trabalho secundário e segmentado. Este tipo de migração, materializada muitas das vezes em contratos de trabalho precários, permite o estabelecimento de sistemas de produção flexíveis nas economias dos países de destino que assim se ajustam a situações de crise ou picos de produção.

Nos países que acolhem mão-de-obra estrangeira e sobretudo na emigração de carácter laboral, dá-se um procedimento curioso: verifica-se que muitos destes trabalhadores têm a consciência que devem procurar os trabalhos mais precários e tendem a dirigir-se aos segmentos mais desqualificados do mercado laboral, independentemente das suas habilitações e da formação que podem ter ido adquirindo ao longo do seu trajecto profissional. As expectativas que têm de uma mobilidade social ascendente são bastante ténues.

Nas sociedades de acolhimento, os migrantes profissionais existem normalmente em menor número e são provenientes de países desenvolvidos; os países que deixam para trás costumam também acolher imigrantes. Os migrantes laborais costumam constituir a maior parte da imigração nos países de destino e provêm de países com índices de desenvolvimento geralmente inferiores. A composição dos migrantes laborais e profissionais reflecte, a nível internacional, as diferenças de desenvolvimento entre os vários países, emissores e receptores, razão pela qual vários estudos têm demonstrado o efeito de etnicização e de segmentação que tal fenómeno provoca em determinados sectores do mercado de trabalho.

1.3. Políticas de imigração

As actuais políticas europeias relativas à imigração tendem a ser comunitárias e concertadas. Poder-se-ia falar de uma europeização das mesmas. Nos finais do século XX a tónica situava-se na reafirmação das fronteiras nacionais, numa política que se denominou de *imigração zero*, mas o envelhecimento da população e a constante necessidade de mão-de-obra de vários países europeus leva a que este critério seja repensado e se comece a assumir uma nova abertura das fronteiras nacionais.

Estamos numa fase em que muitos países começam a concluir que a abertura das fronteiras nacionais aos fluxos migratórios proporcionou um ajustamento das desigualdades sociais e

permitiu uma recomposição das dinâmicas demográficas. Estas conclusões, uma vez transmitidas, começam a ter impacto nas estruturas políticas e decisórias europeias.

Apesar desta tendência à homogeneização, ainda podemos distinguir e resumir as políticas europeias de imigração em dois tipos diversos de acção estrutural⁶. Num primeiro grupo associaríamos as políticas de controlo dos fluxos, cujas linhas de actuação se desenham segundo os interesses económicos e laborais dos países que as levam a cabo. Esta é uma linha de actuação política mais concertada e estratégica, levada a cabo sobretudo por países de imigração mais antiga, como a Alemanha, França e Países Baixos.

Num segundo grupo, agruparíamos as políticas de imigração que se caracterizam sobretudo por regularizações massivas ou extraordinárias de imigrantes ilegais. Este é o caso dos novos países de imigração, como Portugal, Itália, Espanha e Grécia, que face a este fenómeno respondem com procedimentos que se caracterizam sobretudo pela urgência e novidade do fenómeno.

A política de imigração em Andorra, ainda que este seja um país de imigração recente, consiste basicamente numa política de quotas através da qual se controlam os fluxos migratórios segundo as necessidades do mercado de trabalho, coincidindo portanto com o primeiro modelo de actuação política acima descrito.

Não obstante a grande evolução do fenómeno migratório ao longo de todo o século XX, vive-se, nos últimos 20 anos, um processo de globalização das migrações agravado pela aceleração do próprio fenómeno, numa conjunção de coordenadas espacio-temporais. Calcula-se que, neste momento, possam existir 200 milhões de pessoas migradas. O contexto do fenómeno é obviamente mundial mas particularmente europeu. Os países da Europa do Sul, como Portugal, Espanha, Itália e Grécia foram, ao longo do século XX, países emissores de fluxos migratórios para a restante Europa e América; nos últimos anos, contrariando as suas anteriores dinâmicas migratórias, consolidaram-se como países receptores de imigração.

Isto pode parecer contraditório com a realidade que vive Andorra com a chegada constante de fluxos imigratórios vindos de Portugal, mas não o é. Tratam-se de processos paralelos e coexistentes.

⁶ Critérios apresentados por Nancy Green (CRH-EHESS, França) e Catherine Withol de Wenden (CNRS-CERI, França) nas conferências da XXIII Universitat d'Estiu – La Immigració: Una Oportunitat?, Andorra, 2006.

1.4. Fases do ciclo migratório

No início dos anos 90, Felice Dassetto inspira-se numa classificação de Robert Park para descrever as diversas fases do processo de sedentarização dos migrantes na sociedade de acolhimento. Nos anos 20, Park define o clássico “ciclo de relações raciais” do qual faziam parte quatro momentos: contacto, competição, acomodação e assimilação. Dassetto reformula este modelo cíclico das relações raciais e adapta-o à inserção do migrante (Machado: 2002).

A inserção do migrante no ambiente receptor é vista como um processo de integração gradual que se pode resumir em três fases. Estas fases, apesar não deixarem de ser tipologias meramente analíticas, constituem grelhas importantíssimas na caracterização de determinados processos individuais e do grupo na sociedade de acolhimento. A utilização empírica que delas façamos sobre qualquer indivíduo ou colectivo emigrado não deverá ser reducionista ou estática. Quero com isto dizer, que determinado indivíduo poderá encontrar-se numa dada fase do ciclo migratório enquanto que o grupo que o define poderá encontrar-se noutra fase. Quer também dizer que determinado indivíduo ou grupo podem, a dada altura da análise, encontrar-se numa dada fase do ciclo e, numa observação posterior, noutra fase do ciclo. Ou seja, a sua aplicação e/ou leitura deve sempre ter encontra os desfasamentos entre indivíduos e o dinamismo próprio de um ciclo.

Na primeira fase, a da *inscrição na sociedade de acolhimento basicamente pela relação salarial*, o migrante é um mero agente económico, integrado na esfera laboral, mas vivendo uma situação de marginalidade relativamente à vida social, cultural, institucional e política da sociedade que o acolhe. Esta marginalização objectiva nem sempre é sentida pelo migrante como tal, uma vez que este tende a encarar a sua permanência no novo espaço como uma situação temporária, em que espera atingir determinadas metas económicas. Esta situação temporária é percebida como uma espécie de ausência, “um parêntese físico relativamente a uma vida que se desenrola no espaço de origem” (Dassetto:1990, citado por Machado:2002), o que leva a pensar em processos simultâneos de dupla marginalização.

Os hábitos de consumo e a gestão do rendimento são indicadores cruciais desta fase, dado que o migrante mantém os padrões de consumo praticados na sociedade de origem e destina consideráveis partes do seu rendimento ao envio de remessas ou à poupança. Nesta fase, os regressos são frequentes e a composição deste fluxo migratório é geralmente preenchida por indivíduos isolados do sexo masculino, ainda que possam surgir casos no feminino.

Na segunda fase, produz-se uma profunda transformação no processo migratório na medida em que o migrante vai tornando-se sujeito de direito e actor social. O migrante entra de forma progressiva no espaço e no tempo da sociedade de acolhimento e processa a sua sedentarização e estabilização. As coordenadas sociodemográficas mudam por completo uma vez que a situação solitária se altera e, através da contracção de matrimónio com autóctones ou do reagrupamento familiar, o migrante aumenta e diversifica as suas relações com a sociedade envolvente.

É o momento onde a questão da etnicização e das necessidades da segunda geração ganham relevo. Dá-se uma dinâmica entre as necessidades sociais e culturais do migrante e a aquisição de novas condutas sociais por parte deste. Definem-se percursos geográficos e territórios residenciais, e, adquirem-se traços da cultura de chegada na adopção de recursos linguísticos e comportamentais no espaço público. Do ponto de vista social e governativo da nação de acolhimento dá-se a consciencialização de que se “pediram braços mas vieram homens” (Dasseto:1990, citado por Machado:2002).

Na terceira fase, o migrante atinge a plenitude como sujeito de direito e actor social. Esta fase só se efectiva três ou quatro décadas depois da sua chegada. É a etapa em que os migrantes se diferenciam entre si: definem as formas de adaptação à sociedade de acolhimento e cumprem ou não as estratégias de mobilidade ascendente. Neste processo de diferenciação e heterogenização do fluxo uns tenderão, mais que outros, a mobilizar as redes étnicas nas suas estratégias económicas e a utilizar, em maior ou menos escala, as referências privilegiadas ao espaço de origem na adaptação aos campos profissional, social e político. É, por fim, a fase em que se discutem e efectivam a participação política e o direito à naturalização.

Uma vez ultrapassada a primeira fase do ciclo migratório, as duas fases seguintes combinam a referência privilegiada à cultura de origem (mesmo que restrita ao quotidiano) e o processo de aculturação ou assimilação à sociedade envolvente.

1.5. As redes sociais no processo migratório

Na deslocação territorial, a existência prévia de redes sociais e de grupos unidos por laços de parentesco ou vizinhança no lugar de recepção pode funcionar como motor de arranque no sentido de accionar essa mesma deslocação e, por outro lado, fornecer o suporte necessário nos momentos iniciais, actuando como amortecedor social perante a indefesa económica, laboral, residencial e afectiva do indivíduo. Estas redes sociais actuam como uma espécie de guia de conduta e de re-socialização num contexto cultural diverso (por vezes, adverso) para o indivíduo que inicia o seu processo migratório.

As redes e grupos sociais, como pequenas estruturas preexistentes ao acto de emigrar, não só vão permitir a sobrevivência dos recém-chegados reduzindo drasticamente os custos da emigração, como possibilitam a existência de uma sub-corrente emigratória que se move, muitas vezes, ao contrário das tendências económicas generalizadas. São, sem dúvida, estes circuitos sociais que abrem caminho para a entrada e estabelecimento de pessoas que não estão directamente vinculadas à oferta da mão-de-obra no país de destino.

Estas sub-correntes compõem-se sobretudo de mulheres, jovens, anciãos e crianças que aumentam o nível de dependência dos trabalhadores varões. Originam, em todo o caso, dois fenómenos curiosos: o primeiro trata-se da configuração da comunidade étnica numa comunidade diferenciada e diversificada na sua composição social e o segundo da construção de redes dinâmicas que se vão activando e ampliando no espaço e no tempo.

Estas redes sociais são dinâmicas porque promovem novos fluxos migratórios atraídos pela fluidez na circulação de informação sobre possibilidades de emprego, recursos, bens e serviços. No fundo, todo o tipo de informação, desde as quantidades de dinheiro auferidas em determinado tipo de trabalho à existência de um determinado imóvel em aluguer, proporciona uma inserção mais fácil por parte daquele que inicia ou projecta iniciar um processo de migração.

A mobilidade territorial estilhaça todo um universo de relações, contactos e conhecimentos: há como que uma decomposição do eu que se vê rodeado de novos símbolos e significados emanados por um novo contexto territorial. Neste sentido, também o associativismo étnico pode ter uma função de recomposição individual ao reconstruir o universo de relações e contactos do emigrante.

Nas sociedades de destino os emigrantes acedem a determinadas redes sociais, normalmente já estabelecidas. Posteriormente, irão reconstruindo a sua própria rede social abarcando novas relações sociais entre os seus paisanos, autóctones e familiares. Este entranhado de alianças com fortes ligações afectivas pode, sem dúvida, modificar as iniciais intenções de retorno, nomeadamente se no grupo familiar alguém deseja ficar definitivamente. O reagrupamento familiar pode confirmar a vontade expressa de empreender uma nova vida uma vez que as formas, a articulação e o funcionamento que vão adquirindo as redes sociais influirão nas trajectórias espaciais e temporais e nas estratégias migratórias dos indivíduos emigrados.

É precisamente por este facto que Massey⁷ chama a atenção para o fenómeno segundo o qual cada acto migratório altera o contexto social originário dentro do qual se tomou a decisão de emigrar. Segundo o autor, a acumulação de certas determinantes podem ter a capacidade de transformação do projecto inicial, operando como factores causais do mantimento do fluxo uma vez iniciado.

Mantendo a incursão por este autor e a título de conclusão seria interessante expor a sua *teoria dinâmica das redes migratórias*, uma vez que esta resume alguns dos temas abordados neste sub-capítulo e tece uma série de considerações que convém conhecer. Segundo Massey, uma vez iniciadas, 1) as migrações internacionais tendem a expandir-se no tempo até que as redes de conexões se difundem tão amplamente numa região emissora que todas as pessoas que queiram emigrar podem fazê-lo sem dificuldades acrescidas, é só então que as migrações podem começar a desacelerar; 2) o tamanho dos fluxos migratórios entre dois países não está fortemente correlacionado com diferenças salariais ou taxas de desemprego porque qualquer efeito que tenham estas variáveis em promover o inibir a emigração é progressivamente ensombrado pelos custos decrescentes e pela diminuição de riscos derivados do crescimento das redes migratórias no tempo; 3) à medida que as migrações internacionais se institucionalizam através da formação e elaboração de redes, tornam-se progressivamente independentes dos factores que as provocaram originalmente, sejam estes factores estruturais ou individuais; 4) conforme se expandem as redes e caem os custos e riscos da emigração, o fluxo torna-se menos selectivo em termos económicos e mais representativo da comunidade ou da sociedade emissora; 5) uma vez iniciados, os fluxos migratórios são bastante difíceis de controlar por parte das autoridades governamentais: o processo de formação de redes escapa ao seu controlo e acontecem com independência de regime de políticas aplicado; 6) no entanto, algumas políticas de imigração, como as destinadas a promover a reunificação familiar, trabalham em contracorrente dos controlos de entrada já que reforçam as redes migratórias ao dar-lhes um direito especial a ingressar membros das redes de parentesco.

1.6. A continuidade do movimento migratório no espaço e no tempo

Como explicar a permanência no tempo das saídas territoriais dos cidadãos portugueses em direcção a Andorra? Como interpretar este contínuo movimento mesmo quando se observa uma redução do diferencial dos salários oferecidos entre ambos os países?

⁷ Massey, Arango et al. (1993), citado por Malgesini (1998:26);

Para perceber a convergência na procura dos territórios por parte dos emigrantes⁸ convém salientar que a interpretação do fenómeno migratório exclusivamente através dos factores de atracção *push and pull* e à luz de um enfoque excessivamente economicista reduz muito possivelmente a margem de manobra de qualquer estudo que pretenda analisar o referido fenómeno.

Se num início do processo migratório o “diferencial de vantagens” actua como forte condicionante, numa perspectiva estrutural este factor por si só não resulta válido para compreender a permanência dos fluxos migratórios, uma vez que depois de produzidos estes prosseguem de uma maneira relativamente autónoma.

Pretendo aferir, portanto, que é oportuno encontrar no abanico causal do fenómeno migratório uma dimensão social e cultural. A emigração não é apenas uma decisão individual em busca de melhorias e vantagens salariais. Podendo ser interpretada como um *fenómeno social primário* (Malgesini, 1998:16), em muitos dos casos comporta uma dimensão social em que a família, as cadeias de amizades e os laços comunitários prévios são a chave para a compreensão dos recentes movimentos migratórios em direcção às nações industrializadas. Segundo esta perspectiva, as migrações são um processo mais colectivo que individual.

A existência de redes sociais e a sua continuidade temporal podem explicar que apesar de não existirem ofertas laborais estáveis, um determinado número de indivíduos podem continuar a sair dos mesmos lugares de origem para os mesmos sítios de chegada. A importância vital destes tecidos sociais para o emigrante tem vindo a ser destacada em numerosas publicações. Mitchell (1969) emprega o conceito de rede social aplicado à imigração urbana e Hendricks (1974) pode ser considerado um dos pioneiros em projectá-lo à explicação dos processos migratórios internacionais.

Neste contexto será mais fácil explicar porquê face a uma redução das vantagens económicas se pode continuar a observar um fluxo migratório em direcção a um determinado território. Será também mais fácil explicar porquê numa dada aldeia beirã, grande parte da população activa possa estar emigrada numa mesma área residencial do país de destino.

⁸ Na Província da Catalunha – um dos territórios mais próximos de Andorra e que com esta possui mais afinidades quer a nível linguístico, quer a nível sociocultural – a percentagem de emigrantes portugueses no total da população é quase irrisória. Mesmo nas zonas mais industriais e com maior população emigrada (Terrassa, Rubi, Hospitalet del Llobregat) é praticamente impossível encontrar rastro do colectivo português, quer pelo seu reduzido número quer pela sua dispersão geográfica. Seria interessante que se analisasse a posição socioeconómica dos portugueses emigrados em Barcelona; estamos em crer que se trata de um tipo de emigração sobretudo profissional e não laboral como o é maioritariamente em Andorra. (Ver distinção).

Por outro lado, vários estudos (e.g. Taylor, 1986) manifestam que as migrações podem constituir uma estratégia colectiva combinada, destinada a reduzir riscos e restrições na sociedade natal através do constante fluxo de remessas que enviam os deslocados à sociedade de origem. Também neste caso, apesar de parecer uma acção meramente individual, o acto de emigrar implica uma decisão de conjunto, uma decisão em que o colectivo beneficiará da acção concreta de um membro seu emigrar.

Um estudo académico (Carmen Gallego Ranedo, 2001) revela a importância das unidades domésticas na flexibilidade das estratégias de sobrevivência do grupo. As estadias da autora no Senegal e na Nicarágua fizeram-na comprovar sobre o terreno que nestes dois países de forte tradição migratória, a população jovem masculina decide emigrar não só como resultado de uma decisão individual mas também obedecendo a critérios familiares que incentivam e promovem a mobilidade. As remessas de dinheiro enviadas desde o exterior servem para paliar os desequilíbrios de uma economia familiar frágil ou de carácter sazonal.

Estes padrões migratórios coincidem com países de tradição mais colectiva que individualista, segundo a divisão de Martín Beristain (1999), o que equivale a dizer que é importante conhecer o contexto de origem para tentar compreender a pluridimensionalidade dos fenómenos migratórios.

Na análise das redes migratórias (e ainda que, como comentado, o projecto tenda a ser mais grupal que individual) quando o objectivo inicial do processo migratório se soluciona – atingida, por exemplo, a soma de dinheiro desejada ou projectada – caberia pensar que a expectativa de retorno começa a estar muito presente. Com isto quer-se dizer que a perdurabilidade do tempo das migrações está fortemente condicionada pelo projecto migratório original.

Não obstante, como refere Blanco (2000:72), a estabilidade do processo migratório no tempo pode estar influenciada por outros factores que não apenas o referido, de carácter marcadamente económico. Na decisão de fazer ou não definitivo ou mais demorado o acto migratório podem influir múltiplos factores como as próprias políticas de imigração do país receptor, as atitudes da população autóctone face ao colectivo emigrado e a existência de redes sociais de apoio à comunidade emigrada.

2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: ONTEM E HOJE

Este ponto da investigação tem como enfoque central a emigração portuguesa, enquadrada pelo ponto anterior que visou contribuir para um conhecimento mais exacto das migrações internacionais, explicando algumas das suas principais problemáticas. Aqui proponho-me analisar especificamente a emigração portuguesa desde os seus começos mais remotos até à contemporaneidade.

2.1. Factores de «atração» e factores de «repulsão»

Num clássico dos estudos portugueses sobre migrações refere-se a emigração portuguesa como uma constante estrutural da história nacional (Vitorino Magalhães Godinho, 1978). Esta interpretação plurissecular do fenómeno da emigração portuguesa está de facto enraizada na memória social de um povo que se pensa a si mesmo como um povo de emigrantes e que tem alguma dificuldade em incorporar a palavra “imigrante” no seu vocabulário quotidiano.

Mas a tese do “problema estrutural” da sociedade portuguesa, por si mesma, não explica os vários ciclos migratórios existentes nem as suas características, nem a escolha de determinadas regiões ou países em detrimento de outros. Um dos princípios desenvolvidos pela teoria das migrações em relação a um determinado fluxo é a associação de um motivo que pressione a saída a um factor de atracção.

Por um lado, poder-se-á destacar a constituição do império colonial, a debilidade do desenvolvimento económico, a pobreza de uma larga percentagem da população, a escassez de trabalho e de mobilidade social, a orientação marítima do país e a forte pressão demográfica como elementos que, no interior da sociedade portuguesa, alimentaram o fluxo constante de emigração⁹.

Por outro lado, as oportunidades do comércio colonial e mais tarde, a integração no mercado internacional de trabalho, fazem parte dos atractivos que, no campo externo, propiciaram esses mesmos movimentos.

Devemos, no entanto, determo-nos num período chave da história recente que altera por completo o perfil migratório da sociedade portuguesa, distinguindo-o cada vez mais das tradicionais partidas transoceânicas. Numa sociedade rural arcaica, caracterizada pela pequena

⁹ PEIXOTO, João, "A Emigração" in *História da Expansão Portuguesa*, 1998, pág.152. No referido "fluxo constante" predominam os movimentos de colonização a partir do século XV, a emigração para o Brasil nos séculos XIX e XX e a emigração para a Europa na segunda metade do século XX.

propriedade, o minifúndio, onde o contrabando permitia atenuar as insuficiências dos revezes agrícolas e a policultura assegurava a auto-subsistência, alguns factores destabilizadores vêm contribuir para a saída de novos emigrantes, provenientes das regiões do Norte interior e rural.

O ponto de inversão parece dar-se com o final da 2ª Guerra Mundial: um equilíbrio cada vez mais precário num contexto dominado pela ditadura de Salazar e pelas guerras coloniais geram pólos de atracção face à Europa. Dão-se políticas repressivas do Estado Novo em relação às populações rurais: o emparcelamento das terras que não permite o camponês aspirar a vir a ser proprietário; as medidas de reflorestação¹⁰ postas em marcha pelos governos de Salazar e Caetano sobre uma importante parte das terras cultivadas e dos pastos, forçam muitos agricultores e pastores a emigrar. Por outro lado, dá-se um aumento da escolarização obrigatória, lado a lado com uma inexistência de empregos locais correspondentes.

Não surpreende, portanto, verificar que, segundo um estudo francês sobre imigrantes portugueses provenientes da Guarda¹¹, a população do distrito da Guarda diminui 25,6% entre 1960 e 1970. A ruralidade destes emigrantes fica, por outro lado, comprovada no verificar que são os pequenos pólos industriais de têxteis e de transformação (cidade da Guarda, Seia e Gouveia) que em relação a todo o distrito conhecem as taxas mais baixas de emigração.

É esta uma emigração sobretudo ilegal, até pela proximidade de algumas destas populações rurais com a fronteira, muitas, pontos de passagem privilegiados para Espanha ao longo de séculos. A este tipo emigração junte-se também uma emigração política, de centenas de jovens que fogem ao recrutamento para a impopular guerra colonial.

Este estudo refere um último factor de *pull*, de carácter cultural, que queremos destacar por demarcar-se dos típicos factores de repulsão, quase sempre de índole económica ou política. Refere a existência de fortes laços comunitários, “de uma vitalidade das comunidades locais que aliam trabalhos de interesse público e convívio”. Assim, a existência de associações de bombeiros voluntários, de tarefas de desenvolvimento regional e local, grupos folclóricos, bandas de música e rádio locais, é apontada como factor que desenvolve toda uma capacidade de organização que será mobilizada no estabelecimento de uma cadeia migratória: favorecendo as saídas clandestinas e o acolhimento no estrangeiro.

2.2. Destinos da emigração e quantificação dos fluxos

¹⁰ Plantação de eucalipto para as multinacionais da celulose e papel.

¹¹ MUÑOZ, Marie-Claude, “Les portugais de Guarda à Pau et Sant-Dennis” in *Les Étrangers dans la ville*.

Com um papel preponderante na expansão europeia, Portugal conta com uma inquestionável supremacia na geopolítica das migrações coloniais. As primeiras vagas emigratórias ou movimentos de colonização deram-se no século XV, com origem um pouco por todo o território da metrópole. Estas iniciam a gradual constituição da diáspora portuguesa no mundo e estes primeiros emigrantes (exploradores, marinheiros, soldados, administradores, colonos) que partiram em caravelas quinhentistas com condições de higiene precárias e para territórios tão desconhecidos como longínquos, fazem certamente parte do imaginário social português ou inclusivamente mundial. Os portos espalhados pelo vasto império mercantil português eram de uma enorme importância estratégica a nível das transacções comerciais. Este contexto económico favorável atraía grandes quantidades de pessoas da metrópole que acabavam por se estabelecer nesses locais.

Os principais destinos da emigração portuguesa ao longo do século XVI foram a Índia e o Brasil. A Índia era uma das mais valiosas possessões; segundo cálculos efectuados através do número de embarcações que fizeram a viagem entre 1497 e 1612, sustenta-se que partiram um número próximo a 4.000 portugueses até às principais praças do Índico¹². A partir de meados desse século incrementa-se a emigração para o Brasil. Estima-se que a população portuguesa residente naquela colónia, que era de 57.000 indivíduos em 1576, tenha quadruplicado nos seguintes vinte anos. Durante os séculos XVII e XVIII, o Brasil continua a ser a principal rota da emigração portuguesa.

Apesar de generalizado, o tipo de saída em vigor até ao século XIX era revelador de um certo estatuto socioeconómico favorável e caracterizava-se por uma grande profusão de destinos. Como nos explicam claramente Westphalen e Balhana: “Durante o período colonial e na vigência de práticas económicas monopolistas que favoreciam de modo exclusivo as Metrôpoles, a imigração teve acentuado carácter selectivo. A permissão para o estabelecimento nas colónias da América era privilégio dos súbditos da Metrôpole, porém, não de todos, apenas de alguns favorecidos”. Para além de nos explicarem o carácter selectivo destes movimentos, as autoras acrescentam outro dado não menos importante, esclarecendo que “as autorizações concedidas sofriam oscilações restritivas conforme os interesses e as necessidades políticas, económicas e sociais da administração colonial.”¹³

Num cenário completamente distinto, próximo ao movimento mais geral das correntes migratórias transoceânicas, estão as milhares de saídas para o Brasil entre as últimas décadas do

¹² No parágrafo, datas e números em GARCIA, José Luís (coord.), *Portugal Migrante*, Celta Editora, Oeiras, 2000.

¹³ WESTPHALEN, Cecília M. e BALHANA, Altiya P., "Política e Legislação Imigratórias Brasileiras e a Imigração Portuguesa" in *Emigração/Imigração em Portugal*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993, pág.17.

século XIX e as primeiras décadas do século XX, nas quais os emigrantes se estabelecem já sem o estatuto “colonial” anterior e integram um mercado de trabalho liberto da escravidão. A emigração deixa de se enquadrar num projecto imperial, com uma função predominantemente administrativa e passa a responder às necessidades de mão-de-obra dos novos países do continente americano. Também noutros momentos a emigração portuguesa acompanha correntes migratórias mais vastas e de âmbito internacional. Até 1930, Portugal segue a tendência dos países europeus em geral no repovoamento dos novos países do continente americano. Nesse mesmo ano de 1930, por exemplo, o fluxo migratório para as Américas conta com um total de 15.805 portugueses, enquanto que para a Europa é contabilizado um total de 7.014 pessoas¹⁴.

Já na segunda metade do século XX, a Europa substitui claramente o continente americano nas rotas migratórias. O grande êxodo europeu registado nos anos 60 e 70 coloca Portugal como um dos principais países periféricos de tradição migratória (junto a alguns países africanos e outros países europeus subdesenvolvidos), sendo que o país conta actualmente com mais de 4 milhões de portugueses distribuídos um pouco por todo o mundo¹⁵. Estes movimentos de êxodo foram substancialmente importantes na reconstrução da Europa da pós-guerra e na sua posterior expansão económica. Nesta emigração em direcção à Europa, Portugal volta a integrar-se numa corrente migratória mais ampla gerada pelo crescente mercado de trabalho europeu. Neste caso, a incorporação dos portugueses tardou um pouco mais que a dos espanhóis ou italianos, uma vez que estes já escolhiam esses destinos entre as duas guerras e é bastante plausível que muitos portugueses os tenham substituído no mercado laboral.

De facto, entre 1955 e 1974 temos o momento de maior êxodo migratório absoluto na história do país com médias anuais de saídas de mais de 80.000 pessoas. A pobreza e a repressão política¹⁶ conduzem milhares de portugueses em direcção ao Norte da Europa, até à Alemanha e França, numa emigração, muitas vezes clandestina, e da qual é difícil separar as motivações económicas das motivações políticas. Detenhamo-nos, para efeitos analíticos, num ano em concreto situado entre 1955 e 1974, centrando-nos nos fluxos totais de saídas e nos países de destino. Escolhamos ao acaso o ano de 1971; verifica-se um total de saídas de 158.473 emigrantes. Com o Brasil como destino contam-se 1.200 pessoas, para os EUA 8.839 pessoas e para o Canadá 6.983 pessoas, num total de 20.759 portugueses migrados para as Américas. Por outro lado, Europa foi

¹⁴ PEIXOTO, J., Op Cit, pág. 154.

¹⁵ Segundo dados da OCDE são exactamente 4,3 milhões de emigrantes e descendentes (OCDE, *Trends in International Migration*, 2003); tendo Portugal, aproximadamente, 10 milhões de habitantes. O índice de imigração é, pelo contrário, muito distinto: 400 mil imigrantes vivem em Portugal, cifra que representa cerca de um 4% da população total do país.

¹⁶ A ditadura de Salazar prolonga-se por mais de quatro décadas (1928-1974).

o lugar escolhido por 136.511 portugueses nesse mesmo ano; 110.820 pessoas para França, 24.273 pessoas para a Alemanha e 344 pessoas para a Suíça¹⁷.

A crise económica mundial de 73 é o ponto de inflexão desta tendência. A quebra do fluxo migratório português é substancial. Não obstante, esta retracção dá-se motivada pelo contexto externo dum crise económica internacional. Esta situação é ainda agravada por momentos de recessão nos países europeus industrializados que começam a promulgar políticas de restrição à imigração. Esta redução torna-se particularmente visível na escala estadística; se no ano de 1973 temos um fluxo total de saídas da ordem das 130.000 pessoas, no ano de 1978 esse fluxo vê-se reduzido para menos de 30.000 pessoas. Estes números devem-se sobretudo a uma continuação dos ciclos migratórios anteriores; uma vez reduzidas as oportunidades económicas e legais do emigrante isolado, é o reagrupamento familiar (resguardado das políticas migratórias restritivas) que alimenta estes números até meados dos anos 80. Só em 1985 os fluxos voltam a aumentar; a entrada de Portugal na União Europeia em 1986 proporcionou novas condições de mobilidade internacional aos trabalhadores portugueses possibilitando novos destinos e revitalizando destinos emigratórios tradicionais, caso da Espanha e Alemanha. Nos anos 90 a média anual de saídas é de mais de 40 mil emigrantes.

Nos anos 90 e seguintes, o destino privilegiado continua a ser a Europa¹⁸. Nestes fluxos recentes direccionados ao mercado de trabalho europeu, a decisão de emigrar para um determinado país e não para outro está bastante relacionada com o crescimento económico, com as flutuações e necessidades do sector da construção civil e hoteleiro dos países receptores¹⁹. Alemanha, no período da reunificação, França, Suíça, Luxemburgo e Andorra são alguns exemplos dessa situação. Outra característica que importa reter é o carácter definitivo de grande parte destes projectos migratórios; se na emigração para as Américas já presidia a possibilidade de um projecto definitivo, a facilidade de comunicações e as curtas distâncias entre Portugal e a maioria dos destinos europeus construiu uma representação de temporalidade nessas migrações que não se deu em realidade²⁰.

¹⁷ Números em PEIXOTO, J., Op Cit.

¹⁸ O Brasil conta actualmente com uma comunidade de portugueses de dimensão considerável mas a emigração para este país está longe de chegar aos números que se verificaram até meados do século passado. O contexto económico atractivo degradou-se devido a circunstâncias de turbulência política e monetária, de modo que o Brasil, já não é, em definitivo, um dos destinos prioritários da emigração portuguesa.

¹⁹ Ainda que não possamos esquecer, de forma alguma, a importância das redes familiares nos fluxos migratórios portugueses.

²⁰ Para um maior esclarecimento sobre a questão do retorno – e de como surge em Portugal a ideia, errónea e construída com claros fins políticos, da generalização do retorno por parte do emigrante – sugiro a leitura do magnífico ensaio de Paulo Filipe Monteiro intitulado *O Eterno Mito do Retorno*, publicado pela Celta Editora.

Por outro lado, Portugal recebe na actualidade fluxos importantes de imigrantes provenientes das suas ex-colónias, sobretudo Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Timor-Leste. Esta tendência, ainda que mais tardia no caso português, deu-se entre as antigas potências imperiais e os países com os quais mantinham vinculações e experiências históricas comuns. A relação estabelece-se, neste caso, e confirmando a teoria de Alejandro Portes, dos países periféricos para os países centrais²¹. No entanto, em Portugal, o número de emigrantes portugueses é, segundo Baganha (2001), ainda maior que o número de imigrantes. Estima-se que, até à data, o número emigrantes portugueses ultrapasse o fluxo de entrada de imigrantes no território nacional.

2.3. Características actuais dos fluxos

Desde a década de 80 do século passado que se pode falar de uma globalização das migrações na qual os fluxos migratórios se tornaram mais volumosos, rápidos e complexos. Esta última característica aponta, como referido, no sentido de uma inversão dos fluxos migratórios: os antigos países de emigração transformam-se em novos territórios de imigração. Este processo global ganha, também em Portugal, uma certa importância e uma relativa autonomia científica que não deverá, de facto, ser escamoteada pela imagem secular da “diáspora” lusa.

No ano 2000 ainda se registam 21.000 saídas de portugueses, ao passo que 18.000 imigrantes entram no país, metade deles provenientes de países africanos de língua portuguesa, um quarto da União Europeia e um décimo do Brasil. Outro dado interessante é o regresso de 12.600 emigrantes nesse mesmo ano²².

No fundo, Portugal sofre uma recomposição das suas dinâmicas migratórias, conhecendo um novo impulso na saída de trabalhadores portugueses ao mesmo tempo que assiste à entrada de numerosos contingentes de cidadãos estrangeiros.

Neste processo de globalização não são apenas as direcções dos fluxos que se dinamizam: surgem transportes mais rápidos e acessíveis e democratiza-se a comunicação por intermédio de novos meios tecnológicos (telefones móveis, internet, etc.). As migrações organizam-se cada vez mais em redor de redes informais que transcendem as fronteiras nacionais, questionam a capacidade das leis restritivas e a operacionalidade dos controles fronteiriços. Segundo Castles, "a dificuldade em conseguir realizar um controle eficiente não é difícil de compreender. As

²¹ Parece-nos seguro poder afirmar que ainda que existam continuidades indiscutíveis entre a emigração do período colonial e a imigração actual, no que respeita à emigração portuguesa contemporânea há uma independência geográfica clara em relação aos destinos escolhidos.

²² In CASTLES, Stephen – *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*, Fim de Século Edições, s/l, 2000, pág.9.

barreiras à mobilidade contradizem as poderosas forças que concorrem para o aprofundamento dos intercâmbios económicos e culturais. Numa economia cada vez mais internacionalizada, é difícil manter as fronteiras abertas a movimentos de informação, de mercadorias e de capital, e fechadas para as pessoas"²³.

Neste contexto globalizado, a possibilidade de novos regressos e o sucessivo adiamento dos projectos de retorno torna-se uma questão teórica bastante plausível. "O alargamento dos espaços de vida individuais, com manutenção de residências nos dois países, deslocções frequentes entre ambos ou, pelo menos, vindas regulares de férias, possibilita um «adiamento» *sine die* dos projectos de retorno" (Peixoto 1998: 177). A proximidade de Portugal com os países europeus de destino e a facilidade nas comunicações pode estar a criar movimentações continuadas entre Portugal e os países de acolhimento. Essas movimentações propiciam a origem de *espaços de mobilidade* permanentes entre países, num processo em parte semelhante ao que actualmente se denomina de *transnacionalismo*.

Para além destas facilidades, e em relação ao novo ímpeto de saídas de trabalhadores portugueses, as novas abordagens teóricas em relação à economia das migrações laborais alertam que as migrações não podem ser explicadas somente pela diferença de rendimentos entre dois países e consideram factores como as estratégias familiares, as oportunidades de encontrar emprego, etc. (Starck 2001). De facto, com a entrada de Portugal na União Europeia e a aproximação do nível de vida entre os países comunitários e ainda que muitos autores tenham anunciado, nos anos 80, o "fim da emigração", ela parece continuar o seu *fado*, seguir o seu destino pelo novo milénio dentro.

O perfil sociodemográfico dos emigrantes portugueses e o tipo de inserção laboral no país receptor não regista alterações significativas face ao observado em décadas anteriores. Uma grande proporção do colectivo português emigrado compõe-se, essencialmente, por indivíduos pouco qualificados. Vejamos alguns exemplos dados por Baganha²⁴: dos portugueses emigrados em Espanha, em 1996, 58% eram analfabetos ou não possuíam qualquer grau de escolaridade e 36% apenas tinham o ensino básico; na região de Madrid, onde reside grande parte, 79% exercia funções económicas relacionadas com o serviço doméstico, restauração, hotelaria e construção civil; na Suíça, onde a população portuguesa exerce actividades económicas ligadas essencialmente à restauração, hotelaria e construção civil, as estimativas apontam para a existência de entre 20 a 50 mil emigrantes ilegais; na Alemanha, em 1996, onde vivem

²³ In CASTELS, Stephen, *Op Cit*, pág. 39,

²⁴ BAGANHA, Maria Ioannis, "Dinâmicas migratórias em Portugal" in *Globalização: fatalidade ou utopia*, org. SANTOS, Boaventura Sousa, Edições Afrontamento, Porto, 2002.

legalmente perto de 131 mil portugueses, “os sindicatos alemães estimam que o número de trabalhadores portugueses na construção civil seja de aproximadamente 150 mil indivíduos”.

II PARTE

A IMIGRAÇÃO EM ANDORRA

3. ANDORRA, UM PAÍS DE IMIGRANTES

3.1. Dados gerais

O Principado de Andorra é um pequeno país de alta montanha. Situado na formação do Pirinéu Central, faz fronteira terrestre com Espanha e França e tem uma extensão aproximada de 468 km², com uma população de 78.549 habitantes (em 2005). O clima durante o Inverno é algo inóspito para os residentes, atingindo com alguma facilidade temperaturas inferiores a -15°. Em termos de altitude, a localidade mais baixa é Sant Julià de Llòria, perto da fronteira terrestre com Espanha, a 908 metros, e a mais alta é Pas de la Casa, localidade fronteiriça com França e conhecida pelas suas estações de esqui, a mais de 2075 metros de altitude.

3.2. Organização política

O território está dividido administrativamente em sete *paróquias*: Canillo, Sant Julià de Lòria, Encamp, Andorra la Vella, Escaldes-Engordany, La Massana y Ordino. Para além destas paróquias, que poderão equivaler na divisão administrativa portuguesa às sedes de freguesia ou municípios, não existem muito mais localidades. Em cada paróquia existe um *Comú*, entidade política com independência em competências administrativas. Algumas das suas decisões necessitam, no entanto, aprovação por parte do *Consell General*, instituição criada no século XV. O *Consell General* é constituído por quatro representantes de cada paróquia, eleitos cada quatro anos. Por último, temos o *Consell Executiu*, este assume o poder executivo que até aos anos 80 também se encontrava sobre a alçada do *Consell General*. A figura de *Cap de Govern* (que poderíamos traduzir como 1º Ministro) é eleita pelo *Consell General* por meio de votação secreta e não pode ser reeleito mais de duas vezes.

Para melhor entendermos as estruturas que dão forma ao governo andorrano e à organização do poder público devemos remeter-nos aos *pareatges* (uma espécie de acordo mútuo) do século XIII que puseram fim às querelas entre o Conde de Foix (França) e o Bispo de Urgell (Espanha) em relação aos direitos sobre Andorra. O co-principado manteve-se inalterado desde então. Os chefes de Estado actuais são o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgell, a estes é atribuída a função de delegar os poderes legislativos. Os *Veguers* são outra instituição muito antiga, mencionada no texto dos *pareatges*. Representam os co-príncipes em matéria de justiça e de responsabilidade da ordem pública.

De facto, à diferença dos Estados modernos, a organização política do país apresenta algumas características que ainda a enlaçam com os antigos Estados feudais. Poder-se-á estabelecer uma divisão na organização política andorrana entre as estruturas democráticas, eleitas por meio de sufrágio universal e as estruturas não-democráticas, na figura dos co-príncipes, que relegam directamente as suas funções numa série de representantes. Com a fundação do *Consell Executiu* estabelecem-se os fundamentos da separação de poderes e tenta-se criar uma forma governativa mais próxima ao modelo europeu mas mantêm-se muitos elementos feudais. (Armengol:1989, Vidal i Guitard:1984 e Zemanek:1981).

O ano de 1993 é um momento histórico para o país já que é assinada a 1ª Constituição, na qual se definem alguns princípios básicos de direito cívico e democrático até então negligenciados, como é o caso do direito ao associativismo.

Para um melhor enquadramento de algumas questões levantadas ao longo do estudo, devo acrescentar que a protecção social é assegurada pela Caixa Andorrana de Segurança Social (a partir de agora nomeada CASS), um serviço privado de assistência social.

3.3. Evolução económica, ruptura e emigração

Durante o século XIX foram realizados os primeiros censos à população. Estes permitem levar a cabo um seguimento da evolução demográfica e conhecer um pouco melhor o perfil da sociedade andorrana de então²⁵.

Andorra esteve sempre sujeita a uma economia de subsistência baseada fundamentalmente na agricultura e na criação de gado, ainda que sujeita a fortes determinantes geográficas (relevo muito acidentado) e climatéricas (neve e frentes de alta montanha). A população até ao século XIX manteve-se equilibrada em relação aos recursos gerados pelas suas formas de produção. No entanto, no final do século XIX ocorre um efeito de saturação demográfica que tem como resultado o surgimento do fenómeno emigratório em Andorra. Pela primeira vez, em séculos de existência, saem daquele território e vales quase desérticos os primeiros habitantes. Neste fenómeno tem muito relevo a questão do morgado. São portanto os filhos primogénitos que se mantêm no país e os que menos emigram, já que as terras são mantidas em família através deste peculiar sistema de herança. Os outros filhos incrementam o fenómeno da emigração, uma vez que são quase obrigados a partir e aventurar-se por terras de Espanha e França, sobretudo quando

²⁵ Para mais informações sobre a história de Andorra poderão pedir referências bibliográficas junto da Biblioteca Nacional de Andorra. A biblioteca possui um *site* onde se disponibiliza um *catálogo on line* e se dão informações sobre outros serviços. Em <http://www.biblioteques.ad/bibliopublicaandorra/index.htm>.

termina o trabalho de campo nas terras familiares realizado durante o Verão²⁶. A Catalunha era então um território industrializado e a França tinha falta de mão-de-obra como consequência da 2ª Guerra Mundial. Ainda que muito relacionada com as estações do ano, esta emigração de “temporada” passa a ser, em muitos casos, definitiva, o que provoca uma diminuição acentuada da população andorrana. O decénio de 1910-1920 é nesse âmbito paradigmático.

A partir de 1932, Andorra inicia um processo de ruptura com o sistema económico tradicional. A criação de estruturas hidráulicas e viárias começa a dar lugar a um fenómeno inverso ao da emigração: começam a chegar imigrantes provenientes da vizinha Espanha, principalmente das regiões da Galiza e de Aragão.

3.4. Revolução económica

Como referi, antes dos anos 30, a situação económica de Andorra não se diferenciava da dos restantes vales dos Pirinéus. É realmente curioso como um pequeno território se pode tornar num país desenvolvido num tão curto espaço de tempo. Mais curioso ainda como uma sociedade eminentemente rural e isolada se pode transformar numa sociedade de acolhimento, culturalmente diversa, em tão poucos anos.

Durante o século XX Andorra sofre uma série de transformações importantes não só a nível social e político como também a nível económico, sobretudo neste, uma vez que é a economia que serve de motor de arranque para toda uma série de alterações sociopolíticas. Andorra é na actualidade uma sociedade próspera ainda que a sua economia apresente um elevado grau de dependência em relação ao exterior. As suas actividades económicas expandem-se por três sectores fundamentais: comércio, turismo e banca.

Um dos factores que actua como base dessa mudança é a concessão de exploração dos recursos hidráulicos²⁷ do país, sendo que em troca se exige à empresa proponente a construção de estradas que dotem o país de uma rede viária²⁸. A existência de novas vias de comunicação foi vital no processo de transformação económica possibilitando a acessibilidade viária em Andorra, que

²⁶ Podemos facilmente detectar as terríveis desigualdades de oportunidade que tal sistema familiar pode criar. Para um conhecimento mais profundo desta temática recomendo a leitura do entusiasmante livro de Comas, indicado na bibliografia. Nele poderão encontrar relatos privilegiados de informantes já com muita idade e que são interessantíssimos por todas informações que estes habitantes nos dão sobre os hábitos e costumes, sobre as tragédias sociais e económicas de então. Alguns, são relatos vividos ainda em primeira pessoa antes do grande *boom* económico. Em jeito de brincadeira, mas com muita verdade, aproveito para alertar que a leitura deste livro tem efeito hipnotizantes, ou seja, depois de lê-lo apaixonamo-nos verdadeiramente por Andorra e pelas suas gentes. Nas próximas idas a Andorra o leitor verá que o frio já não é só apenas isso, frio, será também o frio das imagens que tem em relação ao que aqueles habitantes passaram sem uma estrada que os unisse a outros e todo o esforço por eles empreendido na simples plantação de uma couve antes que chegasse o Inverno. Nas pistas de esqui também já não vemos só isso, as pistas em si, e imaginamos e perguntamo-nos como é que aquilo foi conseguido.

²⁷ Referimo-nos à infra-estrutura hidráulica denominada FHASA.

²⁸ Na altura, construíram-se duas importantes estradas: a de Ordino e a de Pas de la Casa.

assim se transforma num importante local de trânsito de pessoas e mercadorias. Outros factores que contribuíram para essa evolução foram o fim da Guerra Civil Espanhola e da 2ª Guerra Mundial e o florescimento de um tipo de comércio baseado, numa primeira fase, no contrabando de produtos como o álcool, as bebidas e o tabaco, para dar passo, numa segunda fase, a um tipo de comércio qualificado e mais cosmopolita.

A localização estratégica e privilegiada permite que Andorra actue como zona franca, sem a imposição de taxas ou impostos relevantes. A diferença de preços nos produtos comercializados conduz a um aumento da procura turística, sendo que o comércio e o turismo acabam por tornar-se em duas das principais fontes do crescimento económico, muito relacionadas entre si e dependentes uma da outra. A construção de equipamentos, a abertura das pistas de esqui e de alguns hotéis veio consolidar a procura turística, diversificando a oferta e valorizando os desportos de Inverno e os recursos naturais do Principado. Antes da 2ª Guerra Mundial a oferta limitava-se à existência de águas termais na estância de Escaldes, à qual se juntava a presença de algum património artístico e uma paisagem natural pouco modificada.

Os visitantes turísticos, a partir de meados do séc. XX, começam a afluir em maior escala. O movimento turístico supõe uma mudança radical na estrutura económica tradicional, com repercussões tanto ao nível das formas de vida como no uso do solo. A revalorização do solo beneficiou os pequenos proprietários e muitos andorranos deixam a agricultura para se dedicarem à exploração de pequenas casas comerciais. Mesmo os grandes proprietários que numa primeira fase optam por salvaguardar as suas terras, acabam por vendê-las. A rentabilidade que delas podiam retirar face aos benefícios criados pelas novas economias era francamente baixa. Desta forma, as actividades económicas acabam por estender-se a todo o tecido social andorrano, modificando-o desde a sua base aos proprietários mais abastados, beneficiando a todos de uma forma geral.

A ideia de riqueza da nação, estendida por defeito a todos os seus naturais, é uma imagem comum sobretudo entre os forasteiros que habitam Andorra. Desde já deixo aqui uma chamada de atenção para a análise das entrevistas no que toca à noção que os portugueses têm dos andorranos e das suas posses económicas e financeiras, numa clara consciência hierárquica e de conexão entre classe económico-social e naturalidade. Outra questão relativamente surpreendente é o sentimento que aqueles manifestam de que a própria construção e sucesso do país se deve, em grande parte, à «mão portuguesa».

3.5. O fenómeno da imigração em Andorra

Ao contrário de Portugal, que se pode definir como um país de forte tradição emigratória²⁹, o Principado de Andorra caracteriza-se como um país que conhece um forte isolamento até meados dos anos trinta. É a partir desta década que Andorra começa a experienciar um acentuado crescimento demográfico, em parte devido à imigração que o país começa a receber. Este incremento exponencial da população andorrana, devido à ocorrência dos primeiros fluxos imigratórios, tem como função compensar o desfasamento existente entre a renda e o crescimento natural da população autóctone então debilitado pela emigração de muitos dos seus habitantes. Este crescimento demográfico viabiliza-se a par de um desenvolvimento económico num país com uma situação geopolítica diferenciada das restantes regiões que o rodeiam e que permite que Andorra se caracterize por ser ainda dentro da primeira metade do século XX um país de acolhimento. A continuidade destes fluxos veio, sem dúvida, estabilizar a relação entre a renda e o número de habitantes, permitir um aumento continuado da população e uma diversificação da estrutura social e étnica andorrana. Deste modo, a estrutura populacional é produto de um rápido desenvolvimento da economia do país. Os efectivos humanos indispensáveis para manter o sistema económico e realizar as obras e infra-estruturas necessárias foram recrutados fora, uma vez que o crescimento natural da população era inferior à oferta do mercado de trabalho.

Existem outros tipos de imigração em Andorra mas é a imigração laboral a que tem maior incidência. Os estrangeiros que desejam permanecer em Andorra sem trabalhar devem justificar a percepção de uma renda ou pensão que justifique a possibilidade de viver no país sem ter necessidade de recorrer ao mercado laboral. Neste caso, encontram-se apenas pensionistas e reformados.

3.5.1. Nacionalidade e Imigração

Como consequência do aumento de população imigrada a população de residentes estrangeiros supera os nacionais que são uma minoria no seu próprio território. Mas este facto não se deve apenas ao incremento da imigração, está também relacionado com políticas muito restritivas no que toca ao acesso à nacionalidade andorrana. Estas políticas, não obstante, têm evoluído para posições menos rígidas, sobretudo em épocas de expansão demográfica nas quais se acentua a desproporção entre estrangeiros e nacionais. Por outro lado, esta desproporção também explica

²⁹ Ainda que, como referido, a partir do início dos anos 90 comece a receber importantes fluxos migratórios do Brasil e da Europa de Leste e a mudar o perfil para um país de imigração;

que o governo andorrano tenha “posto em marcha mecanismos de defesa dos interesses nacionais da população autóctone e da sua identidade nacional”³⁰.

Os colectivos imigrados com maior expressão são o espanhol, o português, o francês e, por último, o inglês. O total de efectivos depende das circunstâncias económicas, políticas e sociais dos países de origem, de qualquer modo, a massa imigratória concentra-se em Andorra sobretudo por motivos laborais, à excepção do colectivo inglês³¹ que procura o território para residir depois de reformado e que constitui uma imigração de tipo turístico.

Nos últimos 20 anos, a população andorrana cresce de 44.596 indivíduos, em 1985, para um total de 78.549 indivíduos em 2005. Com 35,7% de espanhóis, 14,3% de portugueses e 6,4% de franceses, os residentes estrangeiros a viverem no Principado representam cerca de 64% da população de Andorra. Junto com o Luxemburgo, o Principado de Andorra é na Europa, um dos países com maior índice de imigração. Lembremos apenas que no início dos anos 90 o total de imigrantes chega a representar mais de 70% da população do país³².

Se nos últimos 20 anos a população tem aumentado consideravelmente, os residentes espanhóis, que no início dos anos 80 representavam cerca de 60% da população total, atingem agora um valor semelhante aos residentes de nacionalidade andorrana, também na ordem dos 35%. Isto verifica-se não só porque a proporção de espanhóis residente no Principado baixou de forma regular durante todo esse período, mas também porque a fracção andorrana cresceu substancialmente com a inclusão da categoria “nascidos andorranos”. Ou seja, a população andorrana renova-se e floresce na sua base piramidal, em grande parte devido ao fenómeno da imigração e do nascimento da 2ª geração de imigrantes. À parte dos andorranos, e com diferença, a nacionalidade que mais cresce na actualidade são os portugueses. Em 1986³³ representavam quase um terço da população imigrada esse mesmo ano. Concluindo, a população do Principado aumenta consideravelmente nos últimos 20 anos sobretudo pela imigração portuguesa e pelo nascimento de crianças no país.

3.5.2. A condição da “temporada”

Em Andorra, o critério temporal que distingue uma estadia ser considerada ou não como imigração, é de 6 meses. Sucede ainda que é feita a distinção entre os imigrantes residentes em

³⁰ BATALLA, Josepa, MICÓ, Joan e CASALS, Mercê (2004), *La Immigració a Andorra*, Institut d'Estudis Andorrans – Centre Recerca Sociològica, Andorra, Pagès Editors, pág.70.

³¹ Em conjunto com o colectivo belga, alemão, holandês e suíço. Estes são colectivos muito pequenos mas que afectam a estrutura piramidal andorrana por se concentrarem sobretudo nas idades mais avançadas.

³² Em 2000 Andorra tinha 64% de população estrangeira face à população total, o Luxemburgo 37,3%, a Suíça 19,3% e a Alemanha 8,9% (OCDE:2002).

³³ Os dados desse mesmo ano demonstram que apenas 0,8% levavam mais de 20 anos a residir no país.

Andorra e os *temporários*. Esta condição deve-se sobretudo ao facto da forte componente turística do país e de se concederem vistos temporários de trabalho que apenas são válidos durante escassos meses, fenómeno que originou o uso corrente da palavra «temporários» ou dos que «vêm por uma temporada».

A temporada da neve implica uma subida da procura hoteleira durante a estação de Inverno provocando de igual forma, por parte das empresas (estações de esqui, hotéis e restaurantes) uma maior procura de mão-de-obra. Esta faixa do mercado de trabalho é na sua grande maioria preenchida por indivíduos de nacionalidade argentina³⁴.

Nesse sentido, verifica-se uma correlação muito vincada entre a temporalidade da deslocação, a nacionalidade e o segmento laboral. Esta correlação é também muito visível na hotelaria. Já o comércio, sector que oferece menos picos críticos e que possui uma maior estabilidade ao longo do ano, emprega sobretudo pessoas de nacionalidade espanhola, portuguesa ou francesa; nacionalidades às quais são, por sua vez, concedidas autorizações de residência mais prolongadas por parte das autoridades andorranas.

3.6. Jurisdição relativa à imigração

Neste capítulo tentarei expôr as linhas políticas e legais estabelecidas pelo país de acolhimento em relação aos colectivos migrados.

3.6.1. Normativas sobre imigração

A residência dos estrangeiros no Principado é regida por um decreto de 1980 que estabelece a normativa geral para a obtenção da autorização de residência, elaborado pelos *Veguers* e que tipifica quatro classes de autorizações. A *autorização de jorna ou trabalho*, que tem uma duração máxima de 6 meses e é renovável por um período igual de tempo; a *autorização temporal*, que dá direito ao seu titular de residir em Andorra durante um ano, renovável por dois períodos iguais de tempo, num máximo de três anos; a *autorização de residência ordinária*, concedida aos residentes titulares de uma carta de residência temporal que depois de três anos desejem permanecer no território, prorrogável por três anos mais, num total de seis anos; e a *autorização de residência privilegiada*, solicitada pelos residentes estrangeiros titulares de uma carta de residência ordinária que desejem permanecer. As duas últimas categorias não estão sujeitas a uma autorização de trabalho, ou seja, podem ser pedidas mesmo quando a pessoa não exerça nenhuma actividade profissional. Para aceder a qualquer tipo de trabalho os estrangeiros deverão

³⁴ A Argentina, ao pertencer ao hemisfério Sul, tem a sua temporada de neve precisamente nos meses de maior calor na Europa, o que permite que muitos jovens argentinos possam trabalhar, alternadamente, nas estações de esqui argentinas e europeias.

apresentar a solicitação correspondente, os afamados “papéis” na gíria popular, numa *Oficina de Trabalho*, devendo estes serem aprovados pelo *Consell General*.

“No ano de 1980 o *Consell General* aprova o Decreto de bases sobre a imigração, que tem como objectivo ordenar e regular o crescimento da população residente em Andorra”³⁵, numa lei então definida como intimamente ligada ao grande desenvolvimento da actividade económica e que também cria as *Oficinas de Treball*. O *Consell General* é a estrutura política encarregue de fixar a quota semestral ou anual de imigração destinada aos vários sectores económicos. As quotas são dadas por nacionalidade e privilegiam as entradas de comunitários. São os próprios empresários que solicitam o número de trabalhadores que necessitam mas a solicitação pode ou não ser atendida pelas autoridades. “Estas quotas foram-se estabelecendo segundo as necessidades conjunturais das empresas, seguindo a lei da oferta e da procura do mercado de trabalho, mas sem ter em conta uma planificação a longo prazo dos interesses de Andorra, ou seja, sem a definição de uma política de imigração”³⁶. Isto leva a que, pelo facto das necessidades de mão-de-obra superarem os efectivos previstos pelas quotas de imigração, tenham começado a entrar imigrantes clandestinos, ou seja, pessoas que trabalham sem a autorização de trabalho correspondente³⁷.

No novo mapa constitucional de 1993, a figura dos *Veguers* desaparece e os órgãos competentes em matéria de imigração passam a ser o *Consell General* e o *Govern*. A Lei Qualificada de Imigração espera durante alguns anos uma reformulação definitiva e as últimas de quotas de imigração são aprovadas em *Consell General* em 1997 (estabelecem-se quotas para autorizações prorrogáveis, temporárias, especiais para a época de Inverno, equipas desportivas e residentes passivos). A Lei Qualificada de Imigração é aprovada apenas em 2002 e por isso, durante cinco anos, um número considerável de pessoas mantém uma situação provisória no país, os chamados “rebut rosa”, já que tendo solicitado autorização de residência apenas possuíam um recibo rosa da polícia com a autorização de trabalho. Nesse período o *Govern* concedeu somente autorizações de trabalho a assalariados fronteiriços, a funcionários de organismos oficiais e a reagrupamentos familiares. Estes são os únicos casos contabilizados fora das quotas estabelecidas em 1997³⁸.

³⁵ BATALLA, Op. Cit, pág.59.

³⁶ Op. Cit, 67.

³⁷ Op. Cit, pág.66, citando TAPINOS: 1987.

³⁸ Para informações mais detalhadas sobre este período pode consultar-se a Lei qualificada de quota d’immigració per al període compres entre l’1 de juny de 1997 i el 31 maig de 1998, de 30-7-97. *Bulletí Oficial del Principat d’Andorra*, núm.53, ano 9, 20 de Agosto de 1997.

A Lei Qualificada de Imigração aprovada pelo *Consell General* entra em vigor no mês de Setembro de 2002. Nesta lei regularizam-se as situações criadas pelo vazio legal e estabelece-se que “o *Govern* define a política geral em matéria de imigração de acordo com as necessidades sociais e económicas do país, depois de analisar a situação e pôr-se em contacto com os agentes económicos e sociais, privilegiando o acesso aos lugares de trabalho aos andorranos e aos estrangeiros legalmente residentes, com o objectivo de favorecer a coesão social”³⁹. A lei abre o mercado de trabalho a novos imigrantes sempre que tal seja considerado necessário, concedendo de forma prioritária as autorizações de imigração aos nacionais de Espanha e França, estados com os quais Andorra mantém relações privilegiadas, a membros da União Europeia e, por fim, do Espaço Económico Europeu. De forma excepcional, o *Govern* pode abrir por regulamento e quota por quota, um número de autorizações a nacionais de outros estados, sempre que estes credenciem a sua alta especialização e/ou experiência profissional e um salário correspondente à qualificação acreditada. Também é criado o *Servei d’Ocupació*.

As principais alterações, relativamente à lei de 1980, no que respeita às autorizações de residência por parte dos estrangeiros ainda são significativas. Estabelecem-se dois tipos de autorizações de residência para os fronteiriços, a *autorização de trabalho de fronteiriço* (de três anos e podendo ser renovável por períodos da mesma duração) e a *autorização de trabalho temporal de fronteiriço* (de 12 meses e improrrogável). Nas autorizações de imigração para os residentes activos distinguem-se a *autorização de imigração temporal* (duração de 12 meses e improrrogável) e a *autorização de residência e trabalho* (duração de um ano, renovada três vezes por períodos de dois anos, passados 6 anos, renova-se por períodos de 10 anos). Estabelecem-se ainda autorizações para trabalhadores de empresas estrangeiras e para assalariados do sector do ensino e, para residentes não activos, temos: a *autorização para estudos ou investigação*, a *autorização de residência sem trabalho* (no âmbito do reagrupamento familiar) e a autorização de residência passiva (segundo as disposições específicas anteriormente vigentes).

As definições de residência presentes na lei de 1980 foram incluídas no estudo porque a maioria dos portugueses residentes em Andorra referem o seu estatuto jurídico em termos definidos pela lei anterior, expressado em frases como «agora já tenho a *privilegiada!*».

3.6.2. Acesso à nacionalidade

Chegados a este ponto, e em traços muito gerais, é necessário fazer uma distinção fundamental no conceito de imigrante, uma vez que existem os imigrantes estrangeiros e os de nacionalidade andorrana. Entre este último grupo encontram-se todos aqueles que adquiriram a nacionalidade

³⁹ BATALLA, Op. Cit, pág.68.

andorrana através do matrimónio ou de mais de 20 anos de residência no país. Por outro lado, existem pessoas, filhos de estrangeiros nascidos em Andorra, que não têm a nacionalidade andorrana (fenómeno entretanto extinto dos “nascidos em Andorra”), pelo que não são imigrantes nem estrangeiros.

Em Andorra considera-se *estranjero* (estrangeiro) a todo aquele/a que não possua a nacionalidade andorrana. Este indivíduo poderá adquirir a nacionalidade por naturalização (casamento), por *patria potestad* (para filhos menores de 18 anos), nacionalidade funcional (nomeações, cargos públicos e clero) ou por título honorífico (que respeita a tradição de se outorgar o título de cidadão andorrano a pessoas que tenham prestado serviços ao país).

Nos estados-nação modernos utilizam-se três critérios para determinar o direito à nacionalidade: ascendência, local de nascimento e residência. O critério da ascendência ou filiação (*ius sanguinis*) é o princípio mais excludor e o de residência (*ius solis*) o mais incluidor.

O Código da nacionalidade andorrana de 1977, vigente até 85, estipula que são considerados andorranos todas aquelas pessoas nascidas no Principado antes de 1975. Os nascidos depois desse ano não têm a nacionalidade andorrana e formam o grupo dos “nascidos em Andorra”. Essa lei é atenuada em 1985 ao estipular-se que os nascidos depois de 1975 também poderiam aceder à nacionalidade andorrana desde que um dos progenitores residisse no país há mais de 15 anos. Esta categoria ao ser tão restritiva, afecta a grande maioria de filhos dos portugueses, uma vez que este colectivo é de imigração recente. Grande parte dos filhos que possam ter tido em Andorra nascem depois dessa data e muitos dos progenitores não chegam a perfazer os 15 anos de residência requeridos. Temos, portanto, uma 2ª geração de “nascidos em Andorra”.

A lei qualificada da nacionalidade de 1995 trás uma lufada de ar fresco, uma vez que concede o direito à nacionalidade por nascimento ou por naturalização a parte da população considerada integrada pelos seus anos de residência. Recentemente, flexibilizou-se o número de anos de residência necessários para conseguir-se a naturalização de 25 para 20 anos de residência e para os filhos de estrangeiros com mais de 10 anos de escolaridade num sistema escolar andorrano. Ainda assim, não se concebe o direito à dupla nacionalidade.

4. PERFIL SOCIOGRÁFICO DO COLECTIVO PORTUGUÊS

4.1. Evolução migratória da população portuguesa

Ao longo de várias décadas verifica-se um contínuo movimento migratório de portugueses em direcção ao território andorrano, movimentos estes especialmente significativos nos últimos 25 anos. Se na origem destes deslocamentos encontramos factores de ordem primeiramente económica, na estabilidade deste processo estará certamente em causa um eficaz funcionamento das redes sociais entre a comunidade portuguesa que leva a que, na actualidade, mais de 14% da população residente em Andorra seja de nacionalidade portuguesa.

As denominadas “migrações em cadeia” em que as relações de parentesco jogam um papel fundamental no momento de dizer “sim” ao processo migratório poderão explicar os avultados números do colectivo português em Andorra, bem como enquadrar a homogeneidade na proveniência do mesmo. Como iremos analisar, são raros os elementos que se afastam do enquadramento geográfico do Alto Minho, Beiras e Trás-os-Montes.

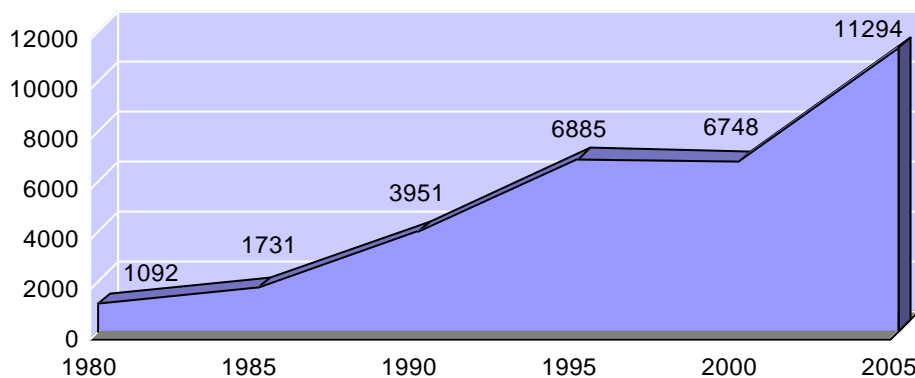
A falta de dados oficiais e reais sobre a situação dos residentes estrangeiros no Principado impede observar com exactidão a evolução do crescimento da população imigrada, dificultando também, o cálculo de migração nesta que, juntamente com o crescimento natural da população, constituem os componentes essenciais para conhecer o aumento real de uma população. Apesar disso, os estudos demográficos realizados não negligenciam a importância da população estrangeira no Principado, sendo que a estimativa dos fluxos migratórios provenientes do exterior se obtém pela diferença entre os aumentos da população censada e o crescimento natural da população global (ver Francesca Ros Pascuet, 2001).

Nos dados disponíveis apenas se conhece a evolução da população de nacionalidade portuguesa a partir dos inícios dos anos 80 quando esta supõe 3% do total de habitantes. Nos anos de 1989 e 1996 incorporam-se dados analíticos como o sexo, a idade e o estado civil que nos permitem conhecer melhor a composição da população portuguesa.

Nos estudos demográficos realizados pelo Governo Andorrano, a tendência que segue o colectivo português na estrutura e evolução demográfica do país merece sempre uma atenção especial por tratar-se do colectivo que teve o crescimento mais exponencial dentro do conjunto de nacionalidades que configuram a população andorrana. Segundo um estudo governamental

publicado em 2001⁴⁰, a população portuguesa, entre 1980 e 1996, passa de 1.092 a 6.886 habitantes, algo que representa um aumento na ordem dos 530% e que equivale a uma taxa de crescimento anual acumulado de 6,6%.

Evolução da população portuguesa em Andorra



Fontes: Pascuet, Francesca Ros (org.) – *Evolució, estructura i dinàmica demogràfica andorrana* (2001), Govern d'Andorra, Ministeri d'Educació, Juventut i Esports, Monogràfics de Geografia, n°7 e *Anuari Estatístic* (2003), Govern d'Andorra, Ministeri de Finances, Servei d'Estudis. Elaboração própria.

Nesta dinâmica de crescimento do colectivo português podemos destringir, no entanto, quatro períodos distintos. Durante o período de 1980-1989 o número de portugueses apenas cresce em 1.400 indivíduos, ainda que este número represente um aumento de 126% e equivala a uma taxa de crescimento anual acumulado que se aproxima dos 4%.

No período que vai de 1990 a 1996 dá-se um incremento substancial de 2.900 pessoas no colectivo português, um aumento de 74,3% com um ritmo de crescimento médio anual acumulado de 10,3%.

Esta espectacular evolução começa a mostrar alguma timidez a partir do ano de 1994: a participação dos cidadãos de nacionalidade portuguesa no conjunto do residentes em Andorra decresce tanto a nível dos valores absolutos como a nível dos valores percentuais. De 1994 a 1996, o colectivo português perde em números absolutos 149 pessoas, o que representa uma diminuição de 2,12%. Até 1993 a população portuguesa está a crescer e cifra-se em 7.368 pessoas, em 2002⁴¹ o número cinge-se a 6.729 indivíduos. Neste período, que podemos

⁴⁰ O estudo demográfico publicado em 2001 pelo Governo de Andorra, da autoria de Francesca Ros Pascuet, apenas analisa a evolução demográfica da população portuguesa entre o ano de 1980 e 1996;

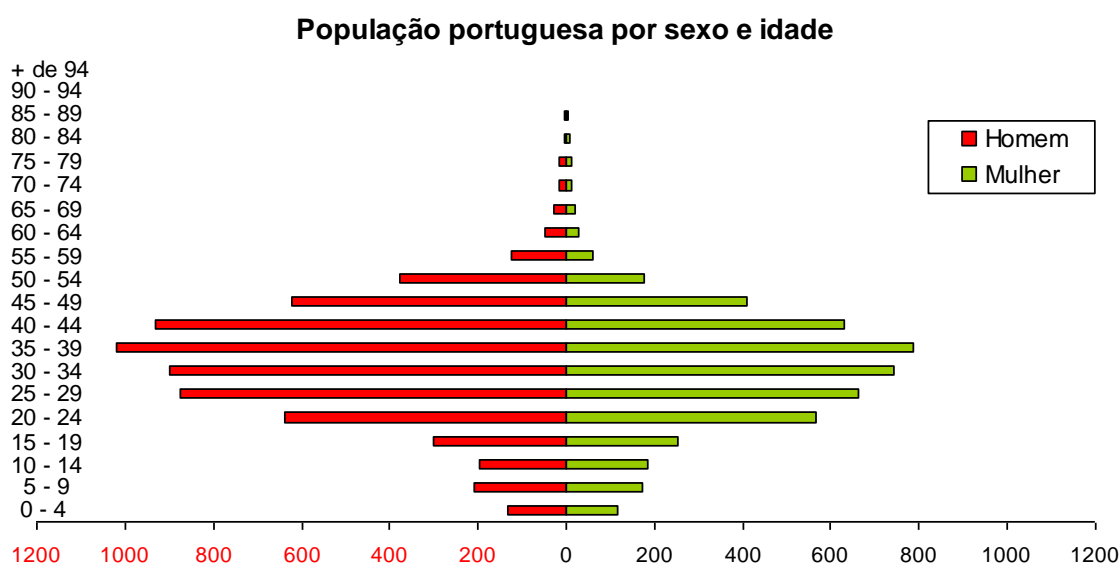
⁴¹ A partir do ano de 1996 os números são retirados da seguinte fonte: *Anuari Estatístic* (2003), Govern d'Andorra, Ministeri de Finances, Servei d'Estudis; sendo que para os anos de 2004 e 2005 se consultaram as Estatísticas Populacionais publicadas pelo Governo Andorrano;

denominar de terceira fase e que vai do ano de 1994 ao ano de 2002, parece terminar a dinâmica de crescimento do colectivo português. É curioso remarcar que esta fase coincide com aquilo que apontámos no quadro teórico geral como prognósticos relativos ao “fim da emigração portuguesa”.

Nada mais longe da realidade que hoje presenciamos. Apesar do abrandamento que se estabelece a partir do ano de 1994, os números publicados nos últimos anos revelam, de novo, um forte crescimento da população portuguesa. Em apenas três anos, do ano de 2002 ao ano de 2005, o crescimento bruto do colectivo português é de 4.565 indivíduos, o que representa um aumento de 20,8%, num crescimento médio anual de 6,9%. Em 2004, a população portuguesa, com 9.980 indivíduos, perfaz 12,98% da população total residente no território andorrano num aumento de 27% relativo ao ano anterior. Em 2005, a população portuguesa estima-se em 11.294 indivíduos, o que supõe 14,38% da população total, num aumento de 13,2% relativamente ao ano transacto.

4.2. Distribuição por sexo e idade

De uma forma geral, a população portuguesa é maioritariamente constituída por homens com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos de idade (4.991). No entanto, o peso da mulher na estrutura demográfica não é de desconsiderar, sendo que até aos 14 anos de idade a população apresenta valores muito indênticos entre homens e mulheres. Vejamos a sua distribuição através de uma pirâmide de idades.



Fonte: Estatísticas de Populació, 2005. Elaboração própria.

A estrutura piramidal da população portuguesa é entroncada, muito estreita na base e no topo, ou seja, reduzida nas idades juvenis e avançadas, sendo que o grosso da sua composição situa-se no centro, nas idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos. Este tipo de pirâmide diferencia-se

substancialmente das de outras nacionalidades presentes no Principado e dá-nos a indicação do carácter eminentemente laboral e transitório desta população. É uma emigração laboral porque os seus membros concentram-se maioritariamente nas faixas etárias de população activa; outras nacionalidades, por exemplo, têm um maior número de membros nas idades mais avançadas por se tratar de uma emigração pós-laboral, ou seja, pessoas que depois de reformadas no seu país de origem, procuram Andorra para viver a sua velhice. É transitória porque aparentemente a diferença entre o seu tronco e os extremos revela que, ainda que alguns indivíduos se tenham estabilizado no país, a maioria destes regressa ao país de origem após alguns anos.

Entrado no campo da especulação, há outro pormenor que chama a atenção. Disse há pouco que o peso da mulher na estrutura demográfica não é de desconsiderar. Efectivamente somos levados a pensar que muitos emigrantes vivem com as suas mulheres em Andorra. Em muitos casos, esta reunificação familiar fez-se poucos meses ou poucos anos depois do marido chegar ao território. Mas, se repararmos, a diferença entre o número de homens e mulheres, começa a aumentar na faixa etária dos 40 aos 44, com avanço para o homem, precisamente quando deveria estar mais equilibrada. Assim, o reagrupamento familiar não chegaria para explicar os valores desta disparidade e por isso, sou levada a afirmar que o maior equilíbrio entre sexos nas idades que vão dos 20 aos 35 anos pode ser em parte explicado por um novo tipo de fluxo dentro da massa emigratória portuguesa, a saber, a emigração feminina solitária. Este recente fluxo, ao juntar-se à emigração solitária masculina equilibra nessas faixas etárias a distribuição por sexo. Um testemunho privilegiado de uma portuguesa residente em Andorra há perto de 30 anos conta-nos isso mesmo: «E solteiras agora também há, antes não havia» (entrev.5).

Pelo que me fui apercebendo ao longo do trabalho de campo este fluxo é recente, de origem mais urbana e com maior nível de estudos. Poderia uma mulher nascida numa aldeia em Trás-os-Montes emigrar com a mesma facilidade há cerca de 20-30 anos atrás, a não ser apoiada numa rede de emigração familiar? E mesmo hoje em dia? Essa mesma mulher se emigrou há trinta anos atrás, com cerca de 23 anos, teria agora 53 anos. Precisamente, engrossaria a faixa etária dos 50-54 anos, uma das faixas com maior disparidade entre homens (379) e mulheres (175).

4.3. Procedência territorial dos emigrantes

Nas estatísticas populacionais andorranas a que pudemos aceder não se encontra qualquer registo sobre a naturalidade dos emigrantes. Estas limitam-se a registar a nacionalidade do forasteiro. Não é possível, portanto, saber de que região portuguesa procedem ou em que localidades nasceram os emigrantes portugueses que residem no Principado.

Esta falha pode, não obstante, ser parcialmente colmatada através dos registos do Serviço de Imigração Andorrano. Este organismo possui uma relação dos habitantes portugueses residentes em Andorra e do seu local de nascimento. São dados brutos, não trabalhados nem contrastados, extensíveis, obviamente, a outras nacionalidade presentes no Principado. Nesta listagem do Serviço de Imigração pode saber-se, para dar um exemplo, que existem 45 pessoas naturais da vila de Massarelos.

Esta relação de portugueses regista 6.419 portugueses em Novembro de 2002. Ora, este número é ligeiramente inferior às estatísticas do Governo de Andorra que em 2001 dão conta da existência de 6.708 e em 2002 de 6.729 indivíduos de nacionalidade portuguesa. Na origem desta discrepância de números está a forma como recolhem os dados. O Serviço de Imigração recolhe os números através das autorizações de trabalho e peca por não contabilizar alguns residentes com menos de 18 anos mas, por outro lado, têm um sistema de apuramento mais depurado que lhes permite efectivar um controlo mais eficaz das autorizações de trabalhado e de permanência que concedem. A lista é, por isso, e apesar desta condicionante, um documento importante e útil.

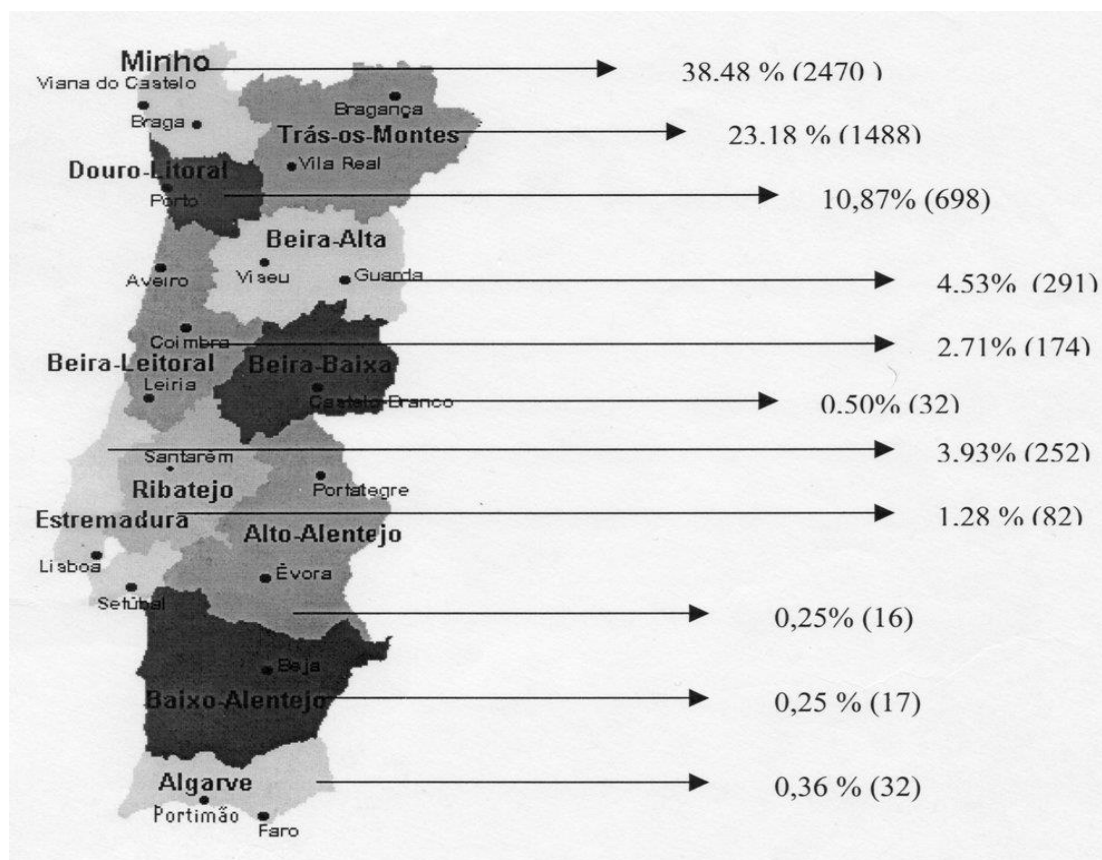
Outra limitação deste documento a que tive acesso prende-se com o facto de algumas localidades constarem como se fossem três ou quatro localidades distintas. Esta questão dá-se pelo facto de, no acto inscrição, se pedir, para além da localidade em que se nasceu, o concelho a que pertence essa localidade. Isto originou que alguns portugueses dessem o nome da freguesia, do distrito ou até da região a que essa localidade pertence, ou registassem até como concelho uma localidade próxima de maior importância, gerando-se a repetição de algumas localidades que, em teoria e na maioria dos casos, serão uma única. Um erro ortográfico pode, também, originar uma duplicação de localidades.

Temos, deste modo, registadas quatro localidades com o nome de Gondufe por possuírem distintas localidades em conceito de concelho a que pertence. Três Arcozelo e um Arcozelos, quando em Portugal existem apenas: um Arcozelo, no concelho de Vila Nova de Gaia e um Arcozelos, no concelho de Moimenta da Beira. As três localidades de Arcozelo listadas são, portanto, apenas uma localidade. Ou duas Trofa, uma com Águeda por concelho e a outra com Beira como concelho, sendo que ambas são uma só, Trofa é também concelho e pertencente à região do Douro Litoral. Estes são apenas alguns dos exemplos encontrados.

A análise desta listagem, onde consta, como já referi, a localidade de nascimento e o concelho a que pertencem os residentes portugueses, foi, a dado momento, realizada por uma antropóloga do

Departamento de Património Cultural do Governo de Andorra⁴² que se interessou por esta lista e foi identificando a região a que pertencia cada aldeia, vila e cidade daquela lista. Neste processo, ficaram apenas por identificar cerca de 10% de todas as localidades constantes na lista.

O resultado deste minucioso trabalho indica que, aquando da análise da lista, 38,48% dos residentes portugueses eram da região do Minho e 23,18% da região de Trás-os-Montes. Regiões como o Baixo Alentejo e o Alto Alentejo totalizavam 0,25%, cada, dos portugueses inscritos. No mapa abaixo poderemos observar com mais detalhe as percentagens por região.



Mapa 1. Procedência geográfica dos residentes portugueses. Fonte: Isabel de la Parte, Patrimoni Cultural d' Andorra.

A publicação anual da procedência territorial dos emigrantes portugueses, poderia ainda servir outro fim, não menos interessante. Poder-se-ia calcular, nas localidades que considerasse pertinentes, a percentagem de população emigrada para Andorra. Este cálculo seria pertinente para visualizar o grau de funcionamento das redes sociais e de parentesco nos processos emigratórios. Poderia, deste modo, apontar algumas localidades onde fossem mais visíveis as “migrações em cadeia”.

⁴² A quem queria agradecer a disponibilização destes dados;

Podendo estes breves apontamentos servir de base para outro posterior trabalho que analise os impactos da emigração nos locais de origem, apontemos alguns exemplos de localidades presentes nessa listagem, e a título meramente ilustrativo, relacionemos os efectivos residentes em Andorra com os totais populacionais constantes no Censo Português de 2001. Serdedelo, na região do Minho, contabiliza um total de 34 residentes numa população total de 500 habitantes, o que perfaz uma percentagem de 6,8% de habitantes emigrados para Andorra. Gandra, na região do Minho, contabiliza um total de 57 residentes numa população total de 1.254 habitantes, uma percentagem de 4,9%. Ponte de Lima, também do Minho, tem 235 emigrantes residentes em Andorra numa população total de 2.800 habitantes numa percentagem de 8,5%. Mirandela, na região de Trás-os-Montes, 113 residentes, perfazendo um 1% da população total. Para mais informação detalhada sobre o número de residentes em Andorra por origem geográfica organizei uma tabela com as povoações portuguesas mais relevantes por número de emigrantes em Andorra que poderão consultar no anexo I.

4.4. Regresso e tempo de permanência

Uma das questões que me suscitou maior curiosidade prende-se com a análise das estatísticas andorranas, nomeadamente da pirâmide de idades da população portuguesa, acentuadamente entroncada nas idades que correspondem à da população activa e, por outro lado, extremamente reduzida nas faixas etárias superiores. Ora, se tivermos em conta que as primeiras correntes emigratórias tiveram lugar nos anos 70 e que os emigrados deveriam ter, pelo menos, uma idade superior a 20 anos, pode deduzir-se que actualmente, a continuarem em Andorra, estes emigrantes teriam de estar reflectidos nas estatísticas e a engrossar a faixa etária com mais de 50 anos. Tal não sucede e o desfasamento é de tal ordem que mesmo descontando o natural regresso de muitos milhares de emigrantes, poderia apontar-se no sentido de que apenas um número reduzido de famílias tenha optado por se afincar definitivamente em Andorra.

Ao contrário de vários trabalhos realizados junto de comunidades portuguesas estabelecidas um pouco por todo o mundo (e.g. Estados Unidos, França), que sustentam a tese da não concretização do regresso por parte da maioria dos emigrantes portugueses⁴³, este trabalho aponta no sentido de que na experiência migratória em Andorra, pelo contrário, a taxa de retorno é bastante elevada. Esta ideia, em sentido lato, relaciona-se com a primeira hipótese avançada que correlaciona, entre o universo de entrevistados, a ideia latente do regresso com um índice baixo de integração na sociedade de acolhimento.

⁴³ “Na bem conseguida expressão de Paulo Filipe Monteiro: “o eterno mito do retorno”;

A defesa de que as emigrações para Andorra apresentam uma taxa de regresso elevada tem, no entanto, bastantes pontos rebatíveis. A nível metodológico é impossível aceitá-la ou refutá-la: o primeiro censo realizado em Andorra data de 1989; não existem dados sobre a origem dos emigrantes que chegam ao Principado nem um controlo de saídas, ou seja, temos dados sobre o crescimento migratório bruto e percentual (desde 1953) mas não temos informações sobre a natureza territorial (por nacionalidade) desses movimentos migratórios. Assim e como exemplo, se no ano de 1980 houve um crescimento migratório de 3.762 pessoas, a par de um crescimento natural de 424 pessoas, não saberemos dizer quantos portugueses estarão incluídos nessa vaga. Por extensão, também não saberemos afirmar, 25 anos depois, quantos se estabeleceram definitivamente em Andorra ou quantos terão voltado para Portugal. Como ponto de análise teremos de nos cingir aos dados do crescimento bruto da população portuguesa no Principado sem que possamos ter uma ideia do nível de dinamismo e do grau de durabilidade dos processos migratórios.

De igual forma, em relação à análise baseada na interpretação da pirâmide de idades respeitante à população portuguesa, também existe um matiz a fazer. Se é certo que a representação gráfica da estrutura por idades e sexo da população portuguesa apresenta um tronco alargado nas idades produtivas e que se estreita à medida em que a idade avança, revelando-se pouco significativo nas idades compreendidas entre os 55 e mais anos, também é certo que esse “pouco significativo” é relativo uma vez que ao não termos dados fiáveis esses “poucos” poderão significar uma maioria dos portugueses que emigraram nos anos 60 e 70. Se este estudo se realizasse dentro de dez anos, a margem de manobra seria maior. Mas estamos num período em que é difícil destrinçar o que são processos migratórios ainda em andamento daquilo que são processos migratórios já definidos. Para percebermos isto, só teremos de nos basear num exemplo comum: um indivíduo emigrado em 1970 com 20 anos terá agora 55 anos e ainda faz parte de uma das faixas etárias que engrossam a pirâmide de idades da população activa portuguesa. Ou seja, o processo migratório português para Andorra, ao ter um nascimento já tardio, muito dele já no pós 25 de Abril, não é esclarecedor relativamente às faixas de idade mais avançadas e ao processo de retorno.

As estatísticas existentes não nos ajudaram a avançar para um projecto de âmbito quantitativo. Não podemos quantificar o índice de regresso a Portugal por parte dos emigrantes, no entanto, os dados populacionais disponíveis possibilitam avançar algumas conclusões e enquadrar muitas outras perguntas. Pensamos que, em parte, uma possível resposta a esta problemática se encontra na observação das faixas de idade intermédias. O diferencial observado entre a faixa dos 35 aos 39 anos (onde o tronco é maior) e a faixa dos 40 aos 44 anos é relevante: a diminuição é

substancial, repete-se na faixa dos 45 aos 49 anos e demonstra que existe um número muito significativo de emigrantes portugueses que vem ao Principado exclusivamente para trabalhar durante um determinado período de tempo, em geral curto, e que regressa ao país de origem muito antes da idade da reforma.

Para efectuar uma análise do tempo de permanência da população portuguesa em território andorrano, procedi a uma comparação de dados estatísticos de 2005 relativos ao tempo de residência com os números brutos da emigração portuguesa desde 1980. Este cruzamento de informações permite sabermos a taxa média de fixação da população portuguesa de 1980 a 1999 (com intervalos de cinco anos), a taxa anual de fixação de 2000 a 2003, e a taxa média de 2004 e 2005 (bianual). Os cálculos efectuados permitem de igual forma saber quantos portugueses abandonaram Andorra no ano de 2000, 2001 e 2002 quando relacionados com os dados estatísticos de 2004. Para além disso os dados de 2004 conferem maior solidez na análise das tendências expressas pelas estatísticas de 2005 (ver anexo II).

A análise da tabela do anexo II, onde se apresenta a evolução do tempo de residência da população portuguesa, leva a concluir que a taxa de fixação populacional é bastante reduzida ao longo da história da emigração portuguesa em território andorrano, numa grande rotatividade dos seus membros e numa emissão contínua do fluxo desde Portugal em direcção a Andorra. Apesar da homogeneidade destes dados conclusivos, podemos distinguir três períodos migratórios. O primeiro período diz respeito à emigração recente. Trata-se dos emigrantes recém chegados ao território e que desde 2002 apresentam taxas de fixação entre 25 e 30%. Ou seja, quase três quartos dos emigrantes abandonam o território durante este período, sendo que estes números se agudizam para cima de 90% nos anos de 1999 a 2001, numa taxa de fixação inferior a 10%. O segundo período diz respeito à emigração dos indivíduos chegados a Andorra entre 1994 e 1998. Este período revela um índice de fixação notoriamente distinto quando comparado com qualquer outro período da emigração: aproximadamente 35% dos portugueses chegados nesse período residem ainda hoje em território andorrano. O terceiro período diz respeito à emigração mais antiga. Trata-se dos portugueses chegados a Andorra até 1993. Os números indicam que quanto mais longínquo é o período de referência menor é o tempo de residência na sociedade de acolhimento. Verifica-se que os portugueses chegados durante os anos 80 apresentam uma taxa de fixação de 10%, o que compara com a percentagem de 18% de fixação dos portugueses chegados nos inícios dos anos 90.

Por último, a confrontação das estatísticas de 2004 com as estatísticas de 2005 permitiram observar que no ano de 2005 abandonaram Andorra 495 portugueses chegados nos anos de 2000,

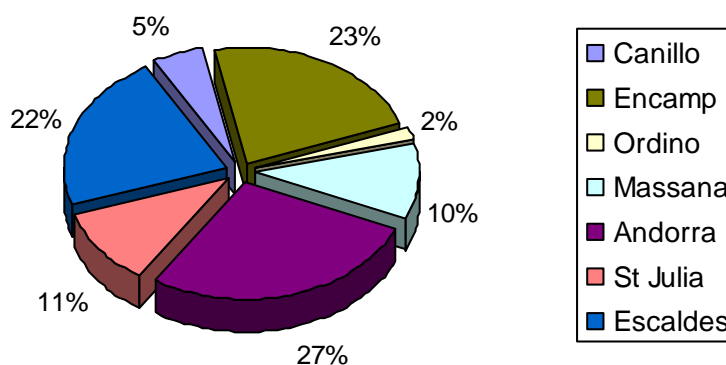
2001 e 2002, número que é empolado pelo peso do número de portugueses chegados em 2002 (374). O terceiro ano de emigração poderá representar o ponto de passagem para taxas menores de fixação nos anos seguintes. No entanto, também se observa que desde 2002 as taxas de fixação subiram para aproximadamente 25%.

Este incremento, por ser tão recente, não permite qualquer conclusão sobre a actual capacidade de retenção do Principado. Parece esboçar-se um novo ciclo numa menor percentagem de portugueses que abandona o território, mas esta afirmação requer comprovação nas estatísticas dos próximos anos. Sou levada a pensar, no entanto, que esta taxa de retenção relaciona-se, sobretudo, com a recente crise económica que Portugal atravessa, mais do que com as capacidades de planeamento dos fluxos imigratórios por parte do país de acolhimento.

4.5. Distribuição geográfica

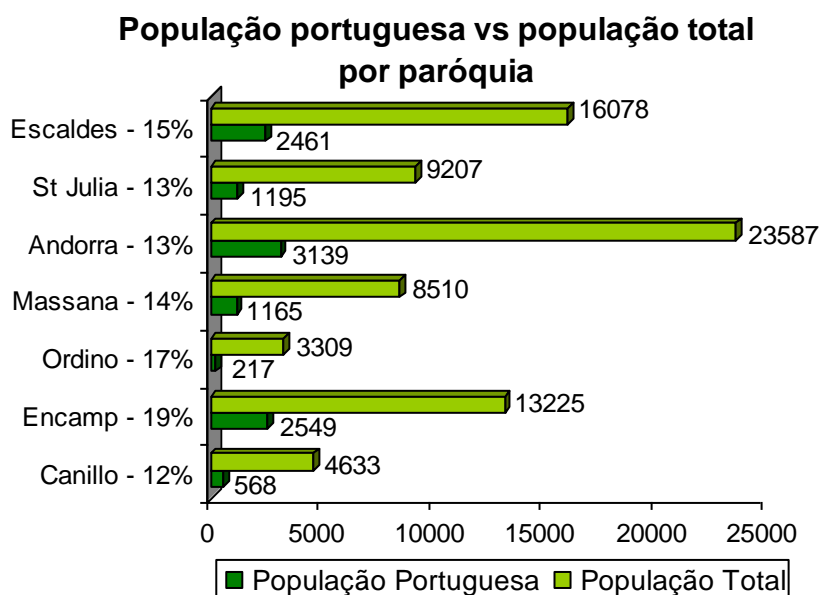
Em 2005, a maioria da população portuguesa residente em território andorrano encontra-se a residir na paróquia de Andorra La Vella (27%). Esta paróquia, juntamente com Escaldes (22%), é o centro nevrálgico do país, onde confluem a grande parte dos comércios, centros comerciais, bancos, serviços e hotéis. Outra localidade com uma forte presença do colectivo português é a paróquia de Encamp (23%).

Percentagem da população portuguesa distribuída por paróquia



Fonte: Estadístiques de Població 2005. Elaboração própria.

Procedo, de seguida, a uma análise percentual entre os efectivos totais da população e os efectivos portugueses para obter números mais reveladores da concentração do colectivo por paróquia.

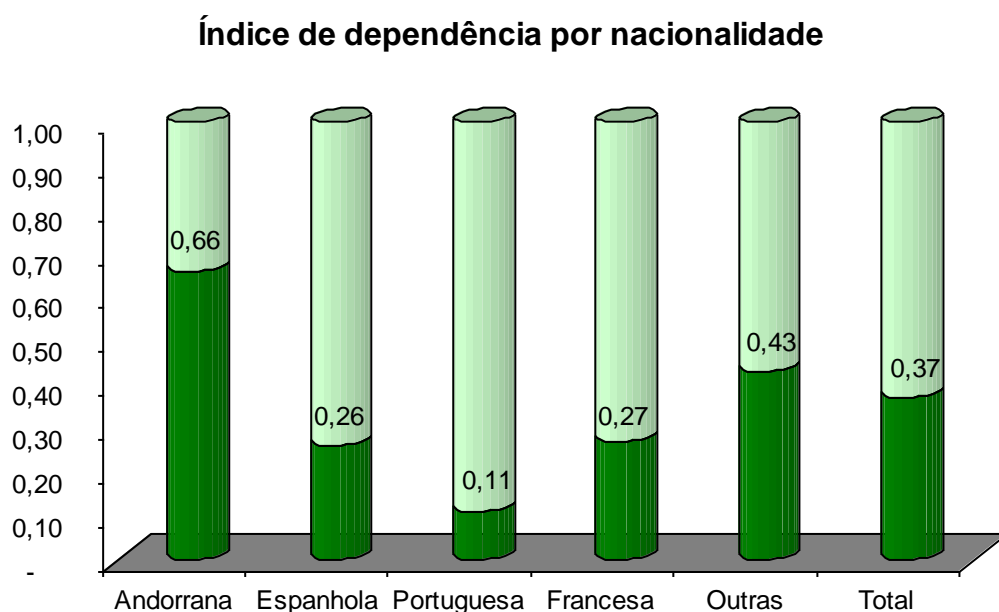


Fonte: Estadístiques de Població 2005. Elaboração própria.

A maior concentração de portugueses por paróquia, quando analisados e comparados os valores com os totais populacionais das várias divisões territoriais, situa-se em Encamp, seguida de Ordino e Escaldes. A paróquia de Andorra La Vella, que no gráfico anterior se destacava das restantes paróquias com um 27% do total da população portuguesa residente em Andorra, surge agora numa posição mais intermédia. De forma surpreendente destaca-se a paróquia de Ordino que em valores absolutos apresenta uns escassos 2% do total de portugueses que vivem no Principado. Uma vez comparados os valores da população portuguesa residente em Ordino com os valores da população total dessa paróquia, passamos a verificar que 17% da população de Ordino é portuguesa, valor apenas ultrapassado pela paróquia de Encamp, onde os portugueses constituem um 19% da sua população total.

4.6. Índice de dependência

Este índice pretende avaliar a relação entre as pessoas dependentes e activas e é encontrado pela soma da população com mais de 64 e menos de 15 anos dividido pela população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos. Uma taxa superior a 1 significaria que teríamos mais pessoas dependentes (crianças e reformados) que pessoas em idade de trabalhar.



Fonte: Estadístiques de Població 2005. Elaboração própria.

É junto da população portuguesa que encontramos o menor índice de dependência quando comparada com os restantes colectivos, nomeadamente com os andorranos que apresentam o índice mais alto de dependência. O grupo de portugueses é aquele que possui maior número de indivíduos a exercer uma determinada actividade profissional em comparação com a população de crianças e reformados do conjunto dos seus membros. Este índice é importante na medida em que leva a confirmar o carácter provisório e estritamente laboral de muita da emigração que se dirige a esse território.

De qualquer forma, é possível que nos próximos anos, com a evolução do ciclo migratório, o número de activos em relação ao número de dependentes diminua e o índice de dependência, consequentemente, aumente.

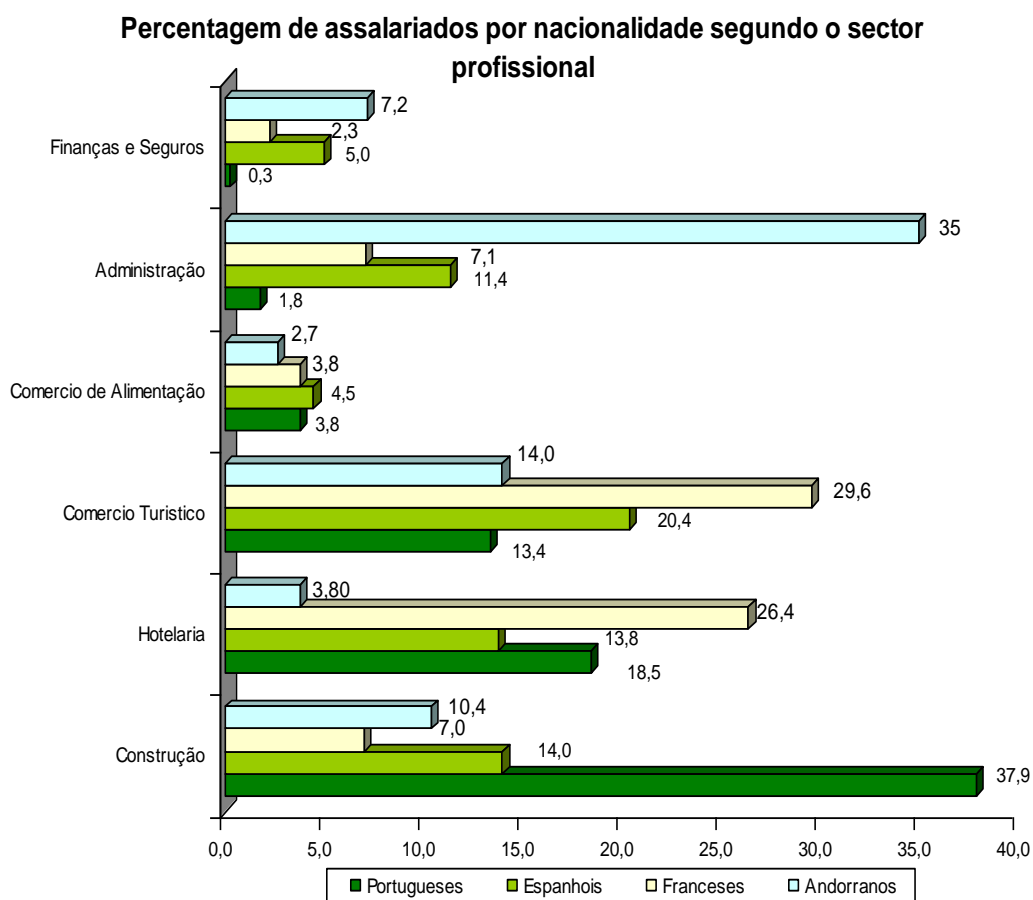
4.7. Distribuição por actividade profissional

Ao caracterizar as migrações internacionais fiz uma abordagem mais detalhada a duas variáveis das inúmeras que as compõem, centrando-me na distinção entre migração temporária e definitiva e na distinção entre migração profissional e laboral. Vejamos de seguida o sentido desse deferimento.

Sabemos que Andorra ao longo das últimas décadas tem optado por uma política de imigração que se identifica com o sistema de trabalhadores convidados, privilegiando a migração temporária. Quer esta se realize ou não em termos da durabilidade pretendida, tenderá a

migração portuguesa a dirigir-se preferencialmente para os sectores do mercado de trabalho coincidentes com uma migração de tipo laboral?

No caso do colectivo português e dos membros que o compõem, a resposta é sim. Enunciei que a migração laboral, ao contrário da profissional, define uma mão-de-obra estrangeira não qualificada ou pouco qualificada. A segmentação dos portugueses no mercado de trabalho andorrano em três ou quatro sectores específicos, pouco especializados e com pouco reconhecimento social, não deixa margens para dúvidas.



Fonte: CASS – 2002, disponível em BATALLA, 2004. Elaboração própria.

Os trabalhadores procedentes de Portugal representam, no ano de 2002, 16% da população afiliada à CASS. Neste gráfico, a construção e anexos de construção, sectores de actividades definidos pela CASS, foram agregados num único sector. Também foram incluídos os três sectores que, no conjunto dos portugueses assalariados, se destacam por empregar mais de 10% do colectivo, a hotelaria, o comércio turístico, a construção.

O gráfico disponibiliza ainda dados sobre outros três sectores de actividade que embora empreguem menos de 10% da população portuguesa, achei por bem serem incluídos, pelo seu valor analítico. São eles, o sector *finanças e seguros*, *administração* e *comércio de alimentação*, com valores de 0,3%, 1,8% e 3,8%, respectivamente.

No sector *finanças e seguros*, que emprega profissionais da banca, companhias financeiras, companhias de seguros e agências aduaneiras, a presença de portugueses é irrisória. Apenas 0,3% dos portugueses se empregam neste sector. Este valor representa um 1,1% no total de trabalhadores que esta actividade emprega.

Por seu lado, o sector da *administração* emprega profissionais, quadros médios e superiores ou colaboradores da administração geral, segurança social, serviços públicos, ministérios da justiça e economia. Apenas 1,8% dos portugueses trabalham em actividades relacionadas com este sector. Este valor representa 2,3% no total de trabalhadores que esta actividade emprega. Estes dois sectores merecem um especial destaque porque incluem actividades profissionais que se identificam pelo seu elevado grau de especialização ou qualificação.

O sector *finanças e seguros* inclui actividades que possuem grande prestígio social e com elevadas remunerações. De forma geral, e como poderemos visualizar ao longo dos relatos presente na III parte do estudo, as actividades relacionadas com sector da administração são consideradas como privilegiadas, tanto pelos horários de trabalho como pela detenção de determinados privilégios socioeconómicos. A percentagem de portugueses que trabalha no sector da banca e seguros manteve-se praticamente intacta desde 1990 (de 0,2% para 0,3%) e a percentagem de portugueses no sector da administração conheceu um ligeiro crescimento (de 0,4% para 1,8%).

O sector *comércio de alimentação* embora empregue apenas 3,8% dos portugueses, é um sector relevante na medida em que a presença do conjunto de portugueses nesse sector situa-se na ordem dos 15,9%, percentagem apenas ultrapassada pelos trabalhadores de nacionalidade espanhola. É uma actividade que pode passar despercebida numa análise meramente percentual, por nacionalidade, mas que numa análise percentual por sector, ganha relevância. Esta questão explica-se pelo simples facto de ser um sector profissional que emprega pouca população no seu total.

O sector profissional onde os portugueses mais se empregam é na *construção*. 37,9 % dos portugueses que residem no Principado trabalham em empresas de construção ou em actividades

relacionas com o sector. É um sector que emprega uma mão-de-obra eminentemente masculina e de grande desgaste físico. Em 1990, este sector empregava 44,2% dos portugueses. Se a isto acrescentarmos que neste sector, em 2002, mais de 50% dos trabalhadores eram de origem portuguesa, é bem visível, portanto, a quebra do sector da construção. Se em 1990, apenas este sector empregava 20,9% do total de assalariados do país, em 2002 esse valor cai para 16,6%. A *hotalaria*, a segunda actividade profissional que mais se destaca junto do conjunto de portugueses assalariados, representa 18,5% na empregabilidade destes. Este sector, ao contrário da construção, não desce a sua taxa de representação no mercado laboral andorrano, mantém-se nos 14% entre 1990 e 2002, mas nele, os portugueses também se empregam menos, uma vez que em 1990 eram 22,6%.

Por último, o sector do *comércio turístico*, onde em 2002 se empregam 13,4% dos portugueses. Em 1990 essa percentagem era de 11%. Este sector, que engloba actividades viradas ao turismo, desde a mais pequena loja de perfumes aos maiores centros comerciais, representa 18,8% do total de empregos (desce de 21,2% em 1990) e emprega uma mão-de-obra fundamentalmente feminina. Na análise percentual por sector este emprega 11,8% de portugueses contra os 15,9% de portugueses do comércio de alimentação. Ora, sabendo que o comércio de alimentação representa apenas 3,9% dos empregos disponíveis no mercado laboral andorrano, contra os 18,8% do comércio turístico, como é que se pode entender esta discrepância na empregabilidade dos portugueses nestes dois sectores? Na minha opinião, esta diferença pode ser um forte indicador da fraca integração dos portugueses a nível linguístico já que, ao contrário do sector da alimentação, no sector turístico os conhecimentos da língua catalã na hora de selecção do trabalhadores são mais tidos em conta.

Destacaria ainda dois sectores que representam cerca de 9,21 % e 8,9 % entre o conjunto dos assalariados portugueses, na categoria de *serviços* e *outros*, respectivamente. No sector de actividade *serviços* a CASS inclui, entre muitas outras, as três seguintes actividades: limpeza, estações de serviço e transportes de passageiros. Ainda que no sector de serviços a percentagem de portugueses seja inferior aos trabalhadores de nacionalidade espanhola (59,8%) e andorrana (14,9%), penso que estas três actividades em concreto fazem subir a representação dos trabalhadores portugueses neste sector para um número relevante que ultrapassa os 10% (11,5%). De referir também que a percentagem de portugueses presentes neste sector, quando comparada com os dados da CASS do ano de 1990, quase duplica. No sector de actividade *outros* a CASS inclui a categoria pessoal doméstico, actividade que, na minha opinião, justifica a percentagem de 8,9% dos assalariados portugueses. Em 1990, esta percentagem situava-se nos 5,5%. Ainda que se faça sentir, a subida não é tão relevante quanto na anterior actividade.

III PARTE

EMIGRANTES PORTUGUESES EM ANDORRA: DISCURSOS E CONTEÚDOS

5. ENTREVISTAS

5.1. Metodologia

A utilização de entrevistas, em pretérito de inquéritos, é uma condição quase *sine qua none* dos estudos de carácter qualitativo. Apesar da existência de um guião predefinido – assegurando que os principais núcleos temáticos fossem comuns a todas as entrevistas, o que nos levaria a defini-las como semi-directivas – procurei seguir o método biográfico. Assim, e apesar de ao longo das entrevistas introduzir os critérios temáticos que pretendia aferir, tentando balizar a entrevista de forma a que esta seguisse o guião prévio que contém assuntos relevantes na investigação, tentei que fosse o próprio entrevistado a desenvolver o seu discurso, dando-lhe apenas algumas coordenadas necessárias a uma melhor orientação do mesmo, permitindo, desta forma, que cada discurso respeitasse algumas directrizes definidas e tocasse em alguns pontos cruciais à investigação.

Assumindo uma filosofia que privilegia a história de vida do entrevistado, o método biográfico permite recolher uma quantidade considerável de informação. Ao não impor perguntas, dirigindo apenas o discurso do entrevistado em direcções mais ou menos predefinidas, tem a vantagem de dar ao entrevistado uma sensação de abertura e de liberdade de expressão que influencia de forma positiva a transparência do seu discurso. Este método de entrevistar permite ainda que, muitas vezes, seja o próprio entrevistado a levantar e a avançar com questões pertinentes não formuladas pelo investigador. Desta forma é estabelecida uma interacção muito salutar entre ambas as partes, que só privilegia e enriquece a investigação.

A análise da informação recolhida nas entrevistas realizou-se de forma individual. Sequencialmente, entrevista a entrevista, extraí informação sobre os temas definidos. Não obstante, a riqueza de variantes significativas presentes nas entrevistas levou-me a reformular o quadro de análise e, simultaneamente, com os suplementos de informação que iam surgindo ao longo dos testemunhos, acrescentei potenciais núcleos temáticos, formando uma espécie de modelo susceptível de ser aplicável a todas as entrevistas. Esta técnica de análise precedeu a análise transversal e serviu de base à mesma. Apresento em anexo uma grelha que resume a análise individual nos núcleos temáticos que tinham sido pré-definidos (ver anexo III).

Organizada a análise individual, resta-me acrescentar que é com base no quadro de análise reformulado que se procede à análise de conteúdo que consta do índice do trabalho. A análise de conteúdo incluída no estudo é transversal, num cruzamento de informações por temas. Nesta análise foram retiradas frases ou situações que pudessem ilustrar os temas definidos, sendo que procurei encontrar nas várias entrevistas realizadas a maior heterogeneidade possível de pontos de vista. Por outro lado, sempre e quando me deparei com a repetição de informação homogénea relevante, proporcionada em várias entrevistas, tentei apreender e destacar essa padronização, procedendo-se a uma escolha dos excertos das entrevistas que melhor reflectissem o ponto de vista em questão. Trata-se de cruzar analiticamente cada entrevista procurando as semelhanças e as diferenças nos trajectos de vida, nas identificações e nos comportamentos.

Nem todas as entrevistas dão informação relevante para cada tema. No entanto, na análise de alguns temas foi possível estabelecer tipologias que englobam uma totalidade de respostas, situações ou padrões de comportamentos. Assim, procurei operacionalizar os conteúdos das entrevistas e integrá-los nessas tipologias, estabelecendo frequências de respostas para cada divisão englobada na tipologia. Esta metodologia permite observar de forma mais esquematizada a totalidade das diferentes entrevistas, estabelecendo de forma imediata uma relação entre o conteúdo significativo e o número de respostas.

Os excertos das entrevistas presentes na análise foram transcritos de forma literal, respeitando-se as construções frásicas e os recursos linguísticos dos vários informantes. Eliminaram-se algumas reiterações ou tiques expressivos de forma a facilitar a leitura dos relatos. Tentei reproduzir de forma fiel as variações linguísticas, ou seja, a mudança de uma língua para outra, constante em grande parte das entrevistas realizadas. Às palavras em castelhano e catalão ou estrangeirismos introduzidos a meio do discurso apenas se deu um tratamento de transcrição em itálico, seguido, se considerado necessário, de uma tradução. Para dar um exemplo: “Disse à minha filha que se tinha de *espavillar* (desenrascar)”. Estas variações linguísticas, na introdução de palavras numa língua diversa daquela com que se produz o discurso, estão presentes sobretudo nos emigrantes com mais anos de residência ou com menor nível de estudos e considerámos ser importante uma exacta reprodução das mesmas pelo seu possível interesse sociolinguístico.

Foi realizada uma totalidade de 15 entrevistas. Com esta quantidade de entrevistas, adequada a um estudo qualitativo deste calibre, a pretensão não é, obviamente, alcançar uma representatividade da população portuguesa residente no Principado. Ou seja, o estudo não é representativo mas significativo dessa mesma população. As entrevistas foram realizadas em períodos distintos, durante duas estadias no Principado que se prolongaram de Junho a Julho de

2005 (da entrevista 1 à 6) e de Agosto a Setembro de 2006 (da entrevista 7 à 15). Todas as entrevistas foram realizadas junto dos emigrantes, no seu meio pessoal, social ou no seu local de trabalho. Por outro lado, procurei, sempre que possível, conviver com o entrevistado e com excepção de duas entrevistas, estive mais de uma vez com este noutra ambiente distinto ao da entrevista em si, em convívios familiares ou associativos, passeios, bares, jogos de futebol, actuações do rancho, etc... Vários informantes foram visitados no seu local de trabalho. Procurei conhecer os filhos, os amigos, os carros, as casas ou os quartos dos hotéis e, de uma forma geral, sensibilizar o informante para a importância do estudo, tentando envolvê-lo no mesmo, quer fosse dando informações de actividades que o investigador pudesse presenciar ou pedindo referências de pessoas para a realização de entrevistas. Nestas condições só muito dificilmente o relatado se afasta da realidade vivida pelo informante e presenciada pelo investigador. Sem esta chamada de atenção talvez se tornasse imperceptível o tempo gasto e o cuidado que se dedicou à obtenção das mesmas.

5.2. Guião de entrevista

As entrevistas respeitam um guião pré-definido que pode ser consultado no anexo IV. Concebidas como relatos de vida, nelas são recriados aspectos individuais, familiares e sociais. As pessoas entrevistadas, ao narrarem as suas experiências e histórias particulares, nem sempre seguem uma ordem espaço-temporal mas acabam por narrar etapas da sua vida antes da chegada a Andorra, a forma de chegar e de se estabelecerem no país, bem como projectam uma imagem de si próprias no futuro.

Os vários pontos presentes no guião de entrevista permitem abordar e recolher uma série de informações respeitantes ao indivíduo entrevistado, à sua rede familiar e social, ao seu processo de inserção e à sua percepção identitária. Outros aspectos presentes no guião abrangem perguntas que embora latentes ao processo migratório, incorporam unidades básicas de informação que facilitam a sistematização e a análise de conteúdo das entrevistas.

5.3. Caracterização e perfil sociográfico dos entrevistados

As entrevistas realizadas foram feitas de forma aleatória a emigrantes de ambos os sexos residentes no Principado de Andorra, ainda que, dentro desta aleatoriedade, se tivessem estabelecido alguns parâmetros. Desta forma, procurei realizar contactos em distintas localidades do Principado (Encamp, Andorra la Vella, Escaldes, Ordino, Sant Julià e La Massana) e que estes contactos fossem ao encontro de pessoas dos mais variados sectores profissionais, idades e níveis de estudos. Também tentei que os entrevistados representassem várias regiões de

proveniência. Em relação ao tempo de residência marquei como critério mínimo seis meses de residência no Principado.

Assim, e para ter uma noção precisa do universo utilizado neste estudo, procedi a uma esquematização do mesmo tendo por base os dados sociográficos mais importantes. Desses dados, alguns anteriores e outros posteriores ao processo migratório, constam: o sexo, o estado civil, a idade, o nível de estudos, a região de origem, o tempo de residência na sociedade de acolhimento e a profissão actual.

Em relação à actividade profissional e para preservar o anonimato dos nossos informantes, estabelecemos as seguintes possibilidades por sectores, que seguem directrizes definidas pelo Centre de Recerca i Estudis Sociològics (CRES) do Institut d'Estudis Andorrans (IEA): 1) agricultura, 2) indústrias primárias, de transformação e garagens, 3) construção, 4) comércio, 5) hotelaria e restauração, 6) serviços pessoais e de limpeza, 7) serviços empresariais, turísticos e imobiliários, 8) finanças, seguros, profissões liberais, ensino e saúde, 9) administração, 10) proprietários e gerentes. Existem também outras três últimas categorias: 11) estudantes, 12) reformados e 13) domésticas. A categoria comércio foi separada da hotelaria e restauração por aquele sector implicar uma maior exigência no conhecimento e uso do catalão. Na categoria finanças, seguros, profissões liberais, ensino e saúde, tentei agregar todas as actividades profissionais que exijam elevadas qualificações, formação específica ou estudos superiores.

Visualize-se de seguida a tabela onde se encontra de forma organizada e esquematizada o perfil sociográfico dos entrevistados.

Entrevistados	Sexo	Estado Civil	Idade	Nível de Estudos	Região de Origem	Tempo de Residência	Local de Residência	Sector Profissional
Entrevista 1	Homem	Solteiro	30 a 40 anos	Universitário	Açores	1 a 5 anos	Andorra la Vella	Serviços Empresariais
Entrevista 2	Mulher	Casado	40 a 50 anos	Básico	Trás-os-Montes	10 a 20 anos	San Juliá de Lòria	Proprietários e Gerentes
Entrevista 3	Mulher	Casado	30 a 40 anos	Básico	Minho	10 a 20 anos	Andorra la Vella	Serviços Pessoais e de Limpeza
Entrevista 4	Homem	Solteiro	20 a 30 anos	Secundário	Estremadura	Menos de 1 ano	Escaldes	Hotelaria e Restauração
Entrevista 5	Mulher	Casado	40 a 50 anos	Básico	Minho	20 a 30 anos	Massana	Serviços Pessoais e de Limpeza
Entrevista 6	Homem	Solteiro	40 a 50 anos	Preparatório	Trás-os-Montes	10 a 20 anos	Andorra la Vella	Construção
Entrevista 7	Mulher	Solteiro	20 a 30 anos	Universitário	Minho	10 a 20 anos	Ordino	Estudantes
Entrevista 8	Mulher	Solteiro	20 a 30 anos	Formação Profissional	Trás-os-Montes	10 a 20 anos	San Juliá de Lòria	Comércio
Entrevista 9	Mulher	Solteiro	20 a 30 anos	Universitário	Ribatejo	20 a 30 anos	Massana	Administração
Entrevista 10	Homem	Solteiro	20 a 30 anos	Formação Profissional	Minho	20 a 30 anos	Andorra la Vella	Serviços Empresariais
Entrevista 11	Homem	Casado	40 a 50 anos	Preparatório	Alentejo	1 a 5 anos	Andorra la Vella	Construção
Entrevista 12	Mulher	Casado	20 a 30 anos	Secundário	Estremadura	1 a 5 anos	Massana	Hotelaria e Restauração
Entrevista 13	Mulher	Casado	20 a 30 anos	Formação Profissional	Estremadura	Menos de 1 ano	Escaldes	Comércio
Entrevista 14	Homem	Casado	30 a 40 anos	Secundário	Minho	10 a 20 anos	Encamp	Finanças e Seguros
Entrevista 15	Homem	Casado	40 a 50 anos	Preparatório	Trás-os-Montes	Menos de 1 ano	Escaldes	Construção

5.4. Identificação dos entrevistados e codificações

Na análise da situação social dos portugueses incorporam-se dimensões como as redes sociais, a integração social e a identidade que são, por sua vez, subdivididas em indicadores temáticos que lhes dão corpo. Nestes indicadores explanam-se as afinidades e oposições entre as diferentes narrativas, ilustradas por relatos retirados das entrevistas. Por debaixo destes excertos identifica-se o entrevistado utilizando algumas características do seu perfil sociográfico. Estas características permitem, mais que nada, uma identificação rápida do informante no que respeita a algumas características que podem ter relevância no discurso do mesmo e que no fundo podem ajudar a conferir significâncias a um determinado discurso. O rigor da classificação é preterido em função da visibilidade e de uma leitura facilitada do perfil do entrevistado. Todas as citações, identificadas através destas características gerais, tentam respeitar a privacidade do informador. Exceptuam-se os casos de figuras com relevância política ou empresarial, cujos testemunhos têm um carácter público ou institucional e dos quais se obteve uma autorização prévia respeitante à identificação e utilização das citações. No caso de referência a empresas, lugares ou nomes de

pessoas que o informante queira preservar o anonimato (ou que a nosso critério este deva ser preservado), alterou-se o nome para um nome fictício que aparece escrito em letra maiúscula. Para além da agregação ao nível da profissão, abreviámos determinadas classificações, assim: quando H – homem, M – mulher; na idade: se tivermos I-30/40, temos um entrevistado entre os 30 e 40 anos de idade; o tempo de residência foi abreviado para TR, quando TR1/5, por exemplo, teremos um entrevistado com 1 a 5 anos de residência.

6. REDES SOCIAIS

Antes de observar os elementos disponíveis sobre as *redes sociais* dos portugueses, importa explicar os contornos em que o conceito é definido e operacionalizado. Neste contexto, o termo *redes sociais* é empregue como sinónimo de *sociabilidade* de forma a agrupar as redes relacionais que os indivíduos estabelecem no seu quotidiano com diversos tipos de actores e conteúdos. O que aqui nos interessa analisar é com quem se relacionam regularmente os portugueses e se essas redes de relacionamento social quotidiano decorrem dentro das fronteiras do próprio grupo ou se envolvem também outros colectivos, extravasando-as. A ideia que nos pode guiar ao longo da leitura destes elementos é a de quanto mais as sociabilidades forem orientadas para dentro, maiores tenderão a ser os contrastes culturais com a sociedade de acolhimento, enquanto que a existência de redes de sociabilidade interétnicas fortes revela continuidades culturais, apontando estas no sentido de uma maior integração (Machado, 2002).

Existem vários tipos de sociabilidades: as formais, de tipo associativo, ou as informais, de carácter colectivo ou interpessoal. O estudo aprofundado das redes sociais permite-nos ainda definir graus de densidade (relações que unem os vários actores a um actor social de referência), a composição (graus de coesão e homogeneidade) e a dimensão (número de actores e contactos envolvidos) destas. Outras dimensões poderiam ser explicitadas. Este estudo, naturalmente limitado, não incluiu os indicadores analíticos necessários de forma a poder reflectir todos os aspectos que poderíamos destringir nas redes de relacionamento social. Optámos, neste ponto em concreto, por definir as sociabilidades informais, de carácter espontâneo, deixando a análise das sociabilidades formais, as de tipo associativo para o ponto seguinte aquando da análise da integração do grupo na sua dimensão cultural e associativa. Por outro lado, incluímos uma análise à composição das sociabilidades na abordagem ao relacionamento intra-étnico e interétnico. Por último, atentamos em como se estabelecem as relações entre os entrevistados e o actor social que possa ter constituído de elo de ligação entre a meio de origem e o meio

envolvente. Nesta questão, encontramos também relatos em que é o próprio migrante que serviu de elo de ligação a um outro actor social.

Antes destes pontos, vejamos rapidamente alguns testemunhos sobre as situações socioeconómicas vividas antes da migração e alguns dos motivos vários que contribuirão a uma potenciação do acto migratório.

6.1. Situação social e económica previa à emigração

«Só sabem aumentar tudo mas os ordenados nunca aumentaram. Ou seja, o ordenado base em Portugal agora é de quanto?! 400 Euros, não? Por isso, já vê. Se uma pessoa mora sozinha, a pagar uma renda de 500 Euros em Portugal, como é que está? Bem não pode estar, de certeza. Depois é comida, é gás, é água, é luz, carro... E uma pessoa também precisa de sair, ter algum dinheiro disponível para poder sair. Já que eu não conseguia ter isso lá, tive de vir para aqui.»

(entrev. 4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

«Oito (irmãos). Estávamos de caseiros e a vida, buf, naquela altura ia-nos fatal... os meus pais viviam do campo e não tínhamos, praticamente, não tínhamos nada. Muitas vezes estávamos à espera que os meus pais fossem à feira para nos trazer um café e uma bolachinha que repartíamos entre dois irmãos, a metade para cada um, ou umas laranjas ou o que fosse. Era totalmente diferente e eu com doze anos fui trabalhar para fora. Fui para Aveiro trabalhar para uma fábrica... Tinha lá as minhas irmãs mas foi um pouco forte. O dinheiro que ganhávamos... não comprávamos assim como outra pessoa, não? Que muitas vezes tinha assim vontade de comprar uma saia que não comprava porque necessitávamos do dinheiro para os meus pais!»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Compravam às prestações. E no livrinho os meus pais tinham apontado tudo o que tinham que comprar e tudo o que deviam ao banco e tudo o que lhes sobrava para comprar. Então a minha mãe contava-me que não dava para comprar iogurtes porque eram muito caros, ou seja, a situação era muito má.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

6.2. Motivos

- dinheiro

«O dinheiro, sem dúvida nenhuma porque enquanto nós lá estávamos a cobrar 350 Euros de ordenado mínimo, aqui o ordenado mínimo era 850.»

(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

«Na construção civil, o ordenado é baixo, são 500 Euros o que ganha o trolha, com 500 Euros estar a pagar cerca de 400 Euros de um apartamento, não me sobrava nada para comer, era obrigado a andar no clandestino.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

- desgosto pessoal

«E tive motivos para vir para Andorra mas foi mais para esquecer uma rapariga -que eu namorei quando andava na tropa - que teve uma filha, que eu também tenho uma filha. Os meus pais é que quiseram que eu esquecesse essa rapariga e vim para aqui. (...) Uma pessoa solteira tem mais liberdade - que não tem com os pais - e sabes como são as aldeias, se uma pessoa faz qualquer coisa no outro dia já toda a gente sabe.»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

- afectivos

«Eu vim de férias e entretanto conheci o Jordi e fiquei por isso. (risos) É algo! Ou seja, eu não emigrei por necessidade.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

- divórcio

«Ela veio mais por causa disso porque ela divorciou-se e ao divorciar-se sabes que na aldeia não há aquela coisa.... Não ganhas tanto e custa muito e então ela veio, como tinha aqui a família pois veio para aqui.»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Conheço muitos que estão cá porque se separaram. (...) Também já passei por isso e sei os problemas que dá o divórcio, não é? Uns aguentam o divórcio, outros não e afastam-se da família, porque muitos deles estão aqui e o que ganham cá fica. Só estão aqui como quem diz: “estou longe de tudo”.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1ano, construção)

- conciliação da vida laboral e familiar

«O meu pai trabalhava muito, quase não me via, acho que a minha mãe me explicava que ele chegava a casa e eu já estava dormir, e depois, claro o meu pai arranjou outro trabalho por intermédio do meu tio para ir para o bacalhau, ou seja, para embarcar. Aí ganhava muito bem, ganhava muito dinheiro mas o problema é que faltava connosco. Estava muito pouco tempo comigo e mal educava-me porque quando vinha queria-me ganhar, queria que eu gostasse do meu pai igual que da minha mãe, comprava-me montes de coisas e não era boa educação e também a minha mãe não queria essa situação, o meu pai nunca estava em casa, para mim não era bom e ela passava os dias a chorar.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

6.3. Redes familiares, afectivas e relacionais na migração

O familiar, o amigo ou o conhecido que incentiva a migração, é muitas vezes a pessoa que acompanha o novo emigrante na primeira viagem que este realiza à sociedade de acolhimento. Notei algum desconforto por parte de algumas pessoas que conheci quando se falava desta figura, à qual poderíamos chamar de *elo de ligação*, sobretudo nos casos não-familiares. É que a relação actual com a pessoa que foi o elo de ligação no início do processo migratório nem sempre é a melhor.

Os seguintes relatos auxiliam-nos na compreensão do funcionamento das redes afectivas, familiares e relacionais na emigração portuguesa. Porque vêm e com quem falaram? Como vêm e quem os ajuda? Auxiliam-nos também a entender porque são tão alargados e intensos os vínculos afectivos que a maioria dos entrevistados expressou ter com a família residente em Andorra. De seguida, iremos verificar de que forma o emigrante foi ajudado através destes vínculos a fazer os papéis, a encontrar emprego ou na questão da casa.

«(A minha mãe) Chega amanhã. A ver como é que as coisas vão correr... Provavelmente melhor do que aquilo que correram lá. Para já não está o meu padrasto. As minhas irmãs pequenas hão-de vir que é aquilo que eu mais quero! (...) A casa já está, agora o próximo passo é arranjar trabalho para a minha mãe. Logo a seguir: escola para a minha irmã mais pequenina. (...) Tenho um amigo meu que está a tentar vir para cá também. (...) Eu disse-lhe a ele que se quisesse vir, para vir em Setembro, que já tinha as coisas mais organizadas para o meu lado, para depois poder ajudar a ele. De modo que ele diz que vai ver se consegue arranjar o dinheiro até lá para depois vir para cima. Como já me ajudaram a mim, eu também ajudo os outros.»

(entrev. 4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1 ano, hotelaria e restauração)

«Aconteceu com toda a família. Sempre foi que vinha alguém – que já vieram mais irmãos dessa pessoa com quem eu vim, vieram três ou quatro irmãos mais –, e foi essa coisa de todos se ajudaram uns aos outros.»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Tinham a minha tia, irmã do meu pai que já vivia aqui. Depois vieram eles para aqui viver com ela. (...) Ajudou na casa, os meus pais viveram com ela para se manterem mais ou menos até que encontrassem trabalho e pudessem pagar um *piso*.»

(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Teve cá um tio meu que já se foi embora. E também teve cá uma prima minha, sobrinha da minha mãe, que também já se foi embora. Vieram por uma temporada... (...) a minha mãe deu-lhes casa, ajudou-os a arranjar documentos, trabalho e uma casa para eles...»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Agora da parte da minha mãe, dos oito irmãos, estão cá todos! Já estava cá a irmã mais velha, depois veio a minha mãe... todos atrás uns dos outros.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

Este estudo não se especifica a entender o funcionamento das redes sociais na origem (desenvolve melhor o papel das redes no destino), ainda que desconfie que estas possam estar na base de muitas das deslocações. O papel que o emigrante desenrola durante as estadias e/ou férias em Portugal pode ser determinante. Quis, ainda que brevemente, tocar no tema e perceber como se comporta a pessoa quando visita Portugal perante pessoas que possam estar interessadas em iniciar um projecto migratório. Trava esse processo? Incentiva-o? Vejamos, segundo este entrevistado, as parcas possibilidades que oferece Andorra no sector da construção civil:

«Conselhos que dava, não, que dei. Porque, de facto, estive lá oito dias agora... O meu pai há dois anos que tem uma empresa dele, de construção. (...) E, de facto, lá na terra toda a gente me conhece e ao meu pai. Não me esqueço que no primeiro dia em que lá cheguei à noite, no restaurante onde estávamos a jantar, veio um rapaz novo que não tinha emprego em Portugal, queria sair lá de Portugal e pediu-me informações. (...) O pessoal que eu conheço e quer vir é tudo para a construção. Nesse aspecto Andorra leva todo o ano que não dá papéis para a construção.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

6.3.1. Utilização das redes sociais na 1ª residência

Também na questão residencial e sobretudo no início do processo migratório, as redes são de uma importância vital. As dificuldades em encontrar casas para alugar ou mesmo a dificuldade em encontrar um quarto num hotel económico, agravam qualquer situação mais descontraída e é por isso que é precisamente na habitação que as redes familiares e relacionais jogam um papel de suporte e apoio muito activo. Ter família ou amigos chegados que ofereçam a sua casa por uns tempos é quase condição *sine qua non* para se poder emigrar para Andorra. Apenas em casos (raros) de emigrantes que não partam de situações económicas desfavoráveis a situação contrária se pode dar.

«La ajudando e também veio para aqui porque tinha os irmãos, eu tenho outro irmão em Encamp. Veio para aqui pois queiras que não, pois sempre... “vou para a casa da minha irmã se não tenho onde dormir”. Sempre tem aqui uma ajuda porque se vais para um país que não tens ninguém, que não conheces

ninguém... não podes aventurar-te assim que chegas lá e ao melhor não conheces nada, nem nada (...). Normalmente a gente que chega aqui ou já tem que vir para a casa de um familiar ou de amigos enquanto não encontram uma casa para eles... (...) a minha irmã, sem ir mais longe. Veio em Janeiro e teve que vir aqui para a minha casa. Eu procurei-lhe trabalho, fiz-lhe os papéis, fiz-lhe tudo... e teve de estar aqui na minha casa até ao final de Abril... que foi quando lhe deram um quarto no hotel. Ela agora está no hotel, dorme no hotel.»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Ele só me ajudou na questão de quando eu viesse ter sítio onde ficar, para não me preocupar com a comida e ter sítio onde dormir. E eu já me *espavillaria* (desenrascaria)...»

(entrev.4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

«Foi a filha da minha patroa, como eu trabalhava para eles e naquela altura para encontrares uma casa... E agora igual! Era difícil e outra coisa é que eles não alugam a qualquer pessoa. Tens de ter conhecimentos.»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Entretanto lá na empresa abalou um encarregado e eu fiquei no lugar dele (...). Esse senhor abalou para a Galiza, que ele é galego e a gente dava-se bem (...). E eu disse-lhe assim: “Ó Luís, então vais-te embora e vais deixar a casa?”, “Vou sim, eu não quero aquilo para nada”, “Então e não me a davas a mim?”, não me a davas como quem diz que ele pagava um aluguer... .. “Está bem, amanhã vamos lá falar com a senhora”. E assim foi, (...) no outro dia fomos lá falar com a senhora. Ela disse que não havia problema (...). E assim foi, foi só transferir o contrato para meu nome.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

6.3.2. Utilização das redes sociais na obtenção de emprego

«Ao fim de dois meses ela estava sempre a escrever cartas e a dizer: “Olha que isto aqui é muito melhor, aqui não pagas transportes para ir trabalhar, aqui cobras muito mais”, nós tínhamos estado juntas um ano a trabalhar na mesma loja e ela sempre a dizer: “e aqui mesmo de gorjeta e tudo ganha-se muito e se queres vir eu tenho três trabalhos em vista para ti”, um supermercado, um bar que funciona mais à noite ou o café onde ela estava também a trabalhar.»

(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

«Tinha a família lá (...) e todos os meses lá ia. E eu falei, por exemplo, este mês, a ele: “Ó Fulano, arranja-me trabalho para Andorra se puderes que eu vou”. E ele no mês seguinte foi a Portugal mas antes de ir para Portugal já tinha telefonado para a mulher para me avisar: “Diz ao P. que se prepare que agora eu vou lá e que tenha os papéis todos legais que vem para cá comigo já”»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

Estar inserido numa rede social ou familiar facilita enormemente o impacto da entrada na nova sociedade. Normalmente estas pessoas já vêm com um emprego apalavrado, conseguido pelo familiar ou conhecido. Quem vem sozinho tem essa tarefa mais complicada mas, já em Andorra, pode começar a estruturar essas redes sociais e conseguir que estas sejam efectivas logo após algum tempo de estadia.

«Depois comecei a conhecer gente, saía à noite. Encontrei pessoas portuguesas, amigos meus portugueses. Comecei a fazer amizades novas... E por acaso tive... um excelente rapaz que é o André... que ele é o bagageiro. Ele indicou-me e disse-me: “olha lá no hotel onde eu estou estão a precisar de camareiros”. Eu vim cá, falei com o *maitre* e fiquei logo a trabalhar. Vim logo aqui para o hotel, deram-me logo habitação no mesmo dia.»

(entrev.4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

Outra forma bastante eficaz de construir uma ampla rede de contactos que facilitam a incorporação no mercado de trabalho é o associativismo.

«Não só aqui mas pelas outras empresas que eu levo, foi também na Casa de Portugal que consegui arranjar... Estes patrões de aqui são andorranos mas os outros três patrões que tenho são portugueses e foi tudo, de facto, na associação.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

As redes familiares e relacionais são fundamentais no funcionamento do mercado de trabalho. Como é demonstrado nos dois relatos que se seguem, as redes são utilizadas na angariação de mão-de-obra e jogam um papel fulcral no sector da construção civil:

«Foi um senhor que trabalhava para mim lá na minha pequena empresa, ele sabia que aquilo estava mal, eu tinha-lhe contado (...). E ele veio para Andorra e passados seis meses telefonou-me.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«Através de portugueses que já cá estão, que é o meu caso. (...) Se ele (patrão) precisar de dois, três, quatro ou até mais, fala com aquelas pessoas com quem tem mais confiança. “Se conseguires arranjar-me mais um ou dois lá em Portugal, traz para cima”. E é assim dessa maneira, que foi o que aconteceu comigo, o meu antigo colega, o patrão falou-lhe que precisava e ele trouxe-me a mim. E é assim que vai andando, é à rotação.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

6.4. Relacionamento intra-étnico

As relações intra-étnicas, dentro do meu universo de entrevistados, foram uma das questões mais surpreendentes. Saídos do capítulo das redes afectivas e relacionais, e depois de verificarmos as múltiplas relações de interdependência pessoal de muitos entrevistados, poderíamos esperar uma forte coesão social estendida a boa parte do colectivo. Este capítulo, que se alarga ao relacionamento que os entrevistados possam ter tido com os portugueses com quem se tenham cruzado, parece contradizer totalmente o anterior. Os sentimentos vão desde a estranheza linguística entre indivíduos do mesmo país a relatos sobre uma grande competitividade laboral.

«Aqui algarvios... Por acaso tive um comigo a trabalhar aqui há sete anos ou oito. Algarvio, algarvio que tu não lhe tiravas nem uma *palabra* da boca quando ele começava lá com o sotaque...»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Quando se apercebeu na reunião que fizemos e que disseram que o meu nome, que eu passava a responsável (...), nem me fala da mesma maneira. Eu continuo (...) tu para aqui, tu para ali na mesma. É que não mudou nada entre mim e ela mas ela está diferente comigo. E não é a nível geral, é porque tu és portuguesa e chegaste aqui e já estás como estás.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

O seguinte entrevistado relata um pouco a situação de fechamento social entre os membros de nacionalidade portuguesa:

«Há tendência a ficar alojados em apartamentos, em hotéis e residências. E aí cria-se um ciclo de companhias que talvez não seja muito favorável pelos menos naqueles primeiros meses, no primeiro ano de adaptação ao país. A gente fecha-se num círculo, está naquele ambiente e não vê outras coisas.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

As descrições de certas situações de mau relacionamento são muito pessoais e particularizadas e opto por obviá-las. Estabeleci a seguinte tabela para tipificar a natureza das relações e observarmos as frequências obtidas.

Tipologia – Natureza da Relações Intra-étnicas	Frequência
1º Tipo – Relação de Conflitualidade Refere-se às situações nas quais as relações são marcadas pelo conflito, que pode ser latente ou manifestar-se de forma activa no quotidiano, impossibilitando a interacção e o relacionamento.	-----
2º Tipo – Relação de Não-Interacção Diz respeito aos casos nos quais as relações não apresentam dinâmicas de conflituosidade, embora também não se verifiquem interacções entre eles (excluindo relações formais, comerciais ou de emprego).	E2, E7, E8, E13
3º Tipo – Relação de Interacção Inclui as situações nas quais se observam interacções do indivíduo com o grupo, que podem ir desde um conhecimento pouco profundo até à amizade.	E1, E3 E4, E5, E6, E9, E10, E11, E12, E14, E15

O tipo de relacionamento intra-étnico mais encontrado é a situação de interacção pois, embora conflituosas ou ligeiramente conflituosas na maioria dos casos, não excluem a interacção e o relacionamento entre/ ou com outros membros. Mesmo assim, foram encontrados 4 casos em que o contacto é mínimo ou inexistente.

6.5. Relacionamento interétnico

Nas relações interétnicas encontramos uma maior variedade de situações e temos relatos muito elogiosos:

«Melhor do que os portugueses. São pessoas que tratam bem a gente, são pessoas que confiam em ti. Eu só tenho que dizer bem dos andorranos.»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«São os melhores amigos que eu tenho! Andorranos, advogados, pessoas mesmo que estão no Governo e outros que estiveram no Governo. São muito boas... (...) Também depende muito de falares o catalão para eles. (...) Eles também vêm as pessoas.»
(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«O meu patrão que é andorrano, andorrano, de famílias de há muitos anos, ele adora Portugal, vai cada ano de férias a Portugal. (...) Ele adora a comunidade portuguesa. Além disso na loja somos cinco e todos os técnicos são portugueses. Ele está encantado, está contentíssimo com um pessoal que tem a trabalhar.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

Outros comentários são menos elogiosos mas quase sempre retidos como memória ou vividos por outros:

«Aqui (...) há gente que é muito racista. *Incluso* uma vez eu vinha no *autobus*, vinham duas senhoras que não sei se eram andorranas, falavam *catalá*, disseram de tudo dos portugueses menos bonitos. (...) E eu nada, eu não disse nada. Mas puseram de tudo... que são uns *cerdos*, que se vêm para aqui trazem toda a

família e que se metem todos num *piso* e que se depois os *pisos* estão caros é por causa dos portugueses, por culpa dos portugueses. Bah! Que comem o trabalho de todos os outros... bah! mas os andorranos o que não pensam é que se não fossem os portugueses e os galegos.. As obras iam fazê-las eles?! Tu não vês um andorrano a limpar um hotel, hem? Nem vês um andorrano a limpar uma casa, hem? E que *a lo mejor* (porventura) é muito menos do que eu... muito menos pessoa do que eu... Tu a limpar só vês portuguesas e galegas.»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Acho que é a pior raça que pode existir no mundo (risos). (...) Acho que são muito persuasivos. (...) São muito “agarrados”. Gostam de “picar” as outras pessoas e principalmente com os portugueses gostam de se picar muito mas muito. Já vi... Eles chamam-nos a nós os *porrunchos* mas eu acho que são eles os verdadeiros *porrunchos* porque a maioria dos problemas são arrançados por eles. Eles já por si não gostam dos portugueses e então tentam arranjar problemas e depois os portugueses como não aguentam... somos um bocado lixados. (...) não gostam dos portugueses porque a gente agora praticamente já estamos em maioria. Eles acham que a gente vem para aqui para lhes roubar o trabalho mas acho que não é isso que acontece. Se as pessoas têm dificuldades, têm necessidade de ir para fora, de emigrar para ir trabalhar e acho que fazem muito bem.»

(entrev.4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

Relatos que incluam aspectos de discriminação vividos na 1ª pessoa foram apenas encontrados em entrevistados da 2ª geração que realizaram os seus estudos nas escolas do país:

«As famílias porque as crianças não! As crianças ao gostarem de mim, chega-me. Uma altura uma senhora disse-me: “Ai, e donde é que és? Nota-se que... Vi a tua mãe...”. A minha mãe, claro, nota-se mais que é portuguesa porque tem o *acento* (sotaque) mesmo português. “Donde é que és e tal...”. E eu respondi: “Ah, sou portuguesa”. E ela: “Ah, e que idade tens?”. E eu, na altura, tinha dezoito anos. E eu: “Dezoito anos”. E ela: “E eu deixo a minha filha encarregue a ti?”. E eu disse-lhe: “Sim. Mas até agora não tem tido nenhum problema, pois não? E você não sabia bem que idade tinha nem que nacionalidade era a minha”. E ela: “Pois, tem razão, mas acho-a um bocado nova para estar com meninos...”. E pronto. Pensas que se calhar foi só unicamente pela idade mas, claro, depois pensas assim: então porque é que me perguntaste de onde é que eu era? Se era só pela idade porque é que me perguntaste que nacionalidade é que eu tinha? Há assim umas coisas...»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«Na primária nem tanto mas depois nos cursos superiores ouvia comentários discriminatórios. Aquele *porruncho*, aquele não sei quê...»

(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

Os seguintes relatos dão-nos conta das poucas afinidades entre ambos os grupos e das difíceis relações de classe:

«A convivência é difícil, é assim um bocado utópico porque há sempre esta diferença de estratificação social, os pobres e os ricos nunca se deram muito bem, não é? Acho que é difícil porque os portugueses, em princípio, são pessoas... Os que vêm para cá, pelo menos pelo que eu vejo, são pessoas que não têm muitos meios económicos. Nem residem nos mesmos sítios porque não podem, nem vão às mesmas actividades porque não podem. Então, claro, não convivem. Os portugueses fazem o que podem, vão para os bares porque é um sítio onde podem conviver e não é muito caro porque podes pedir um café e estar lá duas ou três horas. Não vamos aos mesmos sítios e havia de haver mais sítios em pudessem estar mais os andorranos com portugueses, e não só andorranos, espanhóis e outras nacionalidades que há aqui em Andorra.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«Tenho os meus amigos andorranos e tenho os meus amigos portugueses e ou saio com a gente de cá ou saio com a gente portuguesa. Dá para misturar mas não é muito habitual. (O namoro) é mais entre portugueses. Se, às vezes, estou com o grupo de amigos de cá de Andorra e digo para irmos tomar um copo para ir ter com esta gente... ou porque preciso de me encontrar com alguém, eles dizem: “Ah, não. Vai tu e depois...”. Não gostam muito...»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

A relação com o colectivo espanhol é ambígua. Se, por um lado, é o grupo que mais similitudes tem com o colectivo português, é, por outro lado, apontado como o grupo que mais discrimina, inferioriza ou tenta demarcar-se dos emigrantes portugueses⁴⁴.

«E o meu marido já muitas vezes no trabalho teve de pôr alguns à raia. O meu marido não se cala. Diz: “Olha, vós sóis espanhóis, se tu tiveras que comer no teu país, não subias aqui acima igual que eu a trabalhar, porque eu vim de Portugal mas tu também viestes de Espanha, assim que tu tiveres que comer no teu país também não vinhas aqui acima, igual que eu”.»
(entrev.5, M, 140/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«(Os comentários discriminatórios) acho que vem mais por parte dos emigrantes do que dos próprios andorranos. E mais entre os espanhóis...»
(entrev.8, M, 120/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Eu por parte dos andorranos, que eu sei que são andorranos, não tenho visto assim nenhuma discriminação pelo facto de ser portuguesa. Sim, um bocadinho de surpresa, mostrarem um bocadinho de surpresa mas no bom sentido. Mas sim tenho visto discriminação por parte de outros sectores de emigrantes.»
(entrev.9, M, 120/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

No quadro seguinte podemos encontrar este tipo de relacionamento, e as várias situações que dele podem decorrer, esquematizado por entrevista.

Tipologia – Natureza da Relações Interétnicas

Frequência

1º Tipo – Relação de Conflitualidade

E3, E4

Refere-se às situações nas quais as relações são marcadas pelo conflito, que pode ser latente ou manifestar-se de forma activa no quotidiano, impossibilitando a interacção e o relacionamento.

2º Tipo – Relação de Não-Interacção

E5, E12, E15

Diz respeito aos casos nos quais as relações não apresentam dinâmicas de conflituosidade, embora também não se verifiquem interacções entre eles (excluindo relações formais, comerciais ou de emprego).

3º Tipo – Relação de Interacção

E1, E2, E6, E7, E8,

Inclui as situações nas quais se observam interacções do indivíduo com o grupo, que podem ir desde um conhecimento pouco profundo até à amizade.

E9, E10, E11, E13, E14

7. INTEGRAÇÃO SOCIAL

O facto de posicionar o conceito de integração social como núcleo da investigação não é casual. Talvez se discuta sobre a pertinência de falar de *integração social* ou de *inserção social* dos emigrantes portugueses residentes no principado contrapesando as diferenças que ambos os conceitos acarretam e escolhendo o que melhor definiria a realidade social vivida pelos

⁴⁴ A única situação embaraçosa que presenciei durante as minhas estadias enquadra-se neste âmbito de ideias. Uma mulher, emigrante espanhola, irritada, gritava dentro de um autocarro que os apartamentos em Andorra atingiam preços elevadíssimos devido ao facto dos portugueses se “meterem dentro aos molhos” e de assim poderem pagar as somas exigidas.

emigrantes portugueses no referido território, sendo que o último implicaria um sentido menos lato de integração que poderá, sem dúvida, corresponder à situação observada mas não comporta em si alguns dos indicadores que gostaria de ver reflectidos neste estudo. “O conhecimento tem como objectivo uma realidade que pretende apreender mas sendo-lhe essa realidade externa e preexistente, o processo de conhecimento desenrola-se através de um trabalho de construção de objectos. O trabalho científico mune-se de *objectos abstracto-formais*, sem correspondência directa na realidade e inexistentes fora do processo de conhecimento, para que lhe sirvam de instrumentos de apropriação cognitiva dos *objectos reais-concretos*”. (Almeida, João Ferreira de e Pinto, José Madureira, 1995).

Certo é que o conceito de integração social permite abordar dimensões que vão desde a componente politico-jurídica à componente económico-laboral, passando pela valoração da integração do colectivo emigrado a nível da componente linguístico-cultural; eixos transversais que uma vez analisados ao longo das entrevistas nos podem levar a compreender os parâmetros e formas de integração da comunidade portuguesa no seio da sociedade andorrana.

7.1. Dimensão económico-laboral

A ideia de retorno a curto prazo, de uma emigração breve em anos que permitisse alguma poupança a empregar no país de origem, tem vindo a dar lugar a um projecto de emigração mais duradouro, focalizado na sociedade de destino. Neste modelo de emigração predominam valores de ascensão social tão ou mais válidos e relevantes no país de destino quanto no país de origem. Ora, estamos perante uma mudança de mentalidade que é fundamental reter porquanto se estende a variados âmbitos da vida social do emigrado, nomeadamente ao nível laboral. Parece relevante evidenciar que o emigrado, ao desviar o seu enfoque de um projecto migratório com uma lógica meramente economicista, no sentido exclusivo da poupança, focaliza agora as suas atenções e esforços num campo mais alargado (aprendizagem da língua, formação, estudos, possibilidade de iniciar projectos comerciais e/ou empresariais, etc.) que pode, por sua vez, potenciar uma maior mobilidade social na sociedade de destino.

As mudanças que se têm verificado junto das comunidades portuguesas, quer as de emigração mais antiga quer as mais recentes, apontam para uma alteração importante nos tipos de “mobilidade” dos portugueses. As mudanças de atitude em relação às sociedades de destino parecem ter sido efectivas, tal como a melhoria das condições de vida da população migrante⁴⁵.

⁴⁵ Tive a oportunidade de apresentar a Dr.^a Maria Beatriz Rocha-Trindade numa conferência sobre imigração em Andorra e de a acompanhar na visita ao país. Nesses dias pude trocar com ela algumas impressões sobre este aspecto. Conhecedora de várias comunidades de portugueses por todo o mundo, mostrava-se admirada com a qualidade de vida em Andorra. Neste aspecto em concreto percebo que se possa diferenciar dos *bidonvilles* franceses

“A melhoria das condições de vida da população portuguesa é confirmada por Moutardier: segundo a autora, o nível dos orçamentos familiares tem aumentado e o grau de “equipamento” (em bens duráveis) dos alojamentos de portugueses está próximo da média francesa.” (Peixoto, 1993:291-2)

Por outro lado, é assinalável a diferente atitude em relação à mobilidade social. Como escreve Castro-Almeida (1989:163-4), os projectos de “sucesso económico e social” dos emigrantes, que inicialmente passavam pelo regresso ao país de origem (o que pressupunha uma poupança intensiva), transformaram-se num “outro projecto”, que passa pela promoção social no destino. No que se refere à comunidade portuguesa em França, este autor destaca, em particular, a constituição de “pequenas empresas de tipo artesanal” (iniciativas que não rompem, porém, com a sociedade de origem: alicerçam-se em solidariedades comunitárias e articulam-se com as regiões de origem).

A maior mobilidade social dos portugueses em França é ainda detectada num texto de Maurin (1991). Com base no “Enquête Carrière” do INSEE, realizado em 1989, este autor avalia os percursos profissionais dos portugueses relativamente a outros estrangeiros, nomeadamente magrebinos, e à população francesa em geral. Segundo Maurin, a mobilidade profissional dos portugueses tem sido real. Durante a década de 80, o conjunto de promoções na carreira operária – entre operário não qualificado e operário qualificado, empregado administrativo, técnicos e quadros –, foi mais forte nos portugueses que entre os activos das várias nacionalidades (as “promoções” dos portugueses são, porém, relativizadas pelo autor uma vez que ocorrem maioritariamente em ramos industriais tradicionais – como o têxtil – ou na construção civil). “Tem sido, também, comparativamente a outros estrangeiros, mais frequente o ingresso de activos portugueses no sector terciário (...)”. Finalmente, é referida a constituição de pequenas empresas. No entanto, Maurin destaca “uma atitude face à carreira profissional frequentemente contraditória com a situação real de mobilidade. A escolha de um “salário” elevado, mas sem perspectivas de carreira – a “preferência pelo presente” –, caracteriza, segundo o autor, as comunidades estrangeiras em França, com relevo para a portuguesa; “preferir benefícios imediatos a benefícios futuros talvez traduza” – escreve – “o projecto de regressar ao país num futuro próximo” (Peixoto, 1993:293).

7.1.1. Fazer os “papéis” e encontrar trabalho

construídos nos anos 60, mas temos de ter em conta que em Andorra muita da “pobreza” e “solidão” se esconde por entre quartos de hotéis esteticamente insuspeitos por fora.

As descrições realizadas pelos emigrantes com mais anos de residência dão-nos conta de situações bastante complicadas no início do fluxo migratório português. Muitas pessoas também me falaram dos portugueses que eram encontrados sem autorizações de residência ou trabalho e que eram levados do país e deixados na fronteira, numa situação completamente desprotegida e que descreve um comportamento pouco humano por parte das autoridades andorranas dessa época.

«Naquela altura eu não tinha papéis, o meu patrão era daqui de Andorra, dizia que me metia à polícia e que me levavam daqui para Portugal! Trabalhava para ele mas *osdespois* queria sair de lá (...), dizia que como eu não tinha papéis, que ia-me denunciar à polícia e que me metia na fronteira. E eu disse: “Bom, não é necessário que você me ponha na fronteira que eu vou-me embora”, mas não fui nada! (risos) Quando saí dali, vim aqui para o hotel. (...), quando vim aqui para o hotel pois quando via que tinha a *policia* a passar... andava sempre a passar e eu metia-me para dentro. Depois eu disse ao meu patrão e ele dizia: “Tu não te preocupes, só não quero que te vejam mas pelo demais tu não te preocupes”. Quando fez os papéis já estava! Já saía, já tinha a liberdade.»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Eu trabalhei ilegal seis meses. Na altura, logo que estivesse na empresa davam-te acesso à segurança social, se tivesses um problema ou um acidente. E depois é que quando abriu à imigração é que ias fazer papéis e foi difícil. Era muito difícil. (...) Sempre tinham aquelas alturas que abriam a imigração. De meio em meio ano, de oito em oito meses é que abria o *cupo* da imigração (...) e então é que se faziam os papéis. Na altura em que eu vim estavam fechados e estive aqui seis meses ou quê que não tinha acesso. (...) Eu segurança social tinha, desde o primeiro dia que comecei a trabalhar que tive segurança social. Não tinha era autorização de trabalho»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

A maior ou menor dificuldade em tratar das autorizações depende da ajuda que a pessoa recebe por parte de familiares ou dos patrões mas também das expectativas de cada pessoa. Algumas não estariam certamente preparadas psicologicamente para todas as burocracias e procedimentos exigidos. Curiosamente, foram os entrevistados com mais estudos e que partiram de condições económicas mais favoráveis os que mais se queixaram das dificuldades ou da morosidade do processo.

«Fui eu que tratei de tudo na Imigração. Eles só assinaram a folha dos papéis. É uma complicação terrível. Fazer os papéis aqui é desesperante. E mais um papel para isto e mais um papel para aquilo. E depois colocam problemas por isto e colocam problemas por aquilo. Digo assim: “Meu Deus!”. É assim, eu compreendo. Mas é terrível. É uma fase.... São quinze dias terríveis entre análises e isto e aquilo. Ó, é qualquer coisa... Eu cheguei a um ponto que disse: “Eu vou-me embora!”, porque sinceramente...»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Já falei da utilização das redes familiares e sociais na obtenção do primeiro emprego. Por parte das pessoas que vêm menos inseridas nessas redes, utiliza-se desde o anúncio colocado no vidro do estabelecimento a outras formas menos convencionais:

«E foi como eu arranjei trabalho para ali: passei por lá e apercebi-me que estavam a precisar de gente, tinham lá um papel afixado.»

(entrev. 4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

«Ele indicou-me um sítio que faziam os papéis. (...) Era na PESER que fica ali *cerca* do Andorra2000. De modos que aí disseram-me: “ficas cá uns dias mas nós já estamos cheios de pessoal, de modos que não

podes ficar na firma. A gente faz-te os papéis, tu pagas e depois já arranjas trabalho com os papéis”. Uma pessoa arranja trabalho em qualquer lado aqui em Andorra... (...) Paguei os 170 Euros e passado um dia já tinha uns papéis na mão. Trabalhei dois dias e depois fui-me embora.»
(entrev. 4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

7.1.2. Percepção do mercado laboral

Na maioria das entrevistas transpareceu a perspectiva de que em Andorra há trabalho e que este é, de uma forma geral, bem remunerado. Esta é a ideia geral.

«Se queres trabalhar, aqui há trabalho com fatura: onde seja... na construção civil, nos hotéis, em todo o lado”.

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Se analisarmos o método de vida de cá com os salários, penso que as coisas condizem uma com a outra, que é o que não se passa no nosso país que é uma diferença muito grande.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)



Foto 1. Trabalhador português junto a uma empreitada na principal avenida de Andorra; a caterpillar onde realizavam as manobras levava a bandeira portuguesa. Junho 2005.

Mas nem todos pensam que o trabalho seja bem remunerado:

«Não está bem pago o trabalho (...). Os *soldos* (ordenados) não *suben* (sobem), *suben* os *pisos* (apartamentos), *sube* tudo, o nível de vida... e os *soldos suben* o mais mínimo que te *puedas* imaginar. A mim, na loja onde estou a trabalhar, subiram-me vinte cêntimos à hora... Vinte cêntimos, ah? Aqui não podes, aqui agora mesmo com o Euro, a vida... Muitos portugueses foram-se embora porque não se pode *vivir*. Tens que olhar a tudo o que gastas, não te passar porque... é tudo muito caro.»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

Outros pontualizaram que há trabalho mas que este se limita a determinados sectores.

«Eu acho que não há trabalho para aquelas pessoas que querem seleccionar aquilo que querem fazer.»

(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

De facto, a percepção do mercado laboral andorrano não é linear e nem todos pensam que é fácil encontrar emprego. Esta percepção relaciona-se com as expectativas de cada um. Sobretudo aqueles que escolhem empregar-se e não ter apenas um trabalho, apercebem-se que o mercado laboral andorrano se encontra fortemente segmentado e que a sua nacionalidade, independentemente das qualificações que tenha, pode constituir uma desvantagem. De facto, existem uma série de restrições jurídicas no exercício de profissões liberais e no acesso aos lugares de trabalho do sector público por parte dos estrangeiros. Para além do enumerado, resta-me pontualizar que as profissões liberais somente as podem exercer de forma pública os andorranos, com excepção para o caso de falta de pessoal autóctone, podendo assim ser exercida por estrangeiros por um período máximo de 5 anos.

“Quando estive cá de férias, quando vim cá da última vez pela Páscoa, trouxe um currículo comigo e ao chegar a qualquer sítio, apresentava o meu currículo e as pessoas olhavam e começavam assim: - *Ai, não! Tu com este curriculum não tens a mínima dificuldade em arranjar emprego cá... e até bastante colocado.* E enfim, como se diz, uma mentira contada muitas vezes acaba por ser uma verdade, foi isso que me levou a pensar que sim. E afinal depois quando estás mesmo no terreno comes a ver que há sempre pequenos pormenores ou um porque não sabes o catalão ou o outro porque não gosta do teu sotaque que é um pouco aporuguesado, ou por isto ou por aquilo, as portas vão-se fechando. Começas a ver que afinal as coisas não são assim tão lineares como pensavas ser”

(entrev.1, H, I30/40, Açores, universitário, TR1/5 anos, serviços empresariais)

“A questão é que basicamente existem, podemos dizer, no queria fazer uma discriminação mas... existem dois grandes grupos. Existem o grupo dos empregos para dar às pessoas, existem os empregos para... não queria dizer para as pessoas de cá, mas existem os empregos que não se dão de mão beijada.”

(entrev.1, H, I30/40, Açores, universitário, TR1/5 anos, serviços empresariais)

«Eu estava na *guardaria* e gostava imenso. E foi das coisas que mais me custou foi deixar os meus meninos, porque adoro (...). Já entrei com os meus papéis em certas escolas aqui, mas não tenho equivalência. (...) Eu estava como animadora social. Como auxiliar sim, mas (...) já que estou numa escola que me deixem fazer o que sei fazer. Não como auxiliar. Nesse aspecto ia-me custar mais e então prefiro estar a fazer uma coisa que não tem nada a ver e que goste.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Em duas entrevistas, cujas informantes pertencem ao sector dos serviços pessoais e limpeza, surgiu a ideia de que as novas vagas de emigrantes portugueses entram em concorrência desleal para com os emigrantes residentes há mais tempo pois fazem as mesmas horas por preços inferiores aos estipulados. Ou seja, baixam as remunerações conseguidas e reguladas pelos trabalhadores mais antigos, ainda que de forma informal, desregulando o mercado e desestabilizando-o. Este sentimento de insegurança e esta percepção negativa do mercado laboral andorrano, apesar de limitada a determinados sectores, faz-se sentir sobretudo no feminino. Uma grande parte das mulheres que residem em Andorra dedica-se ao trabalho doméstico por conta de outrem. O trabalho doméstico e de serviços pessoais é geralmente um sector não regulamentado pelo que é natural que estas informantes se sintam mais desprotegidas face ao mercado laboral e preocupadas com as suas remunerações e com a crescente oferta de mão-de-obra. As entrevistas revelam, ainda, o baixo prestígio social da profissão.

“Há pessoas que também não se estão a portar muito bem, sabes? São pessoas que vieram agora e para encontrarem trabalho... Eu tinha uma colega minha que estava a trabalhar num *chalet* a fazer horas a oito euros a hora e houve (...) uma portuguesa que foi a essa casa falar com a pessoa e dizer-lhe que ela se queria que ela lhe fazia as horas mais baratas (...). Para terem trabalho... não se importam de tirar o trabalho às outras pessoas e trabalharem mais barato. Mas isto tanto é no trabalho de casa como na construção e tudo. (...) E claro, as pessoas querem é que lhe façam mais barato, não olham a se conhecem a pessoa, se é de confiança, se faz bem o trabalho. (...) Estão a estragar a vida às pessoas que estão aqui, que já levam anos aqui, que já o *currarón* (trabalharam): começámos a cobrar menos, vai subindo o ordenado e se vai ganhando... Agora eles, chegaram aqui, não sabem a como está a hora e cobram menos. Isso é uma *competência* (concorrência) desonesta. Não é assim que se diga que há uma crise de trabalho que as pessoas têm de andar a tirar o trabalho aos outros...»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«(A trabalhar no comércio) não tens férias quando queres mas é um trabalho diferente. É que *te lo* vêm mais..., sabes? Trabalhas numa *tenda* (loja), não trabalhas a fazer umas horas... A fazer umas horas *te lo* vêm um pouco assim... Mas eu nunca tive vergonha. A mim os anéis nunca me caíram das mãos por trabalhar e por limpar.»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Há trabalho. O que passa é que, claro, se eu vou a um trabalho e *pido* (peço) cinco mas tu vens detrás e *pides* três e meio... pois pegam naquela que *pide* menos. A ver, trabalho há muito, para hotéis, restaurantes... (...) As horas, o trabalho da limpeza é muito mal *pagado*. E é muito mal visto porque aqui as senhoras da limpeza parece que são um trapo. Vais a qualquer sítio, à segurança social, a qualquer sítio... “de que trabalha?”, “de limpeza”. Já te olham com uma cara que parece que dás *asco* (metes nojo)...»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

Um sector mais débil também a nível do sistema de segurança social, muitas vezes por escolha da própria pessoa que prefere ver os seus rendimentos mais elevados no imediato e opta por não pagar o seguro social:

«Alguns que vêm agora que não estão declarados. Não têm aquela declaração feita porque há muitos que preferem trabalhar... Por exemplo, as meninas que trabalham a horas... Eu, por exemplo, eu *estoy* assegurada, em todos os trabalhos que tenho estou assegurada mas há muitas mulheres que não. Prefere que lhe paguem um pouco mais e não ter seguro mas isso não está bem. Normalmente aqui não temos fundo de desemprego, não temos nada mas, por exemplo, para o retiro (reforma)... Pelo menos para isso queres, não é?»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

Nalgumas entrevistas encontramos uma consciência clara, sentida ou vivida, da segmentação do mercado laboral. Noutras, foram reveladas situações de segregação ou discriminação. Ao descreverem-nas os informantes revelam um enorme desconforto ou revolta. Este tipo de situações revela algum potencial de conflito interétnico.

«Pois que não estão contentes com a emigração? Pois a mim parece-me muito bem, todos na fronteira e eles que se *espavilen* que quero ver aquilo que fazem! Que *vaya* uma andorrana desta ricas a limpar! Isso é o que não trago, não engulo e por aí não passo. Porque tu vais ao supermercado e seguramente é tudo emigrantes, tu seguramente não vais ver nenhum andorrano aí a trabalhar num supermercado, num hotel igual. É por isso que eu (...) venho para Andorra porque tenho que vir ganhar a minha vida e tudo mais mas não trago...»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«O primeiro chefe do restaurante é *catalá*, e o segundo chefe é português, que é o SOUSA. E o SOUSA leva lá quinze anos e o primeiro chefe leva lá três anos. O SOUSA só não é *premier-mâitre* porque... por o outro ser andorrano! Ou seja...isso a nós também nos “lixar” um bocado. (...) Revolta um bocadinho (...) É

como em qualquer lado, a gente lá temos os negros, eles vão para lá, vão para as obras e ficam com os trabalhos nas obras.»

(entrev. 4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

Por último, também se pôde encontrar uma relação entre o mercado de trabalho, o turismo e o futuro do país.

«Aqui vivemos do turismo mas se não nos suben o turismo, se desaparece o turismo, se não vêm aqui pois de que vivemos? Porque tu aqui tu vês: aqui há todos estes supermercados grandes, os pequenos, os hoteles, a hotelaria que es o que há aqui mais, os restaurantes... e se as pessoas não vêm aqui mais, onde está o dinheiro? É que tem que entrar dinheiro no país. Sabes que o país sem dinheiro não pode viver!»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

7.1.3. Satisfação com o emprego

Algumas entrevistadas explicam porque é que as mulheres casadas muitas vezes optam por engrossar o sector dos serviços pessoais e de limpeza. Conciliar os períodos de férias com os do marido é fundamental e este segmento laboral apresenta mais flexibilidade nesse aspecto.

«Fui trabalhar a horas porque tinha férias no Natal e no Verão, quando o meu homem podia tirar as férias. Davam-me as férias quando eu queria. E então fui fazer horas que acho que não é vergonha nenhuma, é um trabalho como outro qualquer.»

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Trabalhando e fazendo horas em casas. Depois, já quando tive o miúdo, fui para um hotel. Depois como não me davam férias em Julho... o meu homem queria ir de férias em Julho e não me davam férias aí.»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

A enumeração de dificuldades na conciliação entre a vida laboral e pessoal é bastante significativa.

«Fomos buscar então a minha filha no mês de Setembro, pedi à minha patroa no hotel que ia *buscarla*, fui a *buscarla* e *depois* fiquei *embarazada* da minha outra filha(...). Vieram alguns problemas, a casa era muito cara, tive de pôr dois rapazes na casa para poder pagar a casa. Ia trabalhar com as minhas duas filhas nos braços, tinha que trabalhar para um lado e para o outro. E justo estive três anos aqui em Andorra, três anos, sem ir a Portugal!»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Aprender o idioma de cá, mais do que nada para poder exercer uma profissão que lhe dê o privilégio de não trabalhar ao fim-de-semana. Ou tens uma carreira universitária em que tenhas um bom trabalho em sectores laborais, não queria dizer com mais privilégios, mas sim mais bem remunerados, ou não compensa. (...) Esse é um grande problema mas não só a nível da comunidade portuguesa mas de quem trabalha ao fim-de-semana. Os jardins-de-infância não estão abertos ao fim-de-semana e depois tem de se procurar mulheres que fiquem com os miúdos ao fim-de-semana e até de semana, portanto é um problema de conciliação da vida laboral com a vida familiar. (...) Quem trabalha na administração pública tem os horários iguais aos horários escolares, saem às cinco, portanto já podem ficar com os filhos. E como não trabalham aos fins-de-semana nem trabalham feriados...»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«É conforme o trabalho que tu tenhas. Eu digo que é fácil conciliar porque tenho muitas oportunidades no bar. (...) O meu horário de trabalho é das seis e meia da manhã às três da tarde, e as *guarderias* (creches) aqui só abrem às sete, sete e meia e eu tenho a possibilidade de ter a criança no bar comigo. (...) Há quem não consiga, porque ter um horário de trabalho desses implica ou que o marido chegue mais tarde ao

trabalho ou implica que ela tenha que mudar de trabalho ou mudar de horários porque não pode conjugar tudo.»

(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

«Não quero nem pensar. Porque dou-me conta de outras situações, (...) pessoas que têm os filhos, (...) à parte do que pagam na escola, pagam depois mais 200 euros para estarem das 5 às 8 horas. (...) Lá está, eu pensava que aqui se ganhava muito bem e não. (...) Então quem tem dois filhos, que horror. Mas eu vejo pelos outros trabalhos e não há (...) qualidade de vida. Ou tens um bom emprego e estás a trabalhar no Governo... Quando é que eu via a minha filha? (...) Pensava que isto era diferente. Mas não, é complicado. (entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

7.1.4. Criação de empresas

À parte das restrições em termos de direitos políticos de que falarei adiante, existem também uma série de restrições no âmbito económico. Segundo o Regulamento de Sociedades Mercantis aprovado em 1983, a participação no capital de sociedades mercantis (cujo capital tem de ser 2/3 andorrano) e o exercício de cargos que compreendam a atribuição geral de faculdades de representação de sociedade, são da exclusividade dos autóctones ou dos residentes estrangeiros com mais de vinte anos de residência. Os imigrantes de Espanha e França vêm esse tempo reduzido para dez anos pelos convénios estabelecidos entre Andorra e os dois países.

“Quando fui ao Comú (Câmara Municipal) para tratar dos papéis e perguntar o que fazia falta disseram-me que eu, como portuguesa, tinha de ter 20 anos de residência em Andorra, “se não (...), não pode ter um negócio em seu nome”. Ui! Me *cabréé* (zanguei-me), hem? (...) Disseram-me que não (...) havia um acordo entre o governo português e o andorrano.”

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«O meu pai há dois anos que tem uma empresa dele, de construção. (...) Ele está cá não sei se é há vinte e dois anos. Já pode. Está registada em nome dele.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)



Foto 2. Um dos inúmeros estabelecimentos ligados à restauração e com gerência portuguesa. Setembro 2006.

Ao depararem-se com esta situação os imigrantes têm de recorrer à figura de um *presta-nombres*, alguém de nacionalidade andorrana (ou francesa ou espanhola desde que tenha mais de dez anos de residência) que se presta a dar o seu nome pela pessoa que pretende abrir um negócio ou uma empresa e que pelo seu estatuto jurídico distinto não o pode fazer. Esta manobra visa claramente contornar as leis respeitantes à propriedade de empresa e a sua prática está proibida, se bem que o seu uso parece estar bastante estendido e não ser mal visto a nível social ou moral. Não obstante, muitas pessoas me referiram a existência de casos em que a figura do *presta-nombres* abusa desse acto já por si fraudulento, exigindo somas de dinheiro desconformes.

«As nossas experiências com os *presta-nombres* foram muito más. (...) Aumentá-lo ou dizer que acaba o contrato: “Acaba-se o contrato do aluguer agora, se queres voltar a tê-lo, paga-me isto do trespasse do restaurante mais o que pagavas ao mês”.»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

Mas também existe o outro lado. É curiosamente uma lei que restringe os direitos económicos das pessoas de nacionalidade estrangeira e que hierarquiza de forma abrupta a sociedade andorrana entre aqueles que podem constituir um negócio em nome próprio e aqueles que não podem, que parece ter aproximado e criado laços de amizade ou cumplicidade entre emigrantes e autóctones. Deparámo-nos com um exemplo:

“ (...). Um *presta-nombres*. Uma pessoa que ficou por mim e me deu o seu nome. É uma pessoa andorrana. É uma coisa que não se pode fazer, toda a gente faz mas (...) está proibido. Essa senhora prontificou-se a dar-me o seu nome, não me cobra nada e... já está. Eu sei de pessoas que pagam, que dão um tanto por mês ou ao ano para que lhe deixem o nome para poderem trabalhar. Ainda assim não me posso queixar... (...) É nestas alturas é que se vêem as pessoas amigas. Tenho outra amiga também andorrana que trabalhava comigo na fábrica Reig que também me disse: - “ Tu o que queiras...O que faça falta, se não podes tu, posso eu e já está. E já sabes que eu não te peço nada”.
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

Outra questão que surgiu foi a expansão das empresas de construção civil e dos seus trabalhadores para Espanha ou a contratação directa dos trabalhadores desde Portugal para trabalharem em Espanha. Esta focalização das empresas andorranas para um mercado vizinho está a ser causada em parte por uma aparente crise no sector e pelas quotas de autorizações de trabalho para a construção civil estarem fechadas há cerca de 1 ano.

«Andorra leva todo o ano que não dá papéis para a construção (...). Até ao dia de hoje ainda não abriram quotas. E quando abrem nunca te é fácil conseguir fazer os papéis. Abrem para poucas pessoas e é complicado. Na hotelaria e noutros ramos não. (...) Nós fizemos um pedido, a nossa altura de trabalho é no Verão porque estamos a trabalhar nas pistas de esqui e precisávamos de três, quatro pessoas. O pessoal que conhecemos em Portugal e vem trabalhar cá cinco meses, seis meses e a maioria deles vão embora... E mesmo pedindo ao Governo Andorrano que é só para quatro meses e que ao fim de quatro meses... não houve possibilidade nenhuma de fazer os papéis. Para não ir mais longe, ao ver que em Andorra estávamos muito limitados no tema, tivemos que abrir portas e o meu pai agora actualmente encontra-se em Espanha, em *Aragón*, a fazer um trabalho. E lá temos moços de Portugal, que não puderem vir para cá mas temos lá em Espanha. (...) Não houve problema nenhum. (...) Foram legalizados em Espanha.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

7.1.5. Condições de habitabilidade

Um dos principais problemas em Andorra prende-se com a escassez de oferta habitacional. Este problema afecta de forma singular os colectivos imigrantes. Como vimos atrás, grande parte dos emigrantes portugueses têm neste aspecto um forte apoio das redes familiares. A noção de grandes ajuntamentos de pessoas a viverem num só andar ainda persiste no imaginário colectivo, se bem que tenha encontrado uma tendência à valorização do espaço individual.

«Há famílias que são capazes de viver três ou quatro famílias no mesmo *piso*. Há falta de *pisos*, os alugueres são caros e então há pessoas que... há famílias que se juntam às duas ou três famílias. Muita gente a viver num... Agora nem tanto mas antes havia *pisos* que haviam quatro ou cinco famílias. Se vivia mal... Agora me parece que já não deixam, está proibido e não se vê tanto mas quando eu vim aqui havia quatro e cinco famílias a viver num *piso*.»

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«(...) num hotel que aí estava, estava sozinho e com casa de banho privada mas era muito caro, pagava na altura 480 Euros, sem nada, sem comida, sem roupa lavada, sem nada. Mas depois a gente vai conhecendo pessoas, conversa de aqui, conversa de além e pronto (...) meteram-me lá e nessa senhora. (...) eu gosto de ter a minha privacidade e estava a viver num quarto com outro senhor; estavam lá cinco homens, era uma casa de banho só para todos, viviam nos quartos dois a dois e era muito chato, eu nunca gostei de estar assim. E então depois comecei a conhecer algo e onde eu comia abalou de lá um senhor que tinha quarto, que é no Hotel Andorra... (...) Então fui para aí morar... Aí já tinha um quartinho só para mim, com casa de banho privada e já pagava só 280 Euros com a roupa lavada.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«A minha própria casa aqui em Andorra! É uma casinha boa, grande, é um T3, tem três quartos, uma cozinha muita grande, a sala é maior que esta (...). Pago 585 Euros, com tudo incluído menos a luz: *califação*, água. A luz e o gás é à parte e uma *plaza* para o *cotxe* (lugar de estacionamento), por baixo do prédio tem *plazas* (...). Ui, de maravilha! Como eu queria trazer a família e para o hotel era chato...»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«Há portugueses que estão de aluguer, que estão bem de aluguer porque aqui de início pagaram alugueres muito baixos e então poderem permitir ter uma casa a gosto. Mas também há aquele aluguer que é de duas ou três famílias dentro, tudo a monte, maus cheiros, a própria construção é fraca. Há esses dois conceitos de aluguer.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

Por outro lado, os quartos, pensões ou hotéis económicos são uma realidade incontornável no percurso migratório de muitos outros portugueses. À parte da família, são as “instituições” que mais os recebem. Muitos alojam-se nestes locais até conseguirem encontrar um andar de aluguer. Também são conhecidos por albergarem principalmente trabalhadores da construção civil. Pude visitar com um dos entrevistados um destes hotéis, o Hotel Andorra. No meu diário de campo faço uma breve referência a estes locais: “Existem bares com a indicação de «menu econòmic» por todas as partes! Sempre o mesmo tipo de letreiro. Já sei que quando vejo aquelas letras vermelhas é porque por cima têm quartos e que por baixo posso encontrar portugueses e galegos a almoçarem ou jantarem o tal «menu» ou a beberem uma cerveja Super Bock. Em Escaldes há um numa rua escura e estreita, perto da Igreja, e em Sant Julià outro, perto do Centro de Congressos. Visitei-os e em ambos os donos eram portugueses»⁴⁶.

⁴⁶ In Diário de Campo, pág.5.

«Praticamente aqui nos hotéis de preços mais reduzidos a maioria é tudo portugueses. Lá passa um espanhol mas isso está lá um dia ou dois e vai-se embora ou está lá um mês no máximo e depois vai-se embora porque há muito espanhol que pára nos hotéis mas chegam aqui a Andorra, arranjam o trabalho que têm a arranjar, aguentam-se por aí um mês, pouco mais, no hotel, arranjam um apartamento e, prontos, mudam-se, saem do hotel (...). Os portugueses vêm mais isolados, como é o meu caso. Sozinho fica-me mais barato estar num hotel do que ir para um apartamento porque eu para ir para um apartamento tinha que pagar... há aí sítios que me exigem logo quatro meses de entrada, pensando bem quatro meses são logo dois mil euros, quem vem de Portugal com problemas de dinheiro não pode chegar cá e dar logo dois mil euros de entrada para um apartamento.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

«Nós só utilizamos praticamente o hotel só à noite, só para dormir. (...) Por volta das oito horas (...) é só entrar, tomar banho e ir para o restaurante jantar e depois então entrar para o hotel para dormir, mais nada. Não há filas para tomar banho, (...) não há confusão, não há nada.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

7.1.6. Capacidade de poupança

De uma forma geral, todos os entrevistados apontaram para a questão da subida do nível de vida em Andorra não ter sido acompanhada de uma subida a nível salarial, o que consequentemente terá afectado a capacidade de poupança.

«A capacidade de poupança é proporcional à necessidade que têm. Ou seja, se necessitam pagar o empréstimo que ficou em Portugal para pagar ou têm aqui um empréstimo para um carro que necessitam de pagar, (...) poupam até esse limite. Agora a capacidade de poupar para além das despesas que têm obrigatórias já são poucos os casos, ou seja, a capacidade de poupança é fraca.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

«O pessoal chega ao final do mês muito apertado.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Porque a escola, a comida, tudo, o parking do carro, a renda de casa que é qualquer coisa! (...) É assim: não me falem que se pode juntar dinheiro agora aqui! Vejo muito complicado. Oiço cada dia, (...) as pessoas a dizerem: “Olha, vou-me embora no fim de Agosto”. (...) “Vamos embora agora nos finais de Setembro porque isto uf...”. E há vinte anos que estavam aqui. “Isto o que tínhamos que juntar já juntámos... Agora, se continuamos aqui, vamos gastar aquilo que juntámos”. Resultado: acho que a situação está a complicar-se aqui.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

«Poupar em si, não, mas eu estou é a aliviar as costas de algumas dívidas que tinha no país (...). Se eu lá estivesse cada vez tinha era mais, em vez de reduzir, não, aumentavam. E aqui não. Assim aqui tanto estou a aliviar como a minha família está a ter uma melhor vida e eu também, ao mesmo tempo.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

Deparei-me com muitos entrevistados a terem noção de que é onde vivem que devem gastar o dinheiro e investir. Talvez estivesse longe de encontrar tantos. Por intermédio de uma entrevistada pude visitar a casa de um jovem casal minhoto em Ordino, recentemente chegado a Andorra. Mentiria se dissesse que estava à espera daquilo com que me deparei e aponte as minhas impressões no diário de campo: “Visitei o andar onde estão a viver há perto de meio ano, o prédio é de construção recente e de qualidade, pagam cerca de 500 Euros de aluguer e tinham a noção de que aquele andar era «um achado, ainda para mais a estrear». Mal entrei notei o cheiro envolvente de velas perfumadas. Têm um sofá verde pistacho muito bonito na sala, computador e

um plasma. O quarto do casal era muito quente e harmonioso, pintaram uma das paredes de beringela com toda a decoração a condizer. O quarto do bebé, a poucos meses de vir ao mundo, era em tons de azul e verde, as mobílias tinham as gavetas pintadas nesses tons e as cortinas eram de organza verde. Já tinham um gato e tudo! Estava tudo muito asseado e imperava a simplicidade e o bom gosto. A A. conseguiu uma equivalência da formação profissional que tinha em Portugal e trabalha numa cresce, «naquilo que gosto e que sei fazer». Penso que sobretudo por essa razão o investimento em Andorra faz todo o sentido. Tinha-me dito que o marido trabalhava nas obras e pude conhecê-lo (...). Educado, muito organizado, limpava a cozinha enquanto as três falávamos”⁴⁷.

Outros falaram-me que ainda que queiram fazer investimentos em Andorra, os preços elevados das casas são uma desmotivação.

«Eu, que sou um rapaz novo, gostava de comprar para mim qualquer coisa e não chego lá.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

Mas com dois rendimentos, o investimento é capaz de se proporcionar.

«Nós agora pusemos a hipótese em comprar um piso aqui porque a minha casa só tem um quarto e queremos uma casa maior por causa do bebé. E pusemos a hipótese de ir comprar um porque o dinheiro que nós íamos pagar ao banco, são mais 150 euros que um piso de alugar. E então comprar por alugar, compramos e será sempre nosso. (Custa) Trezentos e tal mil euros. (De dois quartos) e com que seja no centro... (Em Portugal) compras duas vivendas. E aqui compras um *piso* que tem 90 metros quadrados, se tiver.»
(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

Um dos campos onde o investimento português mais se faz sentir é no sector automóvel. “A importância do bem “automóvel” é realçada, revelando os portugueses um grau de equipamento frequentemente superior aos franceses” (Peixoto; 1993:293). Vejamos como isto se processa no caso de Andorra onde, pela ausência de impostos, o preço de venda dos carros é consideravelmente baixo e a compra extremamente aliciante.

«Já comprei cá carro. Ui! Metade do preço! Tenho dois carros cá em Andorra. Tenho um Mercedes e tenho um Audi que comprei agora há pouquinho tempo. Um Audi A6 de 2.800 de cilindrada, aquilo é máquina. Já o levei para Portugal e já soube o preço dele em Portugal... (...) Aquilo é uma casa autêntica, aquilo anda que se desunha, tem estabilidade, tem todos os confortos. Comprei aquilo por 15 mil Euros com 48.000 quilómetros. (...) Tem três anos, sabes quanto é que vale em Portugal? 38 Mil Euros, como ele está.»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«Quando (...) abalar estou a pensar em vendê-lo e comprar outro novo. Levá-lo e legalizá-lo, dou baixa dos papéis, paga-se pouquinho, paga-se 600 Euros... e levo um carro melhorzinho.»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

⁴⁷ In Diário de Campo, pág.7.

Tentei perceber através dos investimentos que faziam nas suas casas de Andorra se os vínculos com a sociedade de destino eram mais ou menos acentuados. Também procurei perceber para qual dos países destinavam as suas poupanças. A compra de sofás, móveis, equipamentos e electrodomésticos, a feitura de obras nas casas, a existência de contas bancárias, etc., são bons indicadores para se perceber até que ponto a percepção que têm do regresso corresponde às práticas. Como alguns dos frisados autores franceses, também encontrei forte indícios de uma mudança de mentalidade na valorização da qualidade de vida na sociedade de destino. No entanto, apercebi-me que nalguns casos esta percepção é de todo independente da questão do regresso, numa aposta no tempo presente.

«Não, eu compro tudo o que me faz falta porque é aqui que vivo. Se é aqui que vivo e é aqui que estou...eu compro as coisas onde me fazem falta... (...) Eu vivo aqui, não vivo em Portugal. É como o pintar e ter a casa limpa, é aqui que vives!»

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Aqui nesta casa estamos aqui há vinte anos. Era uma casa antiga (...) e nós fomos fazendo tudo: pintamos, pusemos tudo bonito. Porque não vais viver como... Há pessoas que dizem: “Ah! A casa não é minha e eu não faço nada!”. Não, tu *mientras* que estás na casa e pagas o teu aluguer da casa, pois como que a casa que é tua, não?»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«O meu conforto acima de tudo. Eu gosto imenso de chegar cansada do trabalho a casa e poder estar no meu quentinho, no meu sofázinho. (...) Tenho a minha casa equipada, toda, como tinha em Portugal. Tudo o que me faz falta. Que a nível de conforto esteja não é a 50% é a 100%. É assim, é onde eu estou a viver agora. Pelo amor de Deus, é a minha casa.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Outros emigrantes, com o tempo ou alertados pelos filhos, apercebem-se de que em Portugal apenas passam poucas semanas ao ano e começam a questionar os planos de investimento no seu país de origem.

«Ao princípio, o meu pai era Portugal, Portugal, Portugal. Mas depois começou a pensar de outra maneira e pensou que não é lá que nós estamos a viver. Começou a ser consciente de que realmente eles só passam lá uns meses ao ano.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«Acho que a casa é aquela necessidade que tenho visto de quem compra lá, aquela necessidade de mostrar que saiu de Portugal e agora quer ter lá casa para dizer que conseguiu singrar na vida, não é? Mas também acho que é uma contradição porque para ter lá casa fechada durante onze meses e o mês que vais lá de férias é para limpar, é para pouco desfrutar da casa, porque praticamente são quinze dias em Agosto e quinze dias no Natal! É um esforço económico aqui para mandar transferências para lá... Acho que é uma loucura para uma coisa que quando realmente fores desfrutar daquela casa, ela está praticamente desactualizada. São dois conflitos, um é de mostrar que teve capacidade para e, o outro, é o esforço económico para manter aquilo, que é uma coisa que não estás a desfrutar?!

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

Entre os que privilegiam o investimento no país de origem selecionei três relatos que revelam as discrepâncias entre o que têm em Andorra e o que possuem em Portugal:

«Procuo ter na minha casa todas as comodidades. Quando se parte alguma coisa e vejo que não posso prescindir, pois compro. Mas não é como a minha casa lá. Sinto gosto aqui em ter a casa limpa e ordenada mas não é como lá. Por exemplo, eu aqui não dava 3.400 Euros por uns móveis da sala como dei agora lá. Vieram do Porto, de Portugal. Por exemplo, no Natal comprei esse sofá (aponta para um sofá de tecido grená escuro de dois lugares) porque o outro partiu, então claro, é uma coisa que não podes prescindir dela. (...) Os que tenho lá são de pele. Eu, por exemplo, as cortinas que tenho aqui são do Andorra 2000 (hipermercado). As que tenho lá são cortinas feitas à medida, a coberta é igual às cortinas e tudo...»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«A intenção é essa: é manter a casa, é reformá-la e um dia voltar para lá. É o que me leva a estar aqui é a minha casa lá em Portugal porque lá eu não consigo manter nem consigo fazer o que eu quero fazer nela. Quero reformular, quero ampliar. É uma vivenda e eu agora queria fazer lá alterações, quero lá meter um telhado novo, quero lá fazer uma piscina também e lá não consigo ganhar dinheiro para essas coisas todas. E aqui consigo.»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«Aqui é mesmo só o indispensável. Aqui eu não tenho ideias de fazer melhorias lá na casa, pintá-la claro, e ter tudo arranjadinho e usufruir daquilo que lá tenho, só. Se fizer falta alguma coisa compramos, pronto. Agora estar a comprar uns sofás novos para esta casa? Não! Para isso compro-os para a minha casa, aliás, já os comprei, por acaso! Este ano comprei uma plasma, uma televisão grande e aqui tenho uma pequenina. Por acaso tenho uma em cada quarto. Uma trouxe-a de Portugal, pequenina e duas *cojias* aí na *vassura* (e duas, encontrei-as aí no lixo). Uma tinha o cabo partido, meti-lhe uma ficha nova e está a trabalhar!»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

7.2. Dimensão político-jurídica

Os direitos políticos, o direito de sufrágio e de exercícios de cargos institucionais, correspondem aos cidadãos andorranos, e apenas a estes, pelos artigos 24, 25 e 26 da Constituição.

7.2.1. O direito de voto

O direito de voto está reservado às pessoas de nacionalidade andorrana. Para a maioria dos entrevistados essa restrição não faz sentido. O pagamento de impostos é uma das armas de arremesso.

«Na hora de pagar impostos tanto paga um português como um andorrano. (...) Tinhas que ter direito a votar (...). Os portugueses também têm direito a dar a sua opinião. Se fazem algo também temos direito à opinião, a dizer se está bem ou se está mal. Porque eu pago os impostos igual que um andorrano e então e eles fazem algo que não está bem e eu tenho de comê-lo? Goste que não goste, tenho de comê-lo?»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Acho uma injustiça que nós tenhamos de pagar impostos igual que todos e que não tenhamos o direito ao menos de decidir qual é o presidente para a Câmara Municipal. Estou de acordo não votar para o Governo, porque é normal. Mas numa Câmara Municipal? Para o tema da água, o tema da luz, o tema de uma praça? Eu também pago essa luz, essa água, essa praça! Porque é que eu não posso escolher a pessoa que mais me convém para mandar na Câmara Municipal? Parece-me totalmente injusto. (...) a nível europeu os comunitários podemos votar nas câmaras municipais. Andorra copia tantas leis a nível europeu, porque é que não copia neste sentido?»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Acho que sim. Afinal de contas, estamos aqui, vivemos aqui. A nossa vida está aqui, os deveres que temos são os mesmos dos que os que votam, porque não? (...) Os direitos temos poucos, os deveres são os mesmos, pagamos de igual maneira. Votaria, (...) (faria com) que estivesse mais integrada. Que me interessasse mais pelo país até. Porque eu... se pergunto a um português quem é o Presidente do Governo, não mo sabem dizer. Sei que é o Sr. Pintat mas (...) eles não sabem. É algo incrível. “Quem é que nos governa?”, “Ah... não sei...” Pelo amor de Deus... É terrível!»
(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Estes dois relatos são muito interessante pois na opinião dos informantes a possibilidade de voto permitiria uma maior participação cívica por parte dos portugueses e uma maior coesão social.

«Acho que a partir do momento em que estamos cá e que pagamos impostos, deveríamos votar para as Câmaras Municipais, independentemente do grau de integração porque eles também não nos vêem o grau de integração quando vamos pagar os impostos. Penso que deveria ser obrigatório ir votar, seja em branco, seja sim ou seja não, manifestar a tua opinião, porque assim tu também te *involucarias* um bocadinho mais nesta sociedade. Porque é que não há um interesse na comunidade andorrana em saber quem é o Sr. Albert Pintat? O que é que me interessa saber quem é o Sr. Albert Pintat se eu não me posso *involucrar* (envolver) de nenhuma forma?»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Vê-se o residente como aquela pessoa que faz país, que está, que compra, que participa na vida da comuna, da paróquia. Realmente, acho que seria uma atenção poder participar nas comunais. Claro, depois há a contrapartida de que um presidente da Câmara seja português (...) mas isso era arranjar uma forma (...) como em muitos outros países da Europa, em que os nacionais de outros países podem aceder, pelo menos, ao cargo de vereador.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

Encontrei uma referência à pouca participação política por parte dos andorranos.

«Há muitos que levam aqui mais de vinte anos, mais ou menos da altura que eu, e falam desses direitos. “De que eles podem votar e nós não votamos, de que (eles) só votam porque vão a casa buscá-los e pagam para votar”.»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

Por parte de alguns entrevistados, poucos, a lei é adequada.

«Acho que eu não devo votar em Andorra. Acho que quem *debe* votar em Andorra são os andorranos, por isso é o seu país. E eu devia votar em Portugal que sou portuguesa. Acho que cada um *debe* votar no país que lhe pertence.»

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Nunca tens direito a votar, isso desde logo, e depois à parte disso é uma coisa muito difícil de alcançar, porque é assim eles são andorranos, eles escolhem, eles fazem o que a eles lhes apetece. Tu podes criticar, tu podes fazer o que queres e eles sempre vão fazer aquilo que eles querem porque eles prevalecem. (...) Portanto eu penso que é assim, cada qual no seu posto, isto é deles, nós estamos cá, eles aceitaram-nos, nós estamos cá porque queremos e sujeitamo-nos às leis e às regras e a tudo deles porque queremos e já está.»

(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

Até porque aos portugueses isso pouco interessa:

«Isso não lhes interessa.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

Outros são favoráveis ao direito de voto por parte dos imigrantes mas de forma limitada e especificam as condições em que isso deveria acontecer:

«É assim, eu, digamos que de política não estou muito dentro. Acho que poderiam votar em todas mas não em todos os casos. Ou seja, tens de ter, minimamente, ou a nacionalidade andorrana ou ter uns certos anos aqui em Andorra porque eu acho injusto, por exemplo, tu estares aqui há dois anos, está bem que já estás aqui residente, não conheces muito Andorra, não conheces muito as necessidades de Andorra, a política de

Andorra, e queres ir votar. É assim, não acho isso justo: que uma pessoa que não tenha conhecimento da política, das necessidades reais de Andorra e da realidade de Andorra, venha cá (...) votar.»
(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«É, condicionar. Não é dar directamente. Acho que nas comunais tinham de ter direito as pessoas, os portugueses, porque acho que são coisas mais directas. Agora depois a nível de Governo, isso, nesse aspecto, acho não tem porquê.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

7.2.2. Aquisição de nacionalidade

“O facto de as comunidades portuguesas estarem entre as de menor taxa de aquisição de nacionalidade em alguns países do continente americano, como o Canadá, reforça a ideia da manutenção das ligações a Portugal” (Peixoto, 1993:293). Curiosamente o mesmo parece estar a acontecer em Andorra. Depois de vinte anos de residência são raros os casos de emigrantes portugueses que optam pela nacionalidade andorrana. Este excerto é revelador disso: “Depois da progressiva abertura do acesso à nacionalidade esperava-se uma procura massiva de pedidos de passaportes por parte de estrangeiros que podiam solicitar a nacionalidade andorrana, (...) que até agora não se produziu (Batalla, 2002:75). O facto de terem de prescindir da nacionalidade portuguesa (a dupla nacionalidade não é permitida) pode ser um dos factores; outro factor pode encontrar-se no facto de Andorra não pertencer à EU e terem de tirar vistos em caso de deslocações ou viagens de maior distância. Os direitos que a nacionalidade lhes confere não são, por outro lado, suficientemente atractivos depois de vinte anos sem os terem.

«Eu gosto de ser portuguesa. Eu andorrana, nunca.»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«O meu marido podia ser andorrano já há cinco anos atrás. Não quis. O meu filho grande nasceu aqui, vai fazer vinte e um anos aqui, disseram-lhe para fazer o passaporte andorrano e diz que prefere ser marroquino que andorrano. (...) Porque aqui (...) por exemplo, não há aquilo que digas eu sou espanhol mas vou a qualquer lado e tenho os mesmos direitos dos andorranos. Porque, por exemplo, tu para trabalhares no Governo tens de ser andorrana, ainda que eu *sepa* (saiba) mais que tu... mas sou portuguesa e vai o andorrano. E não é assim que se vê a capacidade das pessoas, não é porque tu sejas andorrana e eu seja portuguesa que sei menos que tu. Para os andorranos não sou nada, sou um zero à esquerda.»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Tenho uma nacionalidade e essa nacionalidade não a quero por outra.»
(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Se, por alguma razão, quisermos optar pela nacionalidade andorrana, existe uma razão, não é? E porquê tardar 20 anos? Nessa altura, se calhar, já mudámos de ideias, e digo assim: “Agora vamos para Portugal, para que é que eu quero a nacionalidade andorrana aos 50 anos?”. Pelo amor de Deus. Para isso continuo com a nacionalidade que tenho. Eu jamais o faria mas não sei, acho que é demasiado.»
(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Outros encontram vantagens no facto de poderem vir a adquirir a nacionalidade andorrana:

«Acho que sim porque por enquanto acho que se não tens a nacionalidade andorrana não podes trabalhar na administração pública. (...) Se realmente me disserem que como não és andorrana, não podes, e se realmente é o trabalho que eu quero fazer, vamos ter que sacrificar uma coisa ou outra. (...) Acho que não é

por isso que me vou sentir menos portuguesa porque acho que não é o passaporte que me vai dizer se sou portuguesa ou não.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«É positivo. Eu tenho o caso do meu namorado que graças a essa nova lei já tem a nacionalidade andorrana que até agora não podia ter porque ele não tinha mais de 20 anos de residência. Na altura era 25, acho que ao mesmo tempo que entrou a de 20, entrou esta nova lei de 10 anos de estudantes. Ou seja, consiste em que, num sistema escolar implantado em Andorra, pode ser no francês, no andorrano, no espanhol, é igual, mas tem de ser aqui em Andorra, se tens mais de 10 anos, tu vais às tuas antigas escolas, pedes um certificado de escolaridade e com esse certificado de escolaridade tu vais ao Governo e pedes a nacionalidade andorrana e, em princípio, não têm nada que dizer em contra.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«Se o faço é por uma questão totalmente... mais do que económica, política. Para poder votar. Faço-o como uma obrigação, que eu já poderia ter a nacionalidade andorrana, para poder votar a nível geral, tanto nas autarquias como no Governo.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Eu não era capaz de fazer isso. Só se viesse para cá de pequenino ou nascesse cá, pronto, aí tudo bem. Agora uma pessoa estar aqui e aguentar vinte anos e depois naturalizar-se? Eu acho que não. Só se for para montar empresas.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

7.2.3. Política de Imigração

«Eu acho que a lei de imigração e política de imigração do Governo não é uma política de integração. (...) É necessário 500 trabalhadores (...) pois vá, abrimos o campo. Mas tema de assimilação, de integração? Não há política de integração em Andorra. Quando este Governo diz que quer fazer essas políticas, pois muito bem, que cheguem, mas actualmente e desde que eu vivo em Andorra que não há política de integração. A política de integração que eles utilizam é como se nós fossemos como máquinas. Preciso de 500 trabalhadores para a construção civil. São da União Europeia? Muito bem. Para a neve abrimos as quotas para os sul-americanos, que estão a trabalhar cá durante cinco meses e depois não queremos saber mais nada dessas pessoas.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«É que as políticas de imigração começam por aceitar que realmente Andorra é uma mistura de culturas, é uma mistura de nacionalidades Não é só pensar nos privilegiados que são os andorranos, há que começar a pensar também nesses emigrantes que são o futuro de Andorra também. Porque esses emigrantes têm os filhos cá. E se eles querem que esses filhos falem o idioma de cá, que saibam a história de Andorra, conheçam quem são os que estão ou não estão no Governo, que se interessem realmente pela política ou se interessem plenamente pela sociedade, têm que se dar políticas de integração, tem que se começar a ceder um bocadinho esses privilégios também às pessoas que levam mais tempo cá e que estão a tentar fazer alguma coisa por cá.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Acho que fazia falta *buscar* (procurar)... o Governo aqui do país... integrar várias culturas, várias associações de diferentes países, era bom porque realmente (...) não há contacto nenhum.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

7.2.4. Estatuto jurídico

« (...)tinha que renovar cada seis meses durante um ano, depois cada ano (...) e assim... Isso encontro bem porque têm de controlar as pessoas porque não vão fazer os papéis a *cualquiera*».

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Não dão oportunidade. Faz com que não tenhamos interesse. Para que é que havemos de estudar? Não podemos ser iguais. Para que é que nos vamos interessar?»

(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Uma pessoa chega, não sabe leis, não sabe nada, sujeita-se ao que houve e cala-se, não tem outra hipótese.»

(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

«Há casos de jovens, da segunda geração, que têm duas nacionalidades. Não precisaram prescindir de nenhuma delas porque ao serem andorranos ninguém lhes pede explicações. (...) Têm passaporte andorrano, são andorranos. (...) Continuam a ser andorranos e portugueses.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

- legislação sobre direitos económicos

“Quando fui ao Comú (Câmara Municipal) para tratar dos papéis e perguntar o que fazia falta disseram-me que eu, como portuguesa, tinha de ter 20 anos de residência em Andorra, senão não podia pôr os papéis em meu nome. Um espanhol ou um francês, sim que podem, um português tem de ter 20 anos. (...) Eu creio que o governo português tinha que olhar um pouco aos emigrantes, fazer um pouquinho mais pelos emigrantes que estamos um pouquinho... esquecidos. (...) Perguntei porquê. O que é que se passava? Se éramos... Porque eu sei que dizem que aqui não há racismo mas eu sei que aqui há um pouquinho de racismo... Perguntei: - O que passa aqui? É porque sou portuguesa? Disseram-me que não. Que era o governo português, que não havia um acordo entre o governo português e o andorrano, que o governo português ainda não chegou a acordo para fazerem isso...”

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Encontro-a discriminatória. É só aos portugueses que têm de ter vinte anos para montar um negócio porque, por exemplo, os espanhóis e os franceses só precisam de dez anos. Porque é que nós temos de estar aqui a vida toda para montar um negócio?»

(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Isso é pura discriminação. (...) Eu creio que isso é aproveitarem-se de nós da melhor maneira.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

7.2.5. Protecção Social

Em Andorra, a protecção social é assegurada não pelo Estado mas pela CASS. A segurança social funciona como uma empresa, uma espécie de agência de seguros nacional. É daqui que vem a estranheza de alguns portugueses em relação a terem de pagar as consultas, os exames e as hospitalizações quando parte deste dinheiro lhes é posteriormente devolvido.

«A nível hospitalar eu digo-te já que Portugal deixa muito a desejar ao pé deste. Este é melhor. Temos todas as comodidades, todas, todas. (...) depois a CASS paga. Eu só tive de pagar, porque na altura não tinha um seguro de complemento e então 10% paguei eu, à minha conta. Mas fui... Parecia um senhor que estava dentro daquele quarto. Fui logo operado de urgência e agora, graças a Deus, estou bem.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

7.3. Dimensão linguístico-cultural

7.3.1. Adaptação ao país

Vale a pena deleitarmo-nos com algumas descrições ora humorísticas, ora trágicas dos processos de adaptação ao país.

«Era um restaurante. Restaurante, ou seja, pizzeria e cafetaria. Ficava lá em cima ao pé do Pyrines, já está fechado. Estava na cozinha, como pizeiro, depois o senhor que estava comigo na cozinha foi-se embora, fiquei eu sozinho e como a cozinha é um bocado complicado para mim... Via-me um bocado aflito, ainda por cima sozinho dentro de uma cozinha, com muita gente, temporada alta, muita confusão... Eu não percebia nada... (...) Passei por lá, perguntei se estavam a precisar de gente. Disseram-me que estavam a

necessitar de pessoal. Fui para a cozinha, estive lá quinze dias. Depois o homem foi-se embora e eu como não percebia nada de cozinha... A fazer pizzas sozinho! Ainda por cima o castelhano que era totalmente novo para mim...

(entrev. 4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

«O que *pasa* é que eu deixei a minha filha em Portugal e depois dizia que queria ir para Portugal porque eu não me encontrava bem aqui. Queria ir para Portugal, que queria ir para Portugal! O meu marido encontrava-se muito perdido aqui comigo e ele disse-me: “Não te preocupes que vamos buscar a menina a Portugal.»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Eu praticamente não tinha relações, é que quando tu chegas não sabes falar e quando não sabes falar tu não tens relações com as pessoas. A pouco a pouco é que vais tendo, sabes aquela coisa, vais conhecendo... (...) Depois não sabes, vais trabalhar... Ah! Mas eu à parte deste hotel, fui trabalhar para Pal para um hotel. E nesse hotel, eu não sabia, não havia ninguém de portugueses, eu era sozinha que estava lá! E havia outra também mas a outra era de Barcelona, falava o *catalá*. Eu nem o espanhol, quanto mais o *catalá*! Não sabia nada! Eu era o português e nada mais. Eu lembro-me que me mandavam buscar o balde de esfregar o chão...E diziam-me: “Vai buscar ao primeiro piso”, e eu não entendia o quê e corria escada abaixo, escada acima, tanto que corria para baixo e para cima e pensava: “O que será isso?”. Depois perguntavam-me: “Já encontraste?” e eu dizia: “Sim, sim”, mas não encontrava nada. (risos) Até que, no fim, ela já me fazia mais ou menos o gesto do limpar, sabes? E eu finalmente fui buscar e me diz: “sim, sim, é isto!”. E eu: “Ah, vale, vale!”. O que eu passei, já *te lo digo*!

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«(...) para me comunicar, por causa da língua que não entendia muito bem. Depois, na primeira classe tive que repetir, o primeiro ano. Não me adaptava lá muito bem, estava cá há pouco tempo e decidiram que era melhor ficar lá um ano mais.»

(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Sentia-me totalmente integrada, estava rodeada de amigos que eram filhos de emigrantes igual que eu. A nível de fora da escola, já fora do ambiente escolar, sim que havia algumas conotações negativas mas como era pequena não me afectou muito.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Talvez seja um bocado contraditório da maneira portuguesa porque eu quando cheguei tentei adaptar-me ao país, por isso, o movimento associativo para mim veio muito mais tarde. Porquê? Porque eu os cinco, sete primeiros anos integrei-me em Andorra. Fiz parte de uma coral andorrana, fiz cursos de catalão, tudo o que era actividades culturais andorranas, eu estava lá. Ou seja, adaptei-me primeiro ao país e depois é que dei o salto para a minha parte, percebes? Então foi mais fácil, eu com dois anos de Andorra já era um andorrano mais.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

7.3.2. Conhecimento da língua catalã

Exceptuando os entrevistados educados nas escolas andorranas, a grande maioria dos entrevistados revela um escasso conhecimento da língua catalã. É, no entanto, consciente da importância da utilização da mesma e do prestígio social a que esta pode conduzir.

« (...) Ultimamente pedem para que a gente... quando uma pessoa está de cara ao público, para que fale *català*. Eu creio que se estou num país onde se fala o *català*, eu creio que se *debe* falar o *català*. Era uma coisa que quando chegamos aqui deveria ser obrigatório, se te falassem em *català*. Eu quando cheguei aqui falaram-me em espanhol, não me falaram em *català*. Se me tivessem falado em *català*, hoje mesmo falava *català*.»

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Obrigam a falar o catalão, eu vejo bem, não estou em contra porque é o idioma do país. É como se um catalão vai para Portugal, logicamente tem de aprender o português porque um português não está obrigado a falar *catalá*. A ver, que ao princípio não saibas... E vais a qualquer sítio, a algum posto, ao governo...se falas *catalá* tratam-te de outra maneira que se falas castelhano. Eu tenho comprovado por mim. Se falas *catalá* enche-se-lhes o sorriso de orelha a orelha, como fales o castelhano... até parece que dás *asco*. Eu entendo, eu sei falar *catalá* e se vou a sítio público *intento* falar *catalá*. Mas *tampoco* é de desprezar assim

as pessoas como desprezam. Há portugueses, aqui por Santa Coloma, sem ir mais longe, que levam aqui vinte anos e que nem o castelhano se esforçam a falar (...) Se estás num país tens de te integrar».
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Também há muita gente que não faz para se integrar. Tu estás num país tens de *intentar* falar o idioma deles, tens de *intentar* comunicar. Não podes chegar aqui e dizer assim: “Eu sou portuguesa, falo português”. Não pode ser assim, senão fico em Portugal, se não quiser falar outro idioma.»
(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Não há maneira e nesse aspecto sou muito crítico! Falar catalão, adaptar-se. (...) Cá, a adaptação não é complicada mas não falam a língua. Acho que o português devia fazer um esforço mais para falar o nosso idioma que não faz nenhum, realmente! Que eu sei e conheço e o interesse é mínimo. (...) Eles dizem que o catalão é uma língua que não é como o espanhol que ainda se vai falando e vai-se desenrascando.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Tu dizes *no te entendo* ou algo assim do género e ela faz que não está a entender o que tu dizes e *siguen* dizendo em *catalán*, mas isso claro... Está no país deles, falam a língua deles, tu é que tens de desenrascar, não são eles para nós.»
(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

Muitas das vezes não é só o conhecimento da língua catalã que está em questão, o seu maior ou menor uso, o problema reside num total desconhecimento dos tons e das singularidades da própria língua catalã. Pude observar entre alguns entrevistados que a confusão entre o catalão e o castelhano é grande e que têm alguma dificuldade em distinguir uma língua da outra.

«Porque eu tenho às vezes espanhóis que vão lá à obra perguntar por qualquer coisa e eu não pesco nada! E dizem-me a mim que é um espanhol mais complicado de entender. Não sei se é o catalão mas acho que é o catalão.»
(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

«Muitas vezes se atrevem e me dizem: “E tu que língua falas, mulher? É que passas de um lado para o outro!” E é verdade... Confusão das línguas! Sabes? Ai! Eu às vezes penso, espera, mas em que língua é que estou a falar? Nem sei o que é que estou a falar, se estou a falar o espanhol, se estou a falar o *catalá*, se estou a falar o francês. Eu *mesclo*, tudo junto, tenho uma coisa toda junta. (risos) Mas eu vou para Portugal e faço igual, eh?! Te *lo* juro! Para Portugal faço a mesma coisa, nem sei que língua estou a falar! E depois até lá em Portugal me dizem: “Mas em que país estás tu?!”. Ai, em que país estou eu? *Es* que *es* uma coisa que é uma complicação!»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

A associação entre o conhecimento da língua e a colocação em melhores sectores profissionais é evidente:

«(A pessoa) se quer ter um bom trabalho e estar... não bem vista mas sim ter um trabalho de privilégio que aqui em Andorra é não trabalhar o fim-de-semana, é aprender o idioma *catalã*.»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«O gostar de idiomas também me abriu muitas outras portas, a nível do trabalho.»
(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

7.3.3. Escolha do sistema escolar para os filhos

Existem três sistemas escolares em Andorra: o francês, o espanhol e o andorrano. A escolha entre um ou outro pode recair sobre diversos factores como a proximidade geográfica ou no seguimento de conselhos de conhecidos. No entanto, parece estabelecer-se um padrão entre

aqueles que escolhem o sistema andorrano para os seus filhos: são entrevistados que valorizam a cultura andorrana, que não pretendem regressar e que apresentam um índice alto de integração na sociedade de acolhimento.

«O francês. Porque me disseram que depois um dia que fosse para Portugal... que era melhor o francês do que o espanhol.»

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Acho que é o melhor sítio para ela ir é a escola francesa. Porque há uma pessoa que trabalha ali no hotel que é um português, que é o Fernando e ele tem lá o filho e a filha dele, que são miúdos da idade da minha irmã, estão na escola francesa e diz que é o melhor. E ele foi lá comigo, inclusive, para eu ver mais ou menos como é que era.»

(entrev. 4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

«A escola francesa economicamente é mais barata. A escola espanhola, não sei bem a partir de que ano tens de comprar livros e os livros são caríssimos e na escola francesa emprestavam-nos. Cada ano tinhas um dia que estava dedicado a ir buscar os livros e pegavas os livros que precisavas, tinhas que guardá-los e tentar cuidá-los porque não eram teus. Tinhas uma certa penalização se os livros tivessem riscados (...). Não tinhas de comprar livros e, claro, isso para os meus pais eram muito menos gastos e então foi por isso. E vantagens para mim sim, porque ao entrar no sistema francês automaticamente aprendes o francês, as aulas são todas dadas em francês. No recreio, maioria de espanhóis, todo o mundo fala espanhol, acabas por aprender espanhol. Depois a língua obrigatória no país em todos os sistemas escolares: tinhas de ter uma hora mínimo de catalão e claro, num sistema escolar acabas por aprender muitas mais línguas do que se tivesses ido para a escola andorrana, por exemplo.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«A minha mãe inscreveu-me na escola espanhola, porque era a que estava mais perto da nossa residência.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«No andorrano. Penso nos *câmbios* que fizeram em dar muita importância aos idiomas e dar essa facilidade de ensinarem desde pequeninos os três idiomas: o catalão, o francês e o espanhol... e também darem importância ao nosso, desde o instituto eles já podem escolher aprender o português.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«No sistema andorrano (...). Porque é o sistema do país. Acho que não fazia sentido procurar uma integração rápida num país sem estar no sistema de ensino do próprio país. (...) Acho que há portugueses que põem por questões económicas, na francesa ou espanhola. Ou também por uma projecção de futuro, porque “vamos estar aqui meia dúzia de anos e depois quando regressarmos já tem o francês porque o catalão não serve para nada”.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

7.3.4. Férias

“Moutardier (1991) salienta a centralidade das férias (...) nos padrões de vida dos portugueses em França. Segundo a autora, a população portuguesa destaca-se das outras comunidades, no que respeita às férias, por uma maior regularidade e duração média, preferência pelo país de origem, alheamento à situação financeira conjuntural e número médio de pessoas deslocadas”(Peixoto, 1993:292-3). Um estudo sobre o consumo cultural e o ócio em Andorra dá-nos indicações no mesmo sentido, nele destaca-se a proporção de viagens realizadas ao local de origem por parte da comunidade portuguesa⁴⁸.

⁴⁸ BATALLA, J. e MICÓ, J. (2001), *Estudi sobre l'oci i el consum cultural a Andorra*, Andorra, CRS-IEA.

«Se tu vês aqui um português que veio para Andorra, não se vai de férias sem levar um Mercedes, *ainque* (mesmo que) tenha que comer todos os dias batatas cozidas. Mas ele o seu Mercedes tem que o levar. (...) Não sei, eu já não me identifico com os portugueses em nenhum sentido. Por exemplo, agora as portuguesas vão lá com os seus novos fatos... para andar lá no povo. Se soubesse como eu vou de férias! Se te enseno (mostro) o vestido que eu pus nas férias lá no povo... que é horroroso! Mas a mim *me da* igual. Eu tanto sou aqui como sou lá. A ver... se saio arranjo-me um bocado mas aqui também. Vamos ali ao (Associação do) Alto Minho ao sábado à noite, mudo de roupa e isso... *Pero* tu vais a Portugal agora no mês de Agosto e és que alucinas! Com as portuguesas que vês aqui que andam que dão pena, e lá parecem umas professoras! Levam os fatos à tinturaria para chegar lá e... Isso comigo não vai. (...). É algo que não suporto: ver como vão aí algumas cheias de ouro que parecem umas árvores de Natal. (...) Buf! Está tudo cheio, não podes andar. É algo de horroroso. As pessoas vão com bons carros.»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Sinto a falta deles e eles sentem a minha falta lá. Ou seja, como me afastei mais um bocado deles... eles começaram, se calhar viram as coisas por outro prisma ou não sei se fui eu que vi as coisas por outro prisma. Não sei como é que é mas tenho levado uma relação melhor. Fui lá estas férias e foi totalmente diferente, “ai, o meu filhinho!”, tive os mimos todos.»
(entrev.4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

«Desde que tenho a casa vou mais vezes. Ai, gosto muito de ir a Portugal. Eu sempre *pido* para ir a Portugal porque tenho lá o meu jardim, tenho lá as minhas coisas. Eu sinto-me bem ali. (...) Até tenho vezes que vou três vezes ao ano. Vou em Agosto. (...) Vou *despois* quando em Setembro que *hay* lá as Feiras de São Miguel que são umas feiras muito bonitas. E *despois* vou por Páscoa. Eu gosto de lá ir, gosto de abrir a minha casa.»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«A relação que temos agora com os familiares ou com os nossos amigos que estão em Portugal é muito mais afastada (...). Nós viajamos muito menos para Portugal do que fazíamos antigamente. (...) Desde que faleceram os meus avós vamos lá cada dois ou três anos e tentamos que seja agora ao contrário, que sejam os familiares que venham cá visitar-nos. Não queremos ter essa obrigação de ir sempre para Portugal.»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Ando a passear com a miúda, com a mulher, depende. Vou rever alguma família. Vou para os meus vícios, às vezes. Por exemplo, agora vem a altura da caça e no domingo gosto de agarrar na arma e ir dar o meu tirinho! (ri-se) De manhã porque de tarde é para ir dar um passeio com a família, agarro no carro e vou para o meu passeio. E é assim: algumas compras que sejam necessárias para a casa, ou isto ou aquilo, alguma coisa que não esteja... algum problema que seja preciso resolver. Vou lá e aproveito e resolvo o que estiver por resolver!»
(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

7.3.5. Tempos livres

Quando questionados sobre as actividades que fazem nos tempos livres ou como é ocupado esse tempo, trespassa uma sensação de que o país tem pouco para oferecer a nível de actividades desportivas, recreativas ou culturais. Também registámos a descrição de actividades muito caras para o cidadão comum.

«A riqueza que aqui temos, o tema da neve e do esqui. (...) Só que eu acho que é um bem que temos e que o português não aproveita ou porque não quer ou porque não pode porque o esqui é um desporto caro. Há muitos que nunca meteram uns esquis nos pés e nunca se aventuraram.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«A mim não me puxa sair. Entre que tu vais às comprar e é sempre a mesma coisa. Entre que tu saís à rua e (...) não podes andar no passeio porque tem sempre turistas. Entre queres andar num supermercado à vontade com o carrinho e não podes porque estás sempre a chocar em todo o lado.»
(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

Com excepção para os entrevistados embrenhados no movimento associativo português, todos são unânimes nesse sentimento. A próxima descrição é interessante e coincide com o que pude observar aos domingos à tarde na Casa de Portugal e na Casa do Alto Minho:

«Agora fazemos muita coisa! Ontem mesmo fomos para a montanha. Fomos aqui para Pal. Éramos para aí vinte e cinco. *Passemos* de maravilha. (...) Sempre a comer! (risos) Assar carne, depois conversávamos, falámos, passeamos, tocámos... Éramos todos portugueses. (...) levávamos quatro acordeões. E *lo pasas* de maravilha, hem?!, porque entre o que passeias, conversas, estás entre a natureza, bailas, tocas, cantas, fazes de tudo! (...) antes não saíamos. Antes, já te digo: era do trabalho para casa e da casa para o trabalho, comprar e com as crianças não podias ir a nenhum lado. Agora vamos lá para baixo para a Casa do Minho, pois ensaiamos... Olha, a outra semana fomos para Tarragona com o grupo (folclórico)...»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

Espanha é um destino muito procurado aos fins-de-semana, sobretudo pelas famílias com carro e com filhos.

«Vou para baixo, para Espanha, vou passear porque eu não conheço por ali nada e então vou descobrir terreno quando temos algum tempo livre. Em Andorra já está tudo visto.»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«Vamos até Espanha, até Port Aventura. Vamos passar aí amanhã o dia e depois vamos estar num *camping*. Somos 17 pessoas, quase tudo família!»
(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

Os trabalhadores sem família no país sentem-se quase atraído pelo tempo livre. Horas em que a saudade aperta, a ida aos centros comerciais e os passeios destinados a ver as montras fazem parte do itinerário.

«Os portugueses que têm carros próprios vão para a praia para Espanha. Agarram na família, os que têm cá família, e vão para Espanha, os que não têm família como é o meu caso, ficamos aqui isolados a ver as montras! (...) É o dia-a-dia, ir ver as montras, do meu dia-a-dia e dos da maioria que estão na minha situação, sozinhos. (...) Conversamos sobre isto, sobre aquilo, é uma vida razoável. Uma vida normal a conversar uns com os outros. (...) Almoço e saio, venho passear para a rua. Mas há lá portugueses que já são estes mais antigos que já têm os seus pares para jogarem à sueca. (risos) Esses sentam-se lá e já estão certos! Eu sou um novo, como dizem. Venho para a rua passear, também, lá está, não gosto de estar muito tempo ali parado. Gosto de vir para a rua e, às vezes, junto-me ali com um colega meu de trabalho, ele vai telefonar quase todos os dias à família e depois vamos dar um passeio e beber uma cerveja. Depois vai cada um para seu quarto, dar descanso ao corpo.»
(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

7.3.6. Comércio português

Para além dos referidos bares e restaurantes, também existe algum comércio alimentar gerido por portugueses. Não pude estabelecer qualquer relação com uma maior comercialização de alguns produtos portugueses por parte deste porquanto os produtos de marca portuguesa se encontram um pouco espalhados por todo o território e por distintas unidades comerciais. Como nos indica a seguinte entrevistada é possível que estes possuam uma frequência assídua de clientes portugueses e que aí se estabeleça algum controlo social ao colectivo.

«Uma loja que é mesmo de uma senhora portuguesa. Conheço-a de ir lá sempre à loja. (...) Grande parte (dos clientes) são portugueses. Há muitos espanhóis também que procuram os produtos portugueses, porque ela vende muito à base de produtos portugueses e isso assim. Só que... é as tais *coderlhices* que

acontecem sempre nos locais... ditos de casa, não? Tu vais ali, estão sempre duas ou três lá a *coderlhar* da vida dos demais. (...) Se calhar não vou lá mais vezes porque elas estão sempre lá. E eu pessoalmente sinto-me um bocado mal entrar e porque é que tens que estar a ouvir aquilo? Sei lá, cada qual faz a sua vida e é independente e sabe aquilo que quer e aquilo que não quer.»
(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

Existe no centro da capital um estabelecimento comercial inteiramente dedicado à comercialização de produtos portugueses. Na loja LusoShopping podemos encontrar variados vinhos portugueses, bacalhau, bolachas Maria ou queijos da Serra.



Foto 3. Filha de emigrantes bebendo um refrigerante de marca portuguesa amplamente comercializado em Andorra, Junho 2005.

7.3.7. Hábitos alimentares e de consumo

Quando questionados sobre os hábitos alimentares, os entrevistados não mostraram qualquer reticência em afirmar a superioridade da cozinha portuguesa, ainda que alguns confessaram gostar de alguns dos petiscos da comida andorrana ou catalã. É mais que provável que com os anos se incorporem elementos da gastronomia local na alimentação. Menos esperado foi encontrar várias referências à posse de hortas por parte de portugueses.

«Gosto dos cozinhados portugueses mas gosto da maneira como cozinham eles aqui, da comida daqui. Quando estou em Portugal tenho uma vontade de comer *pá amb tomaquet!* Ah, *me encanta!* (risos) Quando vamos a Barcelona vamos a um restaurante... comemos aí uma *coca* que é um pão muito fininho com tomate!.. A minha cozinha mudou um pouco mas sempre tiramos à portuguesa. »
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Tenho uma horta. (...) Em cima do supermercado Pirinéas, do armazém. Tenho uma hortinha, sim, lá por cima... Tenho galinhas e tudo! (...) O terreno é de um senhor andorrano. Ele deixa-me o terreno para eu poder cultivar. Tenho cebolas, tenho... tudo! Todos os dias vamos lá. (...) Esse senhor não aparece ali nem

nada. É um andorrano que deixou o terreno a um senhor português que tem aqui um *taller* de carros. Então como era muito terreno e esse senhor português não o pôde cultivar todo, como nos conhece a nós, deixou-nos um bocado para nós. (...) Muita verdura congelo para o Inverno, por exemplo, as *vages* (feijão verde), couves, tomates... faço salsa de tomate. É para economizar um pouco porque se tu vais a comprar tudo, tudo... Pois enquanto tenho verdura é uma coisa que já não compro. Enquanto tenho... porque aqui no Inverno com a neve, já não tens nada. Mas agora neste tempo aproveito e tento cultivar para congelar para o Inverno. Não é como lá em Portugal que no Natal tens couves para fazeres com o bacalhau. Eu, por exemplo, em Outubro ou a princípios de Novembro apanho as couves, lavo-as bem e congelo-as para ter no Natal e fazer com o bacalhau. Tens de calcular tudo...»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Os cozinhados pois faço tudo o que é cozinha portuguesa. (...) Eu faço refogados. Não faço cá primeiro prato, segundo prato, nem terceiro prato, nada. Nada disso. Eu faço a carne ao forno ou o bacalhau ao forno. (...) Mas isso é os franceses, eles é o primeiro prato *ensalada*, *despois* o segundo prato não sei o que põem ali (...) a mim não *me gusta* nada. Não, (eu) sempre boto logo tudo junto!»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Eu gosto mais do paladar da comida portuguesa do que a comida andorrana que posso provar na casa da minha sogra, por exemplo. Não sei, desfruto mais com um prato de bacalhau da minha mãe do que com um prato de bacalhau da minha sogra...»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)



Foto 4. Anúncio de “francesinhas”. Setembro 2006.

Os hábitos alimentares e de consumo dos trabalhadores solitários da construção civil são um mundo à parte. Mais “espectadores” que “consumidores”, passeiam pelos centros comerciais mas adquirem pouco. A adaptação à gastronomia local limita-se aos menus preparados pelos responsáveis das cozinhas dos hotéis.

«Levo qualquer coisa para o trabalho, ou uma lata de conservas ou assim... É um modo de entreter o estômago e depois à noite venho comer ao restaurante que já está incluído praticamente com o hotel.»

(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)



Foto 5. Numa esquina, dois jovens portugueses do Norte à espera das carrinhas que recolhem os trabalhadores da construção civil para as obras, com o saco da “bucha” na mão. Junho 2005

7.3.8. Religião

A religião professada pela maioria dos portugueses é comum à religião praticada em Andorra. Assisti apenas a uma missa e não consegui apurar se de alguma forma este facto contribuía para uma aproximação relacional entre portugueses e outros colectivos. Pude, não obstante, averiguar que a saída da igreja aos domingos é um ponto de encontro entre o colectivo português crente e que existem padres portugueses a deslocarem-se a Andorra no Verão para celebrarem casamentos entre membros da comunidade portuguesa.

«Católicos praticantes. O meu marido vai todos os domingos à missa aqui à Igreja de Sant Julià. (a missa) é em catalão.»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Sabes que todos os ano fazemos um jantar das empresas quando é o Santo dos Electricistas, chama-lhe aqui o Dia da Candelaria, dia 2 de Fevereiro, e sempre fazemos uma festa, temos missa... Chamam-lhe a Candelaria que em catalão é uma vela, então à Candelaria chamam-lhe a luz. Os padres é que dizem que é a luz da vida.»
(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Temos a procissão de Nossa Senhora de Fátima, cada ano, foi agora em Maio... E este ano o rancho folclórico foi *involucrado* com a Confraria e fomos participar na procissão. Sim, sim (vai muita gente). Sem dúvida. Não só muita gente da comunidade portuguesa senão de todo o país! Realmente é impressionante de ano para ano ver o crescimento de público que essa actividade tem.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

7.4. Dimensão cívica-associativa

7.4.1. Associações

A criação de associações por parte de emigrantes nas regiões onde se estabelecem é um tema comum em muitos dos estudos migratórios, porquanto parece ser crucial a sua existência. O associativismo costuma surgir alguns anos depois das primeiras vagas migratórias, o que sugere que, apesar de a sua existência poder ser fundamental nos primeiros anos, a sua concretização parece ficar assegurada só depois de uma certa organização interna por parte dos membros desses primeiros fluxos migratórios e ultrapassadas uma série de dificuldades respeitantes ao conhecimento do funcionamento estrutural da sociedade de destino.

Também é certo que a maioria das associações criadas funcionam dentro do âmbito desportivo, recreativo e cultural. Organizações de emigrantes que estendam os seus objectivos e as suas actividades a terrenos mais próximos ao económico e ao político são raras de encontrar. Noutros casos sucede que o associativismo surge, numa dada região ou país, muito antes de qualquer tipo de representação política, na figura de um Consulado ou Embaixada. É muito provável, portanto, encontrarmo-nos com situações em que interesses económicos ou problemas sociais da comunidade emigrada sejam assegurados ou resolvidos por associações cujos âmbitos de actuação e propósitos para as quais foram criadas são completamente distintos. A ocorrência deste tipo de situação foi-me relatada pelo Presidente de uma associação de portugueses:

“Então, começámos a angariar dinheiro para um fundo que permitisse a transladação de corpos de emigrantes portugueses para as suas terras. Não era a nossa função mas tivemos que começar a organizar isso porque sempre que acontecia um caso desses era muito embaraçoso para nós e ficávamos mal vistos. Mas é que também custa muito ver que a família de um português que está aqui a trabalhar como tu não tem dinheiro para o fazer.”

Sr. Nuno Passos, Presidente da ARPA

Estamos na presença de um exemplo claro de uma acumulação de funções por parte de uma associação de carácter recreativo que acaba por se organizar de forma a solucionar uma questão de pendor social. Esta perspectiva também consta numa das entrevistas que relata as várias funções exercidas por uma associação, neste caso a ARPA – Casa de Portugal, e nos oferece um relato perspicaz e quase histórico das transformações pelas quais esta *instituição* tem passado:

«Foi nos anos dourados da Casa de Portugal em que reivindicámos o consulado, o ensino português e os acordos de segurança social. Ou seja, foi a época forte da Casa de Portugal como instituição que não havia até à altura. Aí faziam-se permanências consulares, (...) daí fez-se os pedidos e diversas reivindicações para o Consulado, aí faziam-se as eleições para a Presidência da República, por exemplo. Ou seja, a Casa de Portugal foi uma instituição. (...) A Casa de Portugal teve esse papel e depois com a abertura do Consulado e do ensino acho que se retirou um bocadinho mais para a vertente cultural, mais recreativa.»
(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

Em todo o Principado existem 8 colectividades que constituem o movimento associativo português: a ARPA (Associação dos Residentes Portugueses em Andorra) - Casa de Portugal, a Associação de Residentes do Alto Minho, a Associação de Portugueses de Pas de la Casa, o Grupo de Folclore da Casa de Portugal, a Confraria N^a Sr.^a de Fátima, o Clube Desportivo da Casa de Portugal, a Casa do Benfica em Andorra e o Futebol Clube Os Lusitanos.

A colectividade mais antiga, a Casa de Portugal, foi fundada em 1995, tem actualmente 300 sócios e foi condecorada em 2002 com o Diploma de Mérito das Comunidades Portuguesas, distinção outorgada pelo SECP. A Casa de Portugal é muito provavelmente, e entre as associações existentes, a organização com mais implementação e reconhecimento social. Esta associação faz algumas tentativas de abertura em direcção aos andorranos e outras comunidades imigrantes por ocasião de algumas actividades e espectáculos mas caracteriza-se essencialmente como sendo um espaço fechado, lugar de expressão e de reivindicação de uma identidade.

«Comecei lá a ir. Depois eu gosto das actividades e fiz-me sócio. Só faço parte praticamente das marchas populares. (...) Este ano fizemos as marchas populares, uma coisa em grande, muito grande mesmo, (...) com a Casa do Alto Minho. Foi muito bom. Foi no pavilhão, aquilo fez tremer. (...) Cheio, cheio. Poderia lá haver meia dúzia de andorranos. Mas a maioria era tudo português e gostaram. No final aquilo deu um arrepiozinho.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

A Casa do Minho é formada pelo Rancho Folclórico do Alto Minho e organiza anualmente um festival com a presença de grupos vindos de Portugal. Da sua pequena sede, no centro de Andorra la Vella, ressoa o som dos acordeões, risos e dançares que contrastam com as ruas da cidade em plena azáfama e labuta quotidiana.

«Fizémos-nos sócios dali da Casa do Alto Minho, estamos bem, sempre que nos encontramos fazemos comidas como tu já viste, bailemos, passamos bem, somos todos como família que isso é o mais importante e *lo pasamos* estupendo.»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

A Confraria de N^a Sr.^a de Fátima foi criada em 1997 com o fim de promover a vida cristã através do culto e devoção à Virgem de Fátima, organiza mensalmente, cada dia 13, uma missa em sua honra e celebra anualmente, no mês de Maio, uma procissão de velas ao Santuário de Meritxell. A colectividade mais recente é a Associação de Portugueses de Pas de la Casa; criada em 2005, visa promover manifestações de carácter cultural, religioso e desportivo.

Recentemente foi fundado o Clube de Empresários Portugueses, facto que parece confirmar o começo de uma nova fase do associativismo, este de pendor mais institucional e que expressa interesses específicos de uma dada classe socio-económica.

Muitas vezes identificamos as associações de emigrantes como lugares de expressão étnica ou de expressão folclórica de uma identidade. Sem dúvida que essa imagem corresponde a uma realidade mas não esqueçamos que, num segundo tempo, estas associações podem exercer um papel mediador muito importante entre a sociedade de origem e os seus membros e são, por outro lado, o parceiro privilegiado que o Governo autóctone pode encontrar para estabelecer pontes relacionais com as comunidade imigrantes. Parece-me que alguma da comunidade associativa está consciente disso: do fechamento, por um lado, e das possibilidades de abertura, por outro. Vejamos o testemunho de um entrevistado que pertence a uma delas:

«Se se fecham só neles próprios, acho que é mau porque Andorra vê-nos ali como um bocadinho de Portugal, ou seja, como algo que não é integração em Andorra. Porque uma pessoa enquanto está a dançar num grupo folclórico não vai estar num *esbart* andorrano. (...) Penso que a nível desportivo estão bem inseridas dentro do que é o sistema andorrano, não há um campeonato português, ou seja, os portugueses estão integrados nos campeonatos andorranos. A nível do folclore tem-se tentado muito, tanto pelo grupo da Casa de Portugal como pelo do Alto Minho também misturar-se nas actividades que fazem os grupos de folclore andorranos. Falo da Mostra Folclórica de Andorra, falo agora recentemente em Julho na Dancart, que foi o Dia da Dança em Andorra, em que os grupos portugueses também participaram. (...) Houve um trabalho de base para pegar nos grupos portugueses e integrá-los nas actividades andorranas. (...) E quando os portugueses também fazem, sei que o grupo da Casa de Portugal tem feito isso, é pegar em grupos andorranos, por exemplo, e levá-los às suas actividades. Ainda agora no 10 de Junho convidou-se um grupo de Encamp, o *esbart* de Encamp, a participar na festa do 10 de Junho. São pequenas iniciativas mas que tentam pois que não se veja que as associações portuguesas como “ai, não, é só para bailes, sardinhas”. Não, tenta-se misturar tudo.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

Seria interessante podermos conhecer o grau de reconhecimento das associações portuguesas por parte dos restantes habitantes de Andorra, bem como a valoração que delas fazem. Deixo aqui algumas considerações:

«(...)dão a conhecer a nossa cultura. É uma boa forma de integrar os portugueses na sociedade andorrana mas acho que não se deviam fechar tanto nessas actividades culturais, deviam abrir-se um bocadinho mais às outras culturas. (...) o que gostaria de ver era essas associações (...) estarem um bocadinho mais em contacto com outras associações de emigrantes, como é o caso da Galiza ou Andaluzia. Que houvessem actividades conjuntas entre as associações de emigrantes.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Acho que o movimento associativo é importantíssimo porque é ponto de encontro e elo de ligação com Portugal. Enquanto ponto de encontro de culturas e de desporto, acho que são sítios idóneos para que a gente se encontre, para que deixe a rotina, acho que é favorável.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)



Foto 6. Celebração dos Santos Populares organizada pela Casa de Portugal. Junho 2005.

7.4.2. Instituições e Cidadania

O balanço do trabalho realizado pela Embaixada de Portugal em Andorra é reconhecido, de forma geral, como positivo.

«Também vejo que desde que está cá a Embaixada dá para conhecer um bocadinho mais a nossa cultura e o Governo tem colaborado, até agora não tem havido nenhum tipo de problema, pelo contrário. O que me parece é que eles estão aberto a todos os tipos de projectos e que, portanto, se por parte das associações houvesse realmente um projecto para levar a cabo assim alguma actividade, eu estou segura que o Governo ia dizer que sim, também porque a comunidade portuguesa é uma comunidade importante cá em Andorra. Agora nota-se mais. Eu acho que desde que está a cá a Embaixada Portuguesa é que se nota. Desde 2003 que melhorou-se muito mais a nossa imagem, mas é todo um trabalho de conjunto.»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Levo alguns anos já neste ambiente e acho que cada ano vai-se a melhor. É difícil porque o país é pequeno mas, de facto, a ideia da Embaixada como do Conselheiro de fazer a unificação... Há uns anos atrás cada associação ia pelo seu caminho e agora reunimo-nos... (...) Acho que todas as associações podem tirar um balanço positivo de todas as reuniões porque, de facto, fazemos festas em conjunto, tentamos não ir cada um para seu lado, tentamos levar as coisas pelo mesmo caminho, é muito útil.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)



Foto 7. Performance de um rancho folclórico. Foto cedida pela Embaixada de Portugal em Andorra.

Alguns entrevistados estão cientes do fechamento social do colectivo português, alertam para a sua fraca capacidade de mobilização e apelam a uma maior participação cívica.

«Ficam naquele círculo que eles conhecem, não é? São capazes de participar nalguma actividade cultural que façam as associações, no rancho ou isso para matar aquela saudade mas eu penso que se deveriam abrir um bocadinho mais a participar na sociedade andorrana, tanto a nível social como a nível cultural. Quer dizer, nós fazemos parte desta sociedade, e nalguns aspectos também seria bom que disséssemos o que está bem e o que está mal, nós queremos isto, ou queremos aquilo. O mal dos portugueses é que se está sempre a queixar mas não faz nada para melhorar. É o que se tem visto.»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

7.4.3. Conhecimento e participação nas actividades lúdicas e cívicas

Tanto o conhecimento como a participação nas actividades lúdicas ou cívicas apresentaram resultados muito débeis. Apenas 3 de 15 entrevistados afirmaram ter conhecimento e participar com regularidade neste tipo de actividades. Registámos ainda a descrição de actividades muito caras para o cidadão comum e alguma disparidade entre as actividades oferecidas pelos municípios e o gosto cultural manifestado pelos entrevistados. Este indicador expressa uma relação muito forte com o índice de integração no país de destino e nesse sentido podemos apontar para conclusões semelhantes às retiradas num estudo quantitativo sobre a imigração em Andorra que estabelece um índice de integração em que apenas 20% dos portugueses estariam muito ou suficientemente integrados (Batalla, 2004).

«Pode haver muitas actividades mas em termos de informação não há nada. Eu, por exemplo, sobre o tema da Universidade de Andorra, é o primeiro ano que sei que há uma Universidade de Verão em Andorra e já se fizeram muitas edições. (...) Não há nenhuma página na Internet (...) que possas aceder facilmente, que saibas que irás encontrar actividades. (...) Depois em termos de informação, folhetos ou papéizinhos, também não há muito.»
(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«As actividades que há em Andorra são para ricos. Se queres ir esquiar (...) tens de comprar o *forfait*, que são 35 Euros ao dia. (...) Depois vais a um centro desportivo (...) a inscrição são 100 Euros. (...) Não todo o mundo pode permitir o luxo de gastar 100 Euros para uma inscrição. (...) As actividades aqui são extremamente caras e nem todo o mundo as pode ter. Por exemplo, eu no outro dia queria ir andar de bicicleta com o meu namorado (...) e fomos saber preços. Só para um dia, para subir ao tele-cabina eram só 28 Euros! Depois a bicicleta, um dia, eram 30 Euros. E eu pensei, eu não vou gastar 60 Euros num dia para experimentar!»
(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«Não vejo muito que a comunidade portuguesa se *involucre* em actividades cá de Andorra ou de alguma associação andorrana. Às vezes temos a tendência a fecharmo-nos na nossa cultura e não querer conhecer este lado...»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Eu não participo mas já tenho visto e é um pouco estranho, a pessoa não está habituada. Eu não gosto muito das actividades que eles fazem. Os concertos não me agradam. A paróquia que ainda faz alguma coisinha é esta aqui de Escaldes, essa é a que faz aqui uma gracinha e já tem uma imagem mais adequada assim para o lado dos portugueses, é mais bonito. Agora o resto, tenho ido aí a várias (actividades) e não gostei.»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«É assim: onde vou, concertos, exposições e isso, só encontro andorranos, de aqui, nunca encontrei um português, nunca, nunca.»
(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

«As pessoas se queixam que não tem havido nada. (...) Fazem alguns concertos aqui... (...) Gosto de ir. Por exemplo este final de semana fizeram aqui... foi na sexta-feira à noite. Que até eram daqueles de paus, sabes? Com os pauzinhos... Sabes de onde eram eles? Eram bascos, do País Basco. Mas tu sabes que faziam aquilo... aquilo é difícil, hem? Havia muita gente. E eles faziam cavalinhos com os paus... Mas tocavam bem, te *lo juro*, gostei muito! (Foi uma actividade organizada) pelo Comú. (...) Havia bastantes (portugueses), eu por caso eu conheci uns quantos que gostaram muito.»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

8. IDENTIDADE

8.1. Sentimento de pertença

Como se reproduz a identidade étnica? Que valores e símbolos possuem relevância para os actores sociais?



Foto 8. Decoração de um bar de proprietários portugueses onde se destaca a iconografia de Amália Rodrigues. Setembro 2006.

As identidades culturais constroem-se essencialmente com base num conjunto de experiências e representações sociais, mais ou menos extendidas ou mediatizadas, a que poderíamos chamar de memória colectiva. A especificidade que a identidade cultural portuguesa possa ter no Principado é afirmada em confronto com outras formas de expressão identitária com as quais convive quotidianamente. As identidades são perceptíveis e operacionalizáveis quando contrastadas com outras.

Por outro lado, a maior ou menor identificação por parte do entrevistado em relação ao colectivo é facilmente detectável através do uso do “nós” ou do “eles” aquando da referência à comunidade portuguesa do Principado. A pertença ou a diferenciação são realizadas através de um conjunto de imagens socialmente construídas com as quais os actores se identificam ou se

afastam, diferenciando-se do grupo. É interessante como os seguintes entrevistados se diferenciam do colectivo português através:

- da música

“Tive de adaptar-me a um novo país mas também tive de me adaptar a um Portugal um pouco diferente daquilo a que eu estava habituado porque, por exemplo, quando cheguei cá e tinha de falar em vários aspectos, por exemplo, em música, podíamos falar em DaWeasel, podíamos falar em Xutos, em GNR, em David Fonseca... é a minha música portuguesa. Agora quando ouves falar de música portuguesa à qual eu tive de me adaptar porque não conhecia, por exemplo, a mim nomes como Toni Carreira, Luís não sei quantos, Diapasões e isso (...) Eram coisas que me passavam ao lado. E também de certo modo em relação aos relacionamentos com as pessoas também. Eu estava habituado a relacionar-me com pessoas com uma formação, com um nível cultural um pouco superior”.

(entrev.1, H, I30/40, Açores, universitário, TR1/5 anos, serviços empresariais)

- da roupa

“Cada vez que ia a comprar nalgum sítio e me perguntavam se era portuguesa ou se era francesa e quando eu dizia que era portuguesa olhavam de alto a baixo como se não acreditassem, de uma maneira *rara*. (...) Tinham uma ideia das pessoas portuguesas aqui que... tinha de andar mal vestidas ou mal arranjadas. (...) ao meu marido (...) a ele lhe passou igual. A ele toda a gente dizia que era francês, nunca ninguém diz é português, não sei porquê mas mais de uma pessoa lhe perguntavam se era francês. Às vezes em casa de pessoas onde ia trabalhar. A imagem que ele tinha era totalmente diferente de um português. Ele tem cá irmãos (...) e ele não é da família, em nada, não o juntam com a família. (...) O aspecto físico, a maneira de ser, a maneira de vestir... ninguém o relaciona. A verdade é que o viam de uma maneira totalmente diferente. O meu homem podia ganhar pouco dinheiro mas para andar bem vestido não faltava, a roupa para ele tem de valer dinheiro. Não vai à feira, nem ao mercado, essa roupa para ele não vale de nada, tem de ser artigo de marca ou bom senão não compra.

(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

- da filosofia de vida

«Eu respeito a vida de cada um, cada um faz a vida que quer mas isto não vai comigo, que no estrangeiro vivas na miséria, como vários portugueses que vivem na miséria absoluta, que os seus filhos vão para a escola e dá pena vê-los que levam uns sapatos maiores que os pés e depois chegam a Portugal. “Ai, sim, Andorra dá muito dinheiro”. Como pelo Natal que saiu uma entrevista, não sei se chegaste a ver no Canal Internacional... Na RTP Internacional que davam entrevistas assim a falar gente de aqui... E havia um português que dizia: “Ui, eu aqui ganho três ou quatro vezes mais que em Portugal” E a ver, eu digo “ganhas três ou quatro vezes mais que em Portugal, mas explica também como vives! (...) Digo “tu, a ver, explica como vives, quantas vezes te sentas tu a comer à mesa com a tua mulher e com os teus filhos? Quantas vezes ao fim-de-semana pegas na tua mulher e vais a passear com os teus filhos e com a tua mulher? Explica!” Porque aqui trabalhando honradamente e estando pela família não ganhas tanto. Quer dizer, estamos todos em Andorra... uns fazem tudo, os outros não fazemos nada? Que somos *gilipollas* (estúpidos)?»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

- da linguagem

«Comecei a falar com ele e depois quando lhe disse: “Sou portuguesa”, ele disse assim: “Eh, não pode ser, não és portuguesa, (...), não acredito”. (...) E cada vez que digo a uma pessoa que sou portuguesa noto isso. É incrível. E custa-me. É assim, por um lado sabe-me bem porque digo: “Toma. Vês que os portugueses não são todos assim! Toma já está”, não é? Mas por outro... É assim penso no positivo e no negativo. Por outro digo: “Caramba, afinal o que é que nós somos aqui? É complicado.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Alguns entrevistados sentem que o seu mundo está claramente fora das fronteiras do país onde residem, mas a ambiguidade no sentimento em relação ao lugar de pertença também se fez sentir.

«Não sei, gosto mais de estar lá do que estar cá. Vou com a minha família e é um ambiente totalmente diferente. É mais familiar. Somos todos iguais, entendes? É que lá não há aqueles comentários: “Olha aquela é portuguesa”, “Olha aquela o que faz...”, “Olha aquela que não sei o quê”.»
(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Sinto-me estrangeira cá, sinto-me estrangeira em Portugal.»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

8.2. Imagem que tem do colectivo português

Apesar de alguns testemunhos serem extensos, as imagens são ricas em pormenores e, neste âmbito, gostaria de deixar a maior amplitude possível de definições. Inveja e desunião são os aspectos mais referidos.

«É que querem saber tudo... Têm inveja das pessoas, os próprios portugueses têm inveja uns dos outros: se uma pessoa vai bem vestida, se a pessoa tem um carro novo, se uma pessoa vai para um *piso* (apartamento), *cambia* de *piso* e paga mais... Há uma inveja que é impressionante! Eu nunca vi...»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Muito *chafarderos* (bisbilhoteiros). (...) não vão só à vida deles, querem saber da vida dos demais. E se tu tens uma casa, o outro também já quer uma casa mais grande. (...) O português é muito invejoso.»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Há os portugueses-portugueses e os “portugueses-porrunchos”, que são aqueles que arranjam sempre os problemas. Os espanhóis e os catalães chamam-nos “porrunchos” porque os portugueses arranjam muitos problemas em discotecas. Somos considerados uma raça lixada, andamos sempre “herr...anda cá que eu vou-te bater”. (...) Mas aqui, por acaso, tenho encontrado pessoal... muito boas pessoas. Se calhar também já passaram por situações idênticas às minhas e já sabem o que é que é, o que é que custa e o que é que não custa e se calhar também já sabem deitar mais a mão.»
(entrev.4, H, I20/30, secundário, Estremadura, TR-1ano, hotelaria e restauração)

«Às vezes fazemos actuações, preferem estar nos bares ali metidos do que ir ver uma actuação. Tu vais aos bares e os bares estão todos cheios. (...) Às vezes até há problemas nos matrimónios por causa disso, hem? Porque eles se metem nos bares, as mulheres querem sair, as mulheres querem fazer as suas actividades, não? Que é normal, se trabalham toda a semana e no final de semana a mulher tem de ser uma escrava porque tem de estar na casa a fazer a limpeza da casa, cuidar dos filhos e o marido vai para o seu bar, jogar às cartas ou tomar a sua cerveja?»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Porque cá somos todos portugueses e se somos todos portugueses pois podíamos ser um pouco mais humildes uns aos outros. (...) Eu penso que não somos unidos. É a minha maneira de pensar, podíamos ser mais unidos, fazermos mais coisas, fazermos mais actividades, fazermos mais coisas para os nossos filhos.»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Hay sempre alguém que: “ai que estes portugueses que não têm que comer no seu país”... Há sempre quem diga assim, sabes como é. E agora muito mais porque, claro, vêm estas pessoas, vêm estes portugueses que eu não sei bem de onde vêm, vestidos de *campero*, que eu já os conheço, quando vêm vestidos e com aqueles cabelos daquela maneira (...).»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Só fazem porcaria, só fazem estragos na imagem do português. Porque eu estou convencida que nem todo o português é assim porque eu vou para Portugal e não vejo os portugueses assim! Não sei, dão uma

imagem muito má porque estão fechados entre eles. (...) Acho que se põem um bocado à parte da sociedade e da realidade de Andorra.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«Preocupam-se com a imagem que dão lá mas não se preocupam com a imagem que dão aqui. (...) Há assim alguns que deixam o país assim por debaixo... É assim, por culpa de uns, pagam os outros. Também há muita gente aqui que vivem quase na pobreza para terem uma super casa em Portugal. (...) Eu acho que se não podes comprar uma coisa, não a compras ou compras mais barato. Mas, não sei, damos uma imagem, como eles dizem, de pobres... Eu acho dão uma imagem de ciganos, muitas vezes. (...) E depois aqui o que pensam é que somos todos iguais. Que vivemos em casas de cartão, como eu ouvi alguma vez.»

(entrev.8, M, I20/30, formação profissional, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, hotelaria)

«Os portugueses aqui só se chumbam é uns aos outros. Há bons e maus mas a maioria dos portugueses aqui não se ajudam uns aos outros. É tudo para tentarem-se queimar uns aos outros. (...) Eu acho que é por aquela gatinha lá de cima do Norte que é muito pequenina, muito agarrada e só quer para si mesmo.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«São pessoas caladas sobretudo. Muito trabalhadores, isso sim. Não sei se é um defeito ou uma virtude mas são muito trabalhadores e calados. Passamos totalmente desapercibidos nesta sociedade (...). (...) Queixamo-nos mas não fazemos nada para melhorar a situação. (...) E depois é isso, muito trabalhadores. (...) não há uma união entre os portugueses, realmente. (...) O que faz um, é criticado pelo outro.»

(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«“Não te lixo mais porque não posso”. Os portugueses são assim. (...) Não sei se é por eu lidar ali na Massana, são muita gente do Norte junta. (...) É qualquer coisa de terem que ser mais que as demais, entendes? Porque tu vês por exemplo nos homens, se eu tenho um Mercedes o outro já tem que ter um BMW ou tem que ter um Audi, ou tem que ter um carro superior. E nas mulheres é se tu levas duas pulseiras de ouro, eu tenho que levar quatro ou cinco, percebes? E no trabalho eu acho que elas são um bocado... Pela frente riem-se muito e por trás chegam ao pé do chefe e estão-te sempre a queimar. Ou porque não fazes isto, ou porque és assim, ou porque és assado... E acho que se há coisas que têm que ser ditas pela frente pois têm que ser ditas pela frente, e já está. Esta gente aqui é assim.”

(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

Outra perspectiva interessante:

«Pensam que só vão estar aqui 5 anos, mas vão ficando, vão ficando... É assim acho que é uma ambição um bocado... porque acaba por não se viver. É assim, é bom ter um bocado de ambição mas tem limites e é assim, para que é que eu quero 5.000 contos no banco se levo uma vida terrível e não desfruto deles?»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Mesmo as exceções confirmam a regra ao fazerem referência à rivalidade entre os membros da comunidade que pertençam à mesma aldeia ou meio social ou às relações que se estabelecem no âmbito laboral:

«Pelo menos no ambiente que me toca, acho que somos os melhores! Em caso de ajudar, de amizade, de conhecer novas pessoas, de fazer novos contactos com gente portuguesa, acho que é impressionante. Eu saio muito à noite, conheço muita gente, cada dia é só conhecer. Agora também (...) conheço portugueses que realmente são... Isso acontece mais quando é gente da mesma aldeia, da mesma freguesia, como já se conhecem parece que há uma certa rivalidade. É (...) mesmo rivalidade mas é mesmo se se conhecem porque se não são conhecidos acho que são muito abertos. Se saís à noite, é impressionante. Nesse aspecto, a comunidade portuguesa, somos os maiores.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Quando acontece uma desgraça, sim, vê-se mobilização e, às vezes, vê-se aí campanhas para pedir ajuda económica. A nível de trabalho, eu diria que são mais casos de portugueses que se tentam prejudicar uns aos outros, porque um ganha mais, porque o outro agora é chefe... Tenho essa sensação. (...) Quando há

uma concentração de portugueses, um acontecimento cultural, acho que os portugueses aderem. Aderem porque querem estar, querem ver.»
(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

8.3. Imagem social do colectivo português

Também a imagem social não sai favorecida. Perguntei a cada entrevistado o que pensava que a sociedade de acolhimento poderia achar do colectivo português e as respostas indicaram a baixa estima social do colectivo.

«A comunidade portuguesa em Andorra não está muito apreciada pela gente de cá, pelos andorranos, pelos franceses...»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Até porque não sei se sabes o português está muito mal visto aqui em Andorra. (...) Por causa de uns pagam todos. (...) Porque é distúrbios nas discotecas, toda a noite à briga, o álcool, na rua com os carros em altos gritos a fazerem rali de noite.»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«(Pensam) que somos todos uma cambada de loucos. (...) Porque tu abres um periódico e tu lês praticamente todos os dias uma notícia de um português. Ou que foi apanhado com álcool a conduzir, ou que... ainda há pouco tempo apareceu um que violou um homem não sei de que raça. Ou porque, a última, que foi a maior de todas, agora no mundial quando Portugal ganhou um dos jogos, um deles conseguiu com o carro dele, empurrar um outro carro para cima de outro, percebes? (...) Os andorranos têm um bocado a ideia (...) de que nós queremos ser os maiores aqui dentro. Porque nós somos muitos. (...) E como eles são donos, entre aspas, de tudo isto, eu acho que eles nos vêem como “querem crescer cá dentro”. (...) Quase não há relação com os andorranos, porque eles são eles e nós somos nós.»
(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

«Têm uma imagem de nós que não tem a ver com a realidade e isso deixa-me um bocado à margem. Sou muito portuguesa, sou muito nacionalista e por isso custa-me muito... Já me apercebi da imagem que temos nós aqui. (...) Mas, claro, é normal que (...) as pessoas que vêm emigradas de Portugal, são de povos mais pequenos, mais fechados. (...) É que depois acabam por generalizar o tema (...), e somos todos assim.»
(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

Apenas um informante nos dá conta de que a imagem do português poderá estar a melhorar:

«A imagem que tínhamos (...) da imagem que temos agora é totalmente diferente, trabalhou-se muito para isso, para dar uma imagem que os portugueses que vêm para Andorra não são os coitadinhos, desgraçadinhos, nem os ladrões... Que é uma gente também culta e que vem de um país também modesto. A imagem que os andorranos têm agora é que é um português que é difícil de integrar-se com a língua, não porque sejam portugueses mas porque o entorno é um entorno castelhano ou castelhanizado e então eles notam muito essa falta de integração linguística (...). E depois é também aquele sintoma que demos de que o português vem e que com os primeiros dinheirinhos compra o carro e depois já compra a casa e não acaba de integrar-se no país porque tem sempre a ideia de ir embora e o dinheiro que junta é para mandar para Portugal. Mas a nível geral o português é trabalhador, bem conceituado, respeita, não se mete em problemas. Acho que é positiva.»
(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

8.4. Imagens sobre a emigração

Este capítulo pretende recolher histórias e imagens que rodeiem aspectos que testemunhem sobre a emigração ou sobre o que é ser-se emigrante. É uma categoria com excertos mais longos e meramente descritiva. Atente-se sobre a imagem que os próprios emigrantes fazem sobre os “outros emigrantes”.

«Há uma senhora da minha terra que era prima da senhora que me levou para França... e claro eu era pequena, assim como o meu filho, e vêes aquela gente chegar e gostas que te dêem rebuçados, caramelos... Já estás à espera, não? Como *crio* estás espera porque vêm da França e sempre trazem uma coisinha de caramelos e tal e qual. E eu quando via vir aquela senhora, pensava “e esta? tem que ter um *pastón* (dinheirão), tem que ter uma casa impressionante”. E sim, sim, lá na terra tem uma casa não te digo impressionante mas uma casa boa. Vou para a França, às tantas dá-se a *casualidad* de que vou à casa dela e digo à rapariga com quem estou: “E isto, quê? É isto a casa dela?”. Quer dizer, o filho grande tinha-o em Portugal com a mãe, o pequeno vivia com ela. A casa dela, toda, devia ser isto: esta minha sala. Entrámos, era tipo uma loja, que ela era porteira. Tinha assim uma salinha muito pequenina e aqui tinha como um buraco e tinha a cama dela por baixo e a do filho por cima, tapadas com uma cortina. A cozinha era como o meu corredor, ainda mais estreito, não podia haver duas pessoas ali. Mas eu, claro, caladinha, não vais dizer nada... Mas deu a *casualidad* que fomos num Agosto de férias e ela começou ali a *fanfarrar*... E eu como sou uma pessoa que não me calo... pois disse-lhe de tudo, disse-lhe quatro coisas. Digo: “Não venhas tu aqui a *fanfarrar* porque tu na França vives como os porcos que não tens nem um quarto para o teu filho. Assim que não venhas aqui a *fanfarrar* com as pessoas que vivem aqui. Tu vives como os ciganos na França, pior que os ciganos, hem?” E outra, também, que limpava e ia dizendo que ganhava mais do que uma professora em Portugal. Que já não quer ir para Portugal. Anda por favor, quer dizer, somos aqui gente humilde e vamos para Portugal e parece que somos reis.»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«A festa da minha terra é em Agosto (...). Os Santos estão cheios de esmolas, do dinheiro que dá a gente... pegado com alfinetes aos mantos dos Santos. (...) A esmola é pedida na França... Aqui em Andorra *piden* (...) dinheiro para a festa. (...) Depois aqui o senhor que *pide* põe no nome da pessoa quanto deu, depois isso vai tudo enviado para lá. E depois tudo isso é falado, tudo contado por altifalante. Pela manhã, antes da missa (...) dizem a esmola que deram os emigrantes portugueses de Andorra. (...) “José Emílio Fonseca deu... tanto, Maria dos Santos deu... tanto”. (...) Como fazem dos emigrantes de Andorra também fazem dos de França. Há muita gente que não vem e então dá dinheiro... (...) O meu pai está sempre atento a que anunciem o meu nome pelos altifalantes e quando escuta Andorra, fica à espera, até que “olha, a minha filha!”. E há muita gente que comenta: “olha que este ano a fulana tal que está na França deu menos que o ano passado”, e assim...»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Muitas vezes venho de Portugal e os meus patrões dizem: “Hum, já foste de férias MARTA!?”. E eu digo: “Porquê?”, “Já falas em português!”. Nota-se logo quando vou a Portugal.»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Nessa altura estão lá muitos emigrantes. Ai... os emigrantes, é assim uma coisa... Os franceses... Bom, nós somos no nosso país, eu penso que temos de falar o português. Quando estamos no nosso país, eu para meu entender, temos de falar português. Só oiço falar francês! É português e só vejo falar francês! Ai, *Madre* de Deus! Digo eu assim: “Não pode ser... esta gente!” Se nem os filhos muitas vezes sabem falar o português.»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Os portugueses vivem, não todos, alguns, mas vivem em apartamentos porcos. Vão para Portugal e têm brutas casas e isso vêes porque, claro, eu estou cá mas também estou lá e vejo. Em Portugal, em Agosto, vais para Viana do Castelo e vê-se muitos, muitos franceses, andorranos não tanto porque não há tanta população aqui em Andorra, mas vêes muitos carros franceses, vêes as casas que são casas enormes, lindíssimas, e depois quando vens cá e vêes as condições em que vivem! Há um grande contraste entre a realidade e o que mostram.»
(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«A minha mãe (...) explicou-me que nas casas portuguesas antigas haviam duas cozinhas. A cozinha que se utilizava todos os dias, que era pequenina, com poucos móveis, com quatro pratos, quatro garfos... e a cozinha grande, que só estava para mostrar e que nunca cozinhavam lá! E, claro, eu fiquei assim... Pensei: “E porque é que não faziam uma cozinha grande e já está? Em vez de fazer duas, não é? É uma estupidez!”. E a minha mãe dizia que era para mostrar porque nunca a utilizavam! E, claro, realmente, entras em algumas casas em Portugal e têm duas cozinhas. Eu tenho um amigo meu que a família dele agora têm dinheiro, está muito bem e estão em Portugal e realmente tem duas cozinhas! Tem uma cozinha grande que está impecável e tem a cozinha pequenina que é a de todos os dias.»
(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

«Pelo que ouvia falar lá e agora vejo que levam bons carros mas passam-nas, não é a realidade? Levam um Audi A4 para Portugal, depois aqui vivem como vivem... Eu prefiro andar a pé mas viver bem, ter o meu conforto... Agora entendo.»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

«(...) Embora não fosse muito favorável à emigração, a ter de sair do país. Sempre fui um bocado *reactio* por experiência familiar, dos meus tios e de família que está emigrada, sempre fui contrário à emigração (...). Chocava-me, não? Chocava mais quando iam embora. A despedida no comboio ou a despedida no autocarro. (...) Ainda hoje marca porque quando eu vou a Âncora e somos nós que vimos embora, pois... isso mexe. Gostava quando eles vinham porque traziam roupa, traziam música, traziam brinquedos, e claro, isso era um momento especial no mês de Agosto mas depois vinha sempre o outro lado, aquele lado mais triste, o lado da despedida e isso marcava muito.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

«Aliás, sou contrário quando oíço dizer “ai, saiu para buscar uma vida melhor” porque muitas vezes deparamos que não é assim. Os alugueres, a situação de trabalho, o trabalhar mais horas do que permite o corpo. Essa teoria de que saiu para buscar uma vida melhor... Eu acho que veio buscar um salário melhor mas sai do corpo. Muitas vezes as condições de vida não são as melhores.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

«Quem vai lá de férias, ao fim de oito meses, um ano de Andorra, já leva um carro potente - que está apagar a crédito, não interessa, mas leva -, já procura casa para comprar... Tudo isso é uma imagem contrária do que é a realidade em Andorra porque quando esse familiar em Portugal diz “Oh, tu acabas de ir e já vens com os bolsos cheios!”. É totalmente o contrário. O que é que acontece? Quando esse português chega a Andorra vai ver que tem de ir para uma casa de aluguer pagar 400 Euros, dar três meses de entrada, um a fundo perdido, um aval bancário para o aluguer, vai ter de meter os filhos na escola, (...) todas umas necessidades de um país turístico em que tudo é mais caro. Então o que é que acontece? O português deixa tudo em Portugal, trás a família, os filhos e tudo e vê-se aqui com uma série de problemas. Para não ficar mal vai fazer o mesmo que já fizeram os seus antecessores que é entrar no mesmo ritmo para tentar mostrar.»

(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

8.5. Relação para com o país e sociedade de origem

A maior parte dos entrevistados continua muito ligado a Portugal. Mantém relações familiares muito activas no país e não consegue evitar visitá-lo pelo menos uma vez ao ano. É interessante estabelecimento, em mais de um relato, de uma relação de diferenciação entre o *Portugal representado* em Andorra e o *Portugal de facto*.

«Tenho raízes portuguesas (...), ando no rancho, quer dizer, estou sempre com a comunidade portuguesa. Mesmo os meus amigos andorranos de cá sabem bem que eu sou andorrano mas eles até me dizem: “Tu és é português.”. Estou sempre a defender a cultura portuguesa.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Ainda agora, no Verão, dois deles foram comigo de férias para Portugal (...). Ficaram admirados, eles de Portugal não conheciam nada, conheciam a terra da mãe deles. Fomos passear, fomos conhecer um bocado de Portugal e eles ficaram mesmo... Abriram os olhos. Vês? Portugal afinal não é assim tanto como o que se houve falar. (...) As críticas fora de Portugal, e mesmo aqui, o que se fala sobre Portugal é sempre que é aquele país terceiro mundista, é aquele país com falta de muitos meios...»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Gosta imenso de Portugal. E foi uma das coisas que ele me disse: “Realmente, é incrível a imagem que nós temos de Portugal, e agora chego aqui e deparo-me com tudo isto, não tem nada a ver”...»

(entrev.13, M, I20/30, formação profissional, Estremadura, TR-1 ano, comércio)

«Matar saudades de Portugal e da família. E gosto de lá estar, prontos. Aqui em Andorra só cá estou praticamente para ganhar dinheiro e o dinheiro que ganho, é como diz o outro, ganho aqui mas vai embora.»

Gosto de lá ir e dá-me a impressão que nem me aguentava aqui um ano sem lá ir, com há muitos portugueses. Gosto muito de ir ao meu cantinho.»
(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

Apenas num caso pontual a relação com o país de origem se encontra danificada:

«Eu vou a Portugal porque tenho lá os meus pais senão não ia lá. Eu sou portuguesa, estou muito orgulhosa de ser portuguesa mas eu a Portugal não devo nada. Portugal a mim não me deu nada. Eu para levar a vida que tenho tive de sair de Portugal aos catorze anos. Eu até aos catorze anos fui uma escrava trabalhando lá... (...) *Además* já não vou com as ideias das pessoas de lá.»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

8.6. Relação para com o país e sociedade de acolhimento

Quando as relações entre portugueses e autóctones apresentam fios tão débeis, é curioso encontrar que, precisamente, uma das principais conexões entre ambos é feita através do imaginário colectivo e da memória social. A relação afectiva entre os portugueses e a sociedade de origem realiza-se, a meu ver, dentro de um quadro impessoal de mitificações, com recorrências a um passado contado mas não vivido. Essa relação é, portanto, de não-presença e o tema mais recorrente relaciona-se com a pujança económica do país intrincada na presença portuguesa e no seu contributo.

«Mas o que os andorranos não sabem é que quem levantou Andorra foram os emigrantes. Estradas, hotéis... Tudo, tudo. O que os andorranos não sabem é que quem levantou Andorra e se Andorra está como está é graças aos emigrantes. Graças aos portugueses, aos galegos e algum andaluz.»
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Sabes que os portugueses normalmente... aqui em Andorra foram eles que puseram isto para cima que antes não havia nadinha! E é o que dizem os andorranos, a ver, nem todos, não é? Porque há sempre que dizem mal, que dizem bem, mas, a ver, dizem que os portugueses aqui em Andorra foram eles que puseram isto... A ver, na construção... Aí pelos caminhos que vais...só encontras portugueses a trabalharem, é verdade ou não?»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

Como podemos verificar, todos estes excertos denotam uma ideia generalizada entre os entrevistados da forte implicação do colectivo português na construção do país, mesmo entre os mais esclarecidos. Estas declarações revelam algum desconhecimento da história económica de Andorra e da história migratória do país. Há quase que uma construção histórica e épica da emigração portuguesa em Andorra. Não é que a ideia seja de todo incorrecta nem se pretende aqui retirar o muito mérito ao trabalho dos portugueses, mas teremos de pontualizar que a primeira leva de mão-de-obra é preenchida, sobretudo, por uma imigração proveniente de regiões da Espanha, como a Galiza e Aragão. Só mais tarde os portugueses se integram nas classes trabalhadoras do país e na mão-de-obra pesada então muito requisitada na construção das estradas. Por outro lado, pode apreender-se de alguns excertos um estado de orgulho e de forte sentimento identitário ou nacionalista num comum “se não fossemos nós a fazer isto!”; certos

depoimentos revelam um certo desdém pelo «outro», neste caso, pelo andorrano, plasmada na ideia de “antes de nós isto eram umas quintas com quatro cabras”.

Alguns exemplos de uma relação positiva ou neutra para com o país e a sociedade de acolhimento:

«Verdade que tenho um ar feliz?! É o que te digo eu. Não, eu estou. Antes estava triste, sentia-me muito triste *pero* agora já levo uns aninhos que estou bem. Vou, converso, conheço todo o mundo, tens relações com todas pessoas... gosto de viver aqui na Massana. (...) eu sempre vivi aqui e então estou contente aqui, tens relações com as pessoas, conheces todo *el* mundo, todo *el* mundo depois te *saluda*, porque *claro* com os anos que levas, é normal.»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«A mim sempre me trataram bem.»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Se queres que te diga, é bonito, gosto mesmo disto porque eu vivo as montanhas, vivo as paisagens, gosto mesmo do campo.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«Aqui é para ganharmos o dinheiro para a nossa vidinha, a ver se conseguimos algo lá em Portugal. Um dia quando a gente para lá for termos tudo pago, termos a nossa casinha paga e começarmos a trabalhar para o nosso dia-a-dia só, é tudo o que me interessa.»

(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

E exemplos de uma relação negativa ou conflituosa com a sociedade e com o país de acolhimento:

«Eu ia-me já embora amanhã mesmo! (...) Estou em Andorra para já mas nunca gostei de Andorra. Não, porque é um país que te *agobia* (cansa). Pelo menos a mim *agobiame*, e há muita gente que se teve de ir embora porque tinha depressão aqui em Andorra. (...) Eu não é que desgoste de todo mas o sistema de vida que há aqui é que já te desanima.»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Pedi uma vez uma *beca* (bolsa, ajuda) para a cantina e não a deram, ah? Sabendo que não tinha mãe e sabendo que nasceu aqui, e não a deram. Assim que eu aos andorranos não devo nada. Eu trabalho, a mim me pagam e *punto*. Nada mais. Porque os andorranos não podem prescindir do trabalho dos portugueses nem dos galegos. É como eu digo: se estão tão descontentes os andorranos com os emigrantes pois *coño* que nos ponham na fronteira a todos e eles que já se *espavilen* (desenrasquem) aqui. Fechem a fronteira na Espanha, fechem a fronteira na França e que fiquem os quatro andorranos que *hay*, que andorranos, andorranos, há poucos... e se são andorranos é porque mataram e roubaram aqui nestas montanhas quando houve a guerra, hem? Assim que a mim que não me venham com histórias... Andorra ajuda aos andorranos.»

(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Há muita mulher maltratada, que te *lo* digo! (...) E mais não parece porque é num país pequenino, o que passa é que eles aqui não lhes interessa. Tu por exemplo, pões a televisão, tu na Espanha vês que te dizem tudo. Eles aqui, olha que eles aqui não te... Há mulher maltratada, há de tudo mas eles aqui tapam tudo. Eles aqui não querem cá coisas que... *Hay* alguma coisa entre outra que sempre vão pondo, não? Mas é que mais lhes interessa, o que não lhes interessa não põem. Mas bom, *es* o que *hay* minha menina! Tu não estás bem, muda de país! Não é o que dizem eles?!»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Na escola para mim foi muito mau porque eu sentia assim... uma dupla discriminação. Eu, na altura, era muito gorda (...), pesava 70 kilos, discriminavam-me muito por ser grande (...). Mas também tinha muita discriminação por ser portuguesa. Eu lembro-me de há pouco tempo, eu estava no 11º ano e estava a dizer a

um amigo meu, que estava por trás de mim, para se calar porque queria ouvir os que estavam a dizer os professores. Ele virou-se para mim e disse: “*Tê-toi* (cala-te, em francês) *porruncha*”. Ou seja, estás aqui há muitos anos, estava na mesma turma que ele há quatro anos e de repente ouves uma coisa assim... (...). Por parte dos professores nem tanto, mas por parte dos professores que faziam a matéria de catalão e de história, aí já sentíamos mais uma distância entre os andorranos e os não andorranos. Mas não todos, hem? (...) Havia muitos que não era directamente mas notavas que levantavas a mão e tu eras a última a perguntar. Ou vias que, às vezes, tinhas resultados que acho que não correspondem muito. (...) Às vezes notava que os professores não me criam, sabes? Não confiavam muito no que eu dizia. Havia assim uma... não sei se, pronto, às vezes posso pensar que são ideias que eu tinha na altura mas como ainda continuo a notar discriminação pelos portugueses aqui, acho que às vezes não era muito ideias, era realmente uma discriminação.»

(entrev.7, M, I20/30, universitário, Minho, TR10/20 anos, estudante)

8.7. Memórias

Por último, faça-se história da emigração portuguesa em Andorra através dos relatos dos entrevistados.

«Nós tivemos aqui um problema grande que foi uma arriada... No 82! Que foi o ano que nasceu a minha filha. Eu fiquei, o que eu passei... Tive de sair para fora de casa, eu não tinha dinheiro, eu não tinha nem uns *pañuelos* (fraldas) para pôr no cuzinho à minha filha, não tinha nada. E tive um patrão meu que baixou lá abaixo a Andorra! É que isto... (aponta) aí em baixo onde tu subias para cima... O rio passava aí e a estrada foi... a água foi tirando a terra... olha, o pessoal ou caíam lá para baixo, houve famílias que ficaram metidas na água... E esse meu patrão disse: “Não te preocupes porque a tua filha não vai ficar sem comer”. Então foram buscar o leite, foram buscar os *pañuelos* para a menina. Eu, como te digo, *yo* não tive grandes problemas, não tive... E te digo uma coisa! Ainda para mais tenho os meus patrões que me dizem: “Tu faz de conta que a casa que é tua...”»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Naquela altura (...) não tínhamos telefone. E nem soube quando morreu o meu falecido pai. Não soube de nada. Não havia comunicação (...), não havia telefones, não havia nada... Isto era como um deserto, se te digo que tivemos aqui uns três anos em que nem comunicação com a família, nada. Era por carta, nada mais. Por exemplo, o meu falecido pai morreu, depois de oito dias... um telegrama, um telegrama que me mandou a minha prima, depois de o meu falecido meu pai já estar enterrado.»

(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«Eu sou sócio da Casa de Portugal. (...) Vou lá aos fins-de-semana e quando há jogos... Agora quando foi pelo Europeu aquilo era uma loucura! Estávamos sempre juntos todos.»

(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Este Verão com o mundial de futebol ouve aí umas polémicas durante dois meses na imprensa! Porque a selecção ganhava e a comunidade ia festejar. Um dia deu-me na cabeça e “vou acompanhar esta gente” e realmente o ambiente não era... acho que ao estar num país de fora e ser emigrante sempre devemos respeitar um bocado a gente. Nesse caso, acho que não foi respeitado e a consequência que houve é que os meios-de-comunicação, rádio, imprensa escrita... é impressionante a crítica. Não era já a crítica à nossa comunidade portuguesa, já passavam da crítica a insultos directamente, por se manifestarem da maneira como se manifestaram. Sempre é bom festejar mas tens de ter um limite. (...) Uma parte dela, na altura, não se soube controlar, estragos, não se respeitou. Em cima da fonte, era malta de quatro rodas... (...) O que eu fiquei admirado foi com a polícia e a autoridade cá estava a olhar o pessoal fazer aquelas asneiras e não reagia não sei porquê, ainda hoje fico *enfadado*... não sei se era porque a comunidade portuguesa na altura era muita e o medo era tal... Por causa disto do mundial, ainda a semana passada peguei num jornal e (...) vês mensagens que realmente dói porque é mesmo faltar ao respeito. (...) Os portugueses são uma banda de estúpidos, não respeitam a comunidade. (...) Aproveitaram o mínimo, um grupo de pessoas que festejaram para generalizar e isso é lixado. Andorra sempre tem esta atitude com os portugueses.»

(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Ui! Complicado! Complicado até nem foi complicado. Eu nunca tinha aqui vindo e a Espanha não tinha passado de Madrid para cá, nunca. Disse ao meu filho se queria vir a Andorra, montamos na carrinha que ainda tinha uma, era a gasóleo e ficava mais barato, deixei lá o carro. E ali íamos os dois, com o

mapazinho, tica-tica, tica-tica... Ui, passamos Madrid, e nunca mais chegávamos... ele com o mapazinho e eu a conduzir, tipo GPS, não que a gente não tinha GPS, só tínhamos o mapa! Mas demos bem certinho à porta do senhor sem perguntarmos a ninguém. (...) Ele explicou-me mais ou menos para ir para Andorra como era, que havia de ver a Caldea, há-de ver uma coisa muita grande cheia de vidros, com um biquinho muito aguçado e quando vimos aquilo digo assim para o meu LUÍS: “parece que é aquilo”!»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

«(...) Reivindicámos o consulado, o ensino português e os acordos de segurança social. Aí faziam-se permanências consulares, vinham de Barcelona – os funcionários do Consulado – duas vezes ao ano, e faziam os actos consulares na Casa de Portugal. Daí fez-se os pedidos e diversas reivindicações para o Consulado, aí faziam-se as eleições para a Presidência da República, por exemplo.»
(entrev.14, H, I30/40, secundário, Minho TR10/20 anos, finanças e seguros)

8.8. Regresso

Que causas estarão na origem de um número tão avultado de regressos a Portugal? Tendo em conta o reduzido número de portugueses com mais de cinquenta anos a residir em Andorra, que razões os levaram a regressar ou que razões os impediram de ficar? Terá alguma relação com o grau de abertura política da sociedade de acolhimento? Com a proximidade geográfica entre os dois territórios?

«Agora ultimamente tem-se falado é de muita gente a abalar para Espanha, muitos portugueses. Tem-se falado e têm abalado mesmo. Muitos mesmo, tenho contactos de pessoas. (...) Têm melhores condições do que aqui em Andorra. (...) A nível de (...) de ordenados, de condições, de segurança social. (...) Isto aqui em Andorra se calhar já deu o que tinha a dar porque a construção está a levar aqui uma grande quebra. E as condições ali em baixo são melhores, tanto que são melhores que tu a partir de uma certa idade já tens reforma, aqui, enquanto não atingires uns certos pontos não ganhas, aqui é um cheirinho o que ganhas de reforma e ali não, em Espanha, e as coisas são muito mais baratas comparando aqui com Andorra, muito mais baratas. (...) A nível da casa, das rendas, compras para o dia a dia. A gente vai aqui a La Seu e já vê a diferença.»
(entrev.11, H, I40/50, preparatório, Alentejo, TR1/5 anos, construção)

Em grande parte das entrevistas foi encontrada uma correlação entre uma ponderação positiva em relação ao regresso e o facto de a pessoa ou a família possuírem casa própria em Portugal, bem como, noutros casos, pelo facto de possuírem um terreno próprio onde construir uma vivenda.

«Três ou quatro deles, sempre na cabeça deles... porque eles têm casa lá, quando vieram para cá já tinham lá a sua casa, eles vieram e depois vieram as mulheres e agora... três deles têm a ideia de *tornar* (voltar).»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«As pessoas que tenham casa feita lá em Portugal vão-se embora porque para comer também ganhas lá. Tens o teu campo, tens os teus animais... »
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

Noutras entrevistas considera-se o facto do nível de vida ter subido muito no país, o que prejudicará a capacidade de poupança da população emigrada. Uma referência também para a recente lei laboral que diminuiu a possibilidade de acumulação das horas extraordinárias e que

prejudica economicamente os portugueses ligados ao sector da construção civil que viam os seus rendimentos atingirem quantias consideráveis precisamente pelas horas extras que faziam.

«Além desse facto de verem reduzir as horas extraordinárias, também o problema principal foi o nível de vida. (...) Começam a entrar novos impostos. (...) É complicado manter-se no país porque eu conheço muita gente de cá que me falam. A ideia deles é realmente saírem do país porque realmente estão longe da família e o ordenado chega para os gastos mas não dá para tirar nada mais. Não dá, realmente não dá. E o que eu oiço falar nos bancos, porque conheço muita gente dos bancos, e a informação é que realmente o pessoal chega ao final do mês muito apertado. (...) (Há alguns anos) fazia-se muito dinheiro e podiam construir em Portugal. Agora não. Levamos um ano ou dois que isto está muito...»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

O regresso é por vezes visto com uma certa ansiedade e de forma ambígua. Ao mesmo tempo que pensam em regressar, alguns emigrantes distanciaram-se de tal forma das suas origens, da forma de pensar e de agir das gentes das suas terras, que questionam seriamente o regresso.

«Gosto de ir mas já me noto diferente daí. Já não é como antes. Gosto de estar aí mas estou aí oito dias e já...já estou...farta. É outro ambiente, diferente. Eu gosto de estar aqui, gosto de viver aqui, sabes? Eu saio, tenho as minhas pessoas amigas, tenho os sítios onde vou... podes ir a ver as *tendas* (lojas) enquanto que em Mirandela ao domingo pouco há, é outro meio, diferente. Gosto mais de estar aqui do que aí. Não renego da minha terra, gosto e cada vez que vou aí vejo que aquilo que melhora e está diferente e fazem coisas... Gostar de estar aí, gosto de ir mas se puder estar aqui... Enquanto possa estar aqui não me *voy*.»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

Quando não são os filhos que podem pôr em causa o regresso:

«E os filhos já estão habituados ao clima, tem cá colegas e tudo aqui e em Portugal não têm lá ninguém e que já vai ser difícil voltarem para Portugal. O meu encarregado, por exemplo, anda a fazer uma casa em Portugal e já disse que anda a fazer a casa e que não sabe para quê. Tem duas filhas e diz ele que elas não querem ir para Portugal! (risos). (...) Diz ele: “Vou acabar por ter a casa feita e vou ter que a vender porque as minhas filhas estão lá nas férias e estão sempre mortas para vir para Andorra”.»
(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

Isto também acontece porque, por outro lado, alguns emigrantes, após algum tempo de permanência, encontram uma série de vantagens no país de acolhimento que lhes fazem duvidar da possibilidade de regresso ou a rejeitam claramente.

«Em regressar, todos pensamos regressar. Sempre dizemos ui, quatro ou cinco anos e nos vamos... Regressar, pensaremos, mas de momento não, eu pelo menos não. E mais agora com o problema que tenho em que tenho de ir aos médicos: tenho de ir a França, a especialistas. A Segurança Social aqui é diferente: queres ir a um especialista particular podes ir, podes ir a França, podes ir a Barcelona.»
(entrev.2, M, I40/50, básico, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, proprietários e gerentes)

«Faz vinte anos que estamos aqui e agora *la* vida vai-nos bem, estamos contentes, não penso... Já te digo, tenho as minhas filhas aqui, de momento não penso em regressar a Portugal. Que tenho eu lá em Portugal? Em Portugal tenho uma *finca*, tenho a minha casa mas não tenho...»
(entrev.5, M, I40/50, básico, Minho, TR20/30 anos, serviços pessoais e de limpeza)

«São mais os que ficam cá. Até porque houve muitos que regressaram e estiveram lá dois anos ou três e voltaram porque não é a mesma coisa. O nível de vida aqui está caro, lógico que está caro, mas não é a mesma coisa: tu aqui sabes que chegas ao fim do mês e tens aquele tanto e lá neste momento não sabes muito bem e regressaram.»
(entrev.6, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR10/20 anos, construção)

«Não tencionam voltar porque o meio de vida lá é impossível de aturar, de suportar, o meio de vida de lá, a diferença que há de lá para cá. As próprias pessoas já não pensam voltar a Portugal, têm a vida deles organizada cá, os filhos estão cá, tem um meio de vida cá bom em comparação a Portugal.»
(entrev.15, H, I40/50, preparatório, Trás-os-Montes, TR-1 ano, construção)

«Tinha que me estar a correr muito mal a vida em Andorra para eu regressar a Portugal. Quando tinha vinte anos ou assim, poderia ter, por curiosidade, tanto que me chamava muito a atenção ir a Portugal, ir ver como era o país, ver se poderia ganhar dinheiro lá em Portugal, viver uma vida... Mas desde que tenho namorado, um bom emprego, a família cá em Andorra, não faz sentido voltar. Também tenho sentimento de raízes, Portugal é o meu país, tenho o passaporte português. Não fiz o passaporte andorrano, já podia fazer o andorrano, mas sinto que são as minhas raízes, quero manter as minhas raízes, quero manter o meu idioma, é o que eu vou ensinar aos meus filhos. Mas isso de voltar não me diz nada.»
(entrev.9, M, I20/30, universitário, Ribatejo, TR20/30 anos, administração)

«Eu gosto muito de Portugal mas acho que ideias de sair de aqui não vou ter. Tanto eu como a minha tia e os meus primos. Estamos todos cá e por isso é complicado.»
(entrev.10, H, I20/30, formação profissional, Minho, TR20/30 anos, serviços empresariais)

«Eu penso que se tenho que sair daqui, para Portugal não vou. Porque nós aqui neste momento estamos habituados a um nível de vida muito superior ao que nos podem dar em Portugal (...) Entre que eu aqui, digo-te sinceramente o meu ordenado é de 1200 euros a fazer 8 horas diárias num bar, (...) tu chegas a Portugal tens que fazer 8, 9 horas a ganhar 300 ou 400 euros e isso para mim não cabe na cabeça de ninguém. Isso desde logo, nem pensar nisso. (...) Fogo, deixa-me estar onde estou. E então por isso digo: se tiver de sair de aqui saio para todos os sítios menos Portugal.»
(entrev.12, M, I20/30, secundário, Estremadura, TR1/5 anos, hotelaria e restauração)

Os restantes não querem nem pensar na possibilidade de poderem morrer antes de regressarem às suas terras, tal é a rejeição que têm em relação ao país onde residem:

«O meu marido diz que quando morrer que o *boten* (atirem) da fronteira para baixo, rio abaixo. Mas que aqui em Andorra não, não vá ficar encalhado aí no rio... E aqui não quer ficar... (risos) Diz: “Vós *pasarme* a fronteira, e quando chegais à fronteira espanhola *botarme* pelo rio abaixo”.
(entrev.3, M, I30/40, básico, Minho, TR10/20 anos, serviços pessoais e de limpeza)

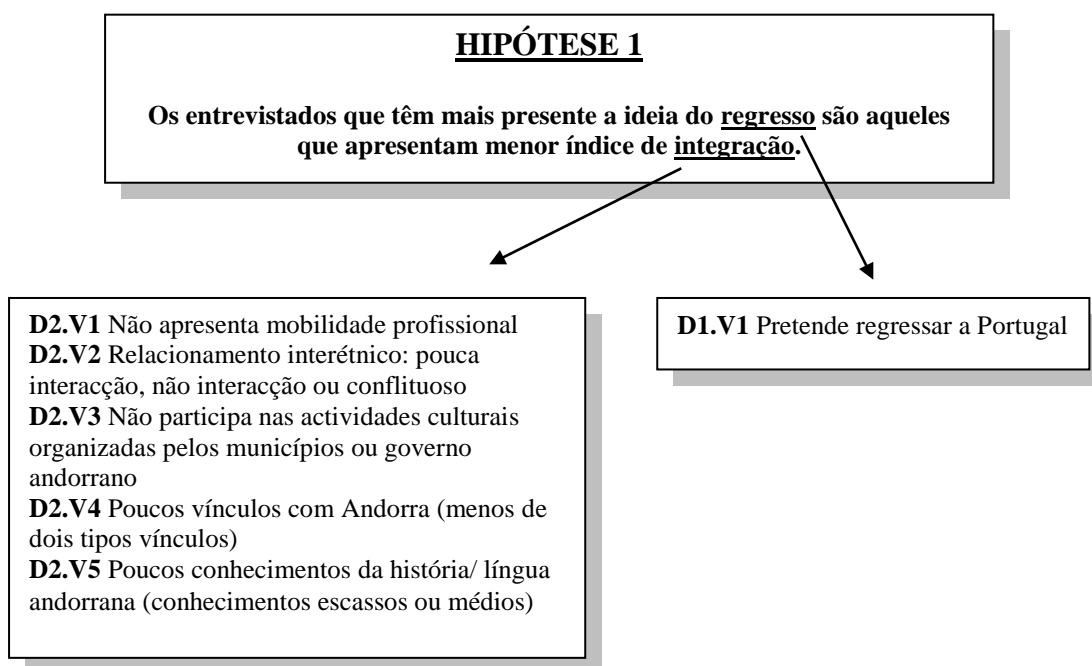
9. VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Em *Princípios Orientadores / Hipóteses* alertei para o posicionamento do estudo a nível metodológico. Estabeleci, então, os pontos temáticos que nos guiaram ao longo da investigação e enunciei que, ainda que o carácter do estudo fosse qualitativo, se poderiam estabelecer algumas hipóteses dentro do quadro das entrevistas realizadas, sempre e quando estas nos sirvam apenas, e só com esse sentido, de breves esquematizações analíticas em relação a alguns dos temas que serviram de base orientadora do estudo. Estas hipóteses são verificados tendo por base um restrito universo de 15 entrevistas e a sua validade restringe-se, assim, a esse mesmo universo significativo.

Na análise individual por entrevistas, técnica que precedeu a análise transversal presente no ponto anterior do estudo, criei uma grelha de análise com algumas das variáveis que guiaram as entrevistas. Foram essas variáveis que funcionaram como ponto de partida para a elaboração das

hipóteses anteriormente anunciadas e que agora discutiremos. Muitas das dimensões que pretendemos analisar poderiam incorporar mais variáveis mas entenda-se que as relações a estabelecer são meramente aproximativas e não pretendo de forma alguma que aquelas incorporem exhaustivamente todas as variáveis que com elas se podem relacionar.

A primeira hipótese relaciona duas dimensões: o regresso e a integração. O que se pretendeu visualizar ao longo das entrevistas foi se a ideia de que se vai regressar pode gerar, por si mesma, um fraco índice de integração.



Para incorporarem a dimensão da *integração* foram escolhidas 5 variáveis da grelha de análise relacionadas com aspectos profissionais, relacionais e culturais. Na tabela abaixo, contam como 1, as respostas que confirmam as afirmações que acima elaborei para as diferentes variáveis, como 0, constam as respostas que não as confirmam. Como 2, não sabe ou não responde. Estabeleci que a hipótese se confirmaria caso se verificassem pelo menos 3 das 5 variáveis de integração (neste caso, de baixo índice de integração). Ou seja, quando a resposta na percepção do regresso (a verde) for de 1, pelo menos 3 das 5 variáveis de integração (a amarelo) deverão apresentar valor 1 para que se possa estabelecer uma correlação positiva e se confirme a hipótese.

Entrevistas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Percepção do regresso	1	0	1	1	0	2	0	1	0	0	1	0	0	0	1
Evolução profissional/mobilidade ascendente	0	0	1	1	1	0	2	1	0	0	0	1	0	0	1
Relacionamento interétnico	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Conhecimento/participação em actividades andorranas	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1
Vínculos com Andorra	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Conhecimentos da língua e história andorrana	0	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1

Tabela 1. Classificação das respostas que cruzam as variáveis do regresso com as variáveis da integração.

Como podemos verificar, do universo de entrevistados apenas 6 pessoas manifestaram abertamente a intenção de regressar. Dessas 6 pessoas, 4 têm totais de fraco índice de integração (soma de valores igual ou superior a 3), o que parece confirmar a hipótese.

Hipótese 1 - Correlação do regresso com a integração

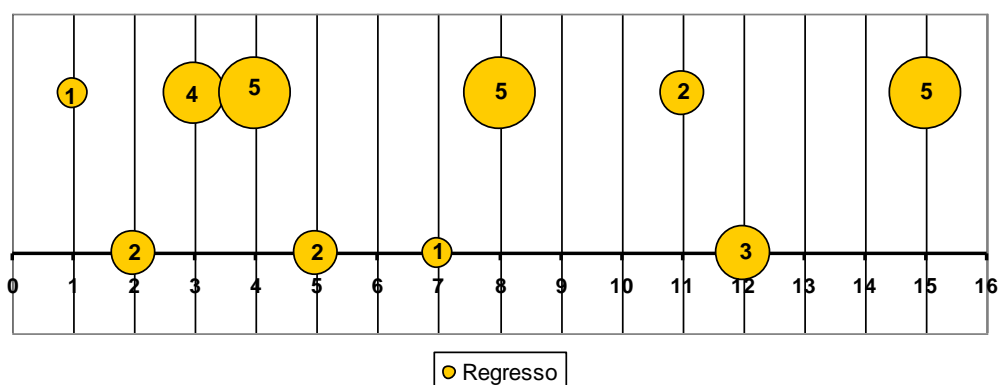
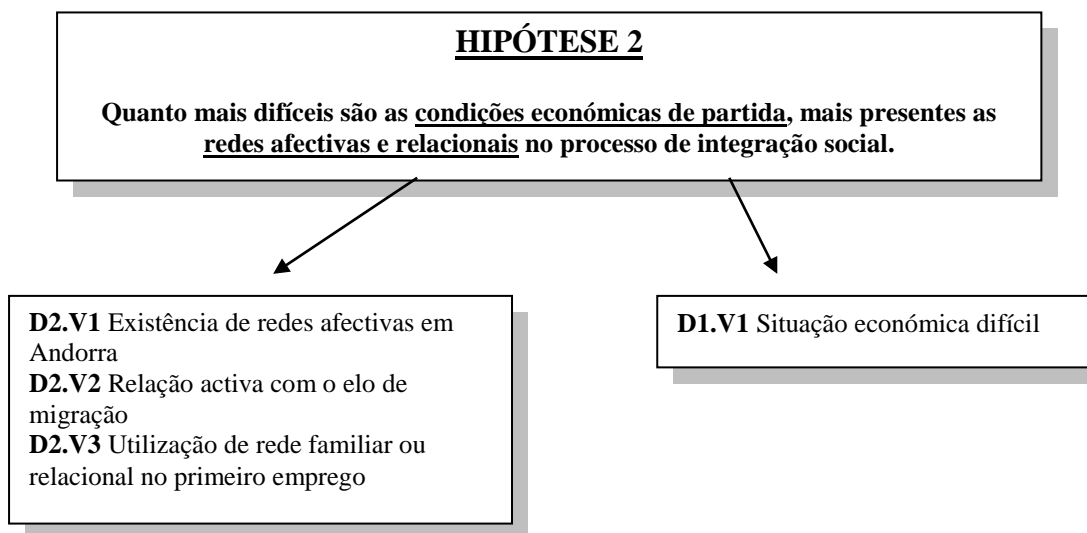


Gráfico 1. Gráfico de bolhas identificativo das respostas afirmativas às variáveis da hipótese.

A dimensão das bolhas do gráfico, bem como o número nelas inscrito corresponde à soma das respostas que confirmam um baixo índice de integração. Neste gráfico podemos visualizar todos os entrevistados que pretendem regressar, situados na parte de cima do gráfico e também aqueles que apesar de não quererem regressar apresentam alguma debilidade na integração (situados na linha do gráfico). Não aparecem de todo aqueles indivíduos que para além de não quererem regressar tenham apresentado níveis de integração positivos em todas as variáveis que estipuladas. Estão nesta condição os entrevistados 6, 9, 10, 13, 14.

A segunda hipótese relaciona uma dimensão anterior ao processo migratório: a situação económica do entrevistado e uma dimensão posterior: a presença de redes afectivas e relacionais

na sociedade de acolhimento. O que queremos visualizar é se quanto mais difíceis são as condições económicas do indivíduo antes de empreender a migração, mais extensos e entranhados são os vínculos de parentesco e maior importância têm os laços de interdependência pessoal no processo de integração social na sociedade de destino.



Para incorporarem a dimensão *redes afectivas e relacionais* foram escolhidas 3 variáveis da grelha de análise: V1) existência de redes afectivas em Andorra, V2) relação actual com o elo de migração e V3) utilização da rede familiar ou relacional na obtenção do 1º emprego. Na tabela abaixo, contam como 1, as respostas que confirmam as afirmações que acima elaborei para as diferentes variáveis e, como 0, constam as respostas que não as confirmam. Como 2, não sabe ou não responde. Estabeleci que a hipótese se confirmaria caso se verificassem pelo menos 2 das 3 variáveis indicadoras da presença de redes afectivas e relacionais. Ou seja, quando a resposta na condição económica prévia (a verde) for de 1, pelo menos 2 das outras 3 variáveis (a amarelo) deverão apresentar valor 1 para que se possa estabelecer uma correlação positiva e se confirme a hipótese.

Entrevistas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Situação económica prévia	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1
Existência de redes afectivas em Andorra	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Relação actual com o elo de emigração	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Utilização de rede social no 1º emprego	0	1	1	0	1	1	2	1	2	1	1	1	0	1	1

Tabela 2. Classificação das respostas que cruzam as variáveis da situação económica com as variáveis da redes.

Como podemos verificar, do universo de entrevistados apenas 6 pessoas relataram que as condições económicas em Portugal eram más ou difíceis. Dessas 6 pessoas, a totalidade apresentam valores que nos indiciam que as redes familiares, sociais ou relacionais exerceram uma forte condição de apoio no processo de integração do indivíduo no território de acolhimento (soma de valores igual ou superior a 2), o que confirma a hipótese avançada. Trata-se dos entrevistados 3, 5, 10, 11, 12 e 15. Com excepção do entrevistado 15, todos os outros respondem afirmativamente às três variáveis. O entrevistado 15, embora parta com uma situação económica desfavorável, somente utiliza o elo de emigração e a rede relacional na obtenção do 1º emprego, já que se trata de um tipo de emigração solitária, sem redes afectivas em Andorra.

Hipótese 2 - Correlação da situação económica com a utilização de redes

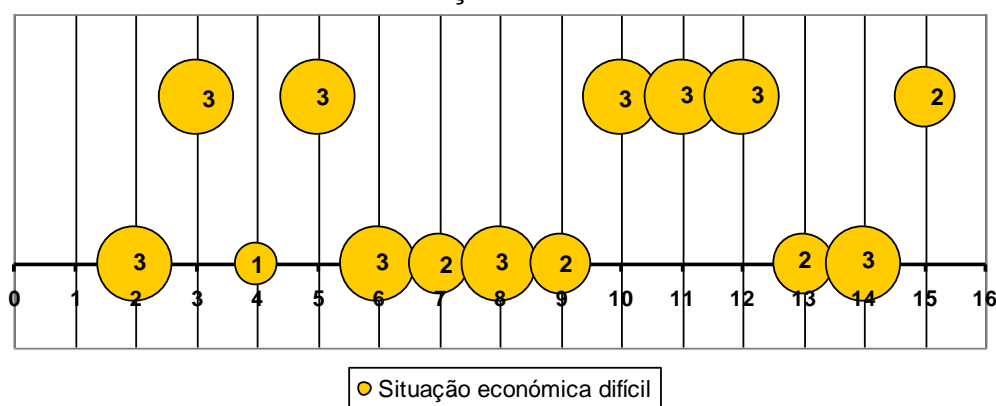
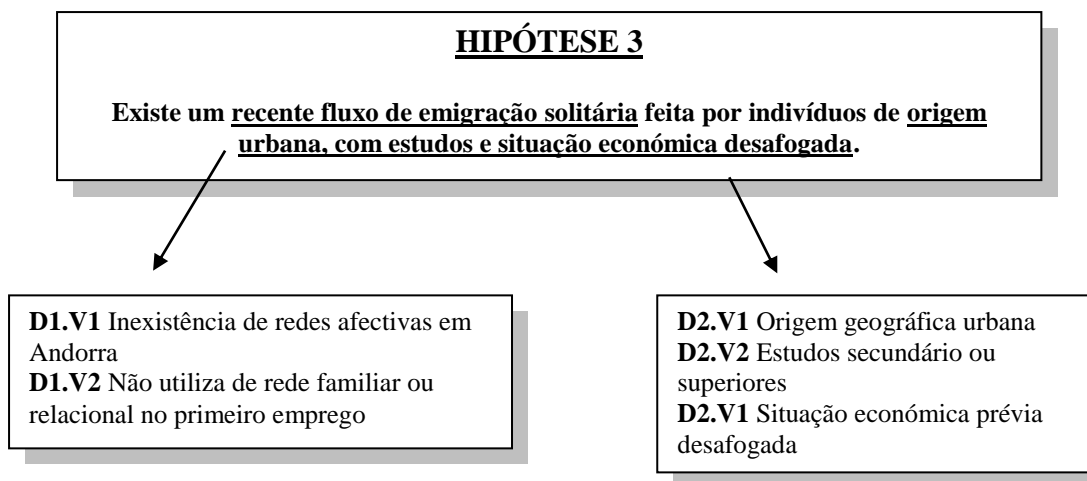


Gráfico2. Gráfico de bolhas identificativo das respostas afirmativas às variáveis da hipótese.

A dimensão das bolhas do gráfico, bem como o número nelas inscrito corresponde à soma das respostas que confirmam uma forte interdependência do indivíduo em relação às redes familiares e relacionais. Nele podemos visualizar todos os entrevistados que partiram com condições económicas difíceis, situados na parte de cima do gráfico e também aqueles que apesar de não relatarem a existência de uma má situação económica em Portugal confluem neste por utilizarem/responderem afirmativamente a pelo menos uma das variáveis *redes*. (entrevistados situados na linha do gráfico). Apenas um informante (entrevistado 1) não está representado neste gráfico, não só porque não apresentou indícios de uma má situação económica prévia à emigração, como por também não ter utilizado qualquer suporte das redes familiares ou relacionais no seu processo de integração. Mais do que nos resultados que comprovaram a hipótese, a importância desta formulação reside no estabelecimento de outra conclusão. Ao visualizarmos graficamente esta relação pela totalidade dos entrevistados, pudemos perceber que independentemente das condições económicas, 14 dos 15 entrevistados revelam uma interdependência significativa com redes familiares ou relacionais que possuem em Andorra. Apenas o entrevistado 1 não possui ou não utiliza qualquer elo no processo migratório.

A terceira hipótese relaciona uma emigração isolada ou solitária e que emprega em menor grau as redes familiares com determinadas características sociográficas, a saber, proveniência urbana, literada e com condições económicas favoráveis prévias ao acto migratório. O que se pretende verificar é se, a existir nalgum dos casos analisados, esse indivíduo reúne algumas das condições geográfica, escolar e económica acima descritas.



Para incorporarem a dimensão de *emigração solitária* (ou isolada) foram escolhidas 2 variáveis da grelha de análise: V1) existência de redes afectivas em Andorra, V2) utilização da rede familiar ou relacional na obtenção do 1º emprego. Uma ou outra definem a emigração solitária (não é condição simultânea). Na tabela abaixo, contam como 1, as respostas que confirmam as afirmações que no diagrama acima elaborei para as diferentes variáveis, como 0, constam as respostas que não as confirmam. Como 2, não sabe ou não responde. Estabeleci que a hipótese se confirmaria caso se verificassem pelo menos 2 das 3 variáveis sociográficas. Ou seja, quando a resposta na condição a verde for de 1 nos dos casos (na maioria dos casos coincidem nas duas variáveis), pelo menos 2 das outras 3 variáveis (a amarelo) deverão apresentar valor 1 para que se possa estabelecer uma correlação positiva e se confirme a hipótese.

Entrevistas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Inexistência de redes afectivas em Andorra	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Não utiliza rede social no 1º emprego	1	0	0	1	0	0	2	0	2	0	0	0	1	0	0
Origem geográfica urbana	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0
Estudos secundários ou superiores	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0
Situação económica prévia desafogada	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0

Tabela 3. Classificação das respostas que cruzam as variáveis da emigração solitária com as variáveis sociográficas.

Como se pode verificar, do universo de entrevistados apenas 3 dos 15 reúnem a primeira condição, a dimensão da emigração solitária, o entrevistado 1, 4 e 13. Dessas 3 pessoas, todas apresentam totais que indiciam uma forte correspondência com o perfil sociográfico que tracei (soma de valores igual ou superior a 2), situação que me leva a confirmar a hipótese avançada. O entrevistado 15, encontra-se de novo numa posição bipolarizada uma vez que embora reúna uma característica que o poderia incluir na primeira condição, não corresponde ao perfil que delineei para este novo fluxo. E é certo, sabendo tratar-se de um emigrante solitário, sem familiares em Andorra. É um indivíduo de origem rural e com uma posição económica delicada na partida que vem a Andorra por intermédio de um encarregado de obra, sendo esta a única rede relacional estabelecida.

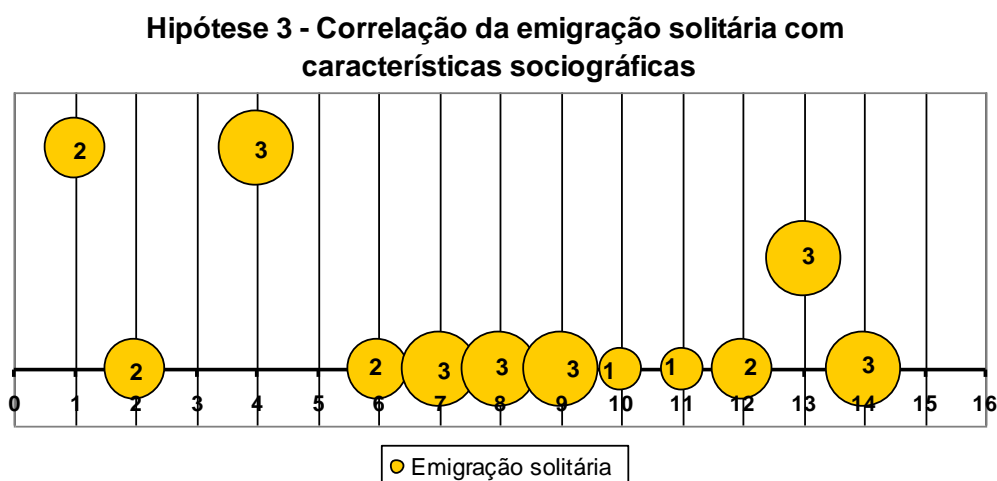


Gráfico3. Gráfico de bolhas identificativo das respostas afirmativas às variáveis da hipótese.

A dimensão das bolhas do gráfico, bem como o número nelas inscrito corresponde à soma das respostas nas variáveis sociográficas com que defini o fluxo a analisar. No gráfico podemos visualizar todos os entrevistados que correspondem ao perfil delineado, situados na parte de cima do gráfico e também aqueles sem corresponder à relação da hipótese, reúnem alguma das características da segunda dimensão da hipótese (entrevistados situados na linha do gráfico). O informante 3, o 5 e o 15 não estão representados neste gráfico porque não reuniram as duas condições da emigração solitária (na tabela a verde) e não apresentaram nenhuma resposta 1 nas condições sociográficas.

CONCLUSÃO

O colectivo português emigrado em Andorra é o conjunto populacional que mais contribuiu para o crescimento demográfico do Principado. A sua presença e volume, nos últimos vinte anos, é inquestionável e o seu peso social incontornável. Este fluxo migratório não é apenas uma leva temporária de mão-de-obra, manteve-se ao longo do tempo, apesar da sua grande rotatividade, e encontra-se já numa segunda fase do seu desenvolvimento migratório, em que muitos se estabeleceram definitivamente e em que uma 2ª geração começa a surgir de forma significativa.

Esta fase é crítica e a importância de estudos como este é fundamental para uma melhor compreensão do que temos em mãos e do que pode estar para acontecer. Assim, percebe-se que o peso social dos portugueses não está a ser, nesta fase, acompanhado de medidas governamentais específicas que co-adjectivem essa mesma importância e a própria estabilidade do fluxo. Este desajuste poderá a médio-curto prazo provocar alguns desentendimentos institucionais e fortes tensões sociais. O Governo de Andorra parece estar sensibilizado para o problema, o que se reflecte, apesar do modesto contributo, na encomenda deste estudo e na organização da recente Universidade de Verão realizada sobre a temática da Imigração. Não obstante, esta sensibilidade não foi ainda acompanhada de medidas concretas⁴⁹ que comecem a solucionar e a antecipar determinadas situações.

Por parte da população portuguesa, atente-se na sua cada vez maior capacidade organizativa. No ano de 2005 pude acompanhar a incipiente organização das Marchas dos Santos Populares por parte da Casa de Portugal, evento que este ano se realizou no maior pavilhão desportivo do país, apinhado de gente. Existem de momento oito associações portuguesas no Principado e formou-se este ano o Clube de Empresários Portugueses. Penso que a par do associativismo meramente recreativo tende a crescer a acção política de carácter institucional⁵⁰, ou seja, acções concertadas de pendor negocial por parte de segmentos específicos da população portuguesa que actuam através de ou como interlocutores privilegiados.

Vários estudos que se debruçaram sobre colectivos portugueses emigrados têm realçado a passividade e a quase invisibilidade destes, frequentemente caracterizados pela facilidade com que passam despercebidos perante a sociedade de acolhimento. Em Andorra, pelo que pude constatar, a análise será menos homogénea já que este colectivo tendencialmente silencioso coexiste, como referia, com acções concertadas de segmentos específicos, com exigências

⁴⁹ Exceptuam-se aberturas no acesso à naturalização e pequenas correcções no âmbito cultural como a integração da disciplina optativa de português no sistema escolar andorrano.

⁵⁰ A palavra acção política não implica necessariamente o conflito, inclino-me antes para a expressão de vontades, ou seja, reivindicações que poderão ser realizadas de forma absolutamente pacífica, através de associações, organizações, *lobbies* junto das instituições portuguesas ou das autoridades andorranas.

específicas e, por outro lado, com o aparecimento de recentes actos de rebeldia sem causa ou de comportamentos de incivilidade pública. São processos distintos, apesar de simultâneos, e que comprovam a heterogeneidade da comunidade portuguesa em Andorra.

Seja qual for o âmbito e proveniência destes actos, certo é que começa a transparecer a existência de uma certa tensão social que em nada contribui para o bem estar do país e para uma convivência salutar entre a população. Vivemos uma época em que existem diferentes dimensões de desigualdades e diferença, onde persistem o choque de classe e de género e onde o choque religioso (civilizacional) e cultural tem vindo a crescer, sobretudo na sua mediatização. A conflitividade social será evitável se as autoridades conseguirem estabelecer pontes entre os seus interesses e algumas das reivindicações que o colectivo exprima. Os poderes políticos devem criar pontes entre as populações de origem e as imigradas de forma a criarem laços sociais coesos. Ambas as partes devem conhecer-se melhor e escutar-se mutuamente. Muitos dos pontos de vista não são necessariamente distintos, nem contribuirão para um menor desenvolvimento ou agravamento da situação económica do país.

Para além de uma indispensável caracterização sociográfica da referida população, este estudo debruçou-se sobre a integração social dos emigrantes portugueses em Andorra, dando visibilidade aos processos e meios de migração (redes sociais e de parentesco), estabelecimento (integração) e identidade (sentimentos de pertença) de uma importante comunidade sobre a qual existiam poucos elementos estudados.

No que respeita à integração, podemos concluir que existem uma série de divisões que segmentam a sociedade andorrana. Tratam-se de indissociabilidades que nos podem levar a poder comprovar a existência de segregação política, laboral e cultural em relação à comunidade portuguesa estabelecida em Andorra. A comunidade portuguesa, não obstante o seu grosso número, tem uma importância residual a nível político, junto das autoridades governantes, e um fraco índice de integração no tecido social andorrano, podendo-se falar mais acertadamente de inserção social, nomeadamente a nível laboral, do que de uma plena integração no tecido social andorrano ou de uma assimilação da cultura andorrana. O voto e a representação política é um exclusivo dos andorranos, o direito ao exercício de uma actividade económica própria para os portugueses apenas é permitida depois de 20 anos de residência, certos segmentos profissionais são reservados à população autóctone e a língua catalã divide claramente as classes sociais, ao mesmo tempo que imprime um *status* social de maior prestígio a quem a domina.

Parecem sobressair, de facto, alguns défices no exercício da cidadania e de participação por parte do emigrante português. A segregação, a existir, provém de ambos os lados porque se, por um lado, aos andorranos lhes pode interessar a exclusividade na detenção de alguns privilégios, não deixa de ser verdadeira a quase inexistência de uma luta pelo usufruto dos mesmos por parte do colectivo português. À persistência de certos privilégios exclusivos dos andorranos ou naturalizados andorranos (e.g. possessão de actividade comercial, direito de voto) acrescente-se portanto a escassa reivindicação social que a comunidade portuguesa tem vindo a demonstrar⁵¹ até à data.

Os portugueses entrevistados reuniam entre si algumas características que resumem o modelo típico da emigração portuguesa do pós 2ª Guerra Mundial: baixa escolaridade, proveniente na sua maioria da Região do Minho ou de zonas interiores e rurais, viradas à vizinha Espanha.

Para além das afinidades sociográficas, pude encontrar algumas características sócio-culturais comuns nos emigrantes portugueses entrevistados: a predominância da emigração por motivos de ordem económica, fortemente apoiada em redes familiares; a preferência marcante pelo seu país de origem aquando da escolha das férias; a baixa estima social com que vêm o seu colectivo ser apreciado e que, curiosamente, é coincidente com a imagem que eles mesmo têm do colectivo do qual fazem parte e a escassa participação nas actividades culturais organizadas pelas autoridades governamentais ou municipais. Foi também comum o sentimento de injustiça perante o tratamento jurídico que o colectivo português recebe relativamente a outros colectivos. A naturalização parece estar fora do quadro mental do colectivo, mesmo daqueles que estão emigrados há mais tempo e que não pensam regressar.

⁵¹ Excepção feita ao recente trabalho do Conselheiro das Comunidades Portuguesas e da Embaixada de Portugal em Andorra, nomeadamente em relação a uma redução dos anos de residência necessários para a formação de uma empresa em nome próprio (reivindicação de um acordo bilateral entre Portugal e Andorra, à semelhança do acordo trilateral vigente entre França, Espanha e Andorra, que passe de 20 para 10 anos o período em questão).

BIBLIOGRAFIA

Batalla, Josepa, Casals, Mercè e Micó, Joan (2004), *La Immigració a Andorra*, Centre de Recerca Sociològica - Institut d'Estudis Andorrans, Andorra, Pagès Editors.

Battala, J. e Micó, J. (2001), *Estudi sobre l'oci i el consum cultural a Andorra*, Andorra, CRS-IEA

Baganha, Maria Ioannis (2002), "Dinâmicas migratórias em Portugal" in *Globalização: fatalidade ou utopia*, org. Santos, Boaventura Sousa, Edições Afrontamento, Porto;

Blanco, Cristina (2000), *Las migraciones contemporâneas*, Madrid, Alianza.

Blanco, Olegario Sotelo (1991), *La emigración gallega en Catalunya*, Barcelona, Edicions Sotelo Blanco;

Beristain, Martin (1999), *Reconstruir el tejido social*, Barcelona, Icaria.

Castles, S. (2005), *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*, s/l, Fim de Século Edições.

Comas d'Argemir, Dolors (2002), *Andorra, una economia de frontera*, Lleida, Pagès Editors.

Comas d'Argemir, D. e Pujadas, J. J. (1997), *Andorra, un país de frontera. Estudi etnogràfic dels canvis econòmics, socials i culturals*, Barcelona, Editorial Alta Fulla.

Comas d'Argemir, Dolors e Muñoz, Joan Josep Pujadas (1991), "Famílias Migrantes: Reprodución de la identidad y del sentimiento de pertenencia" in *Papers, Revista de Sociologia*, UAB, nº36 (monogràfic Estudis sobre la família), pp. 33-56.

Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro -Dinâmicas sociais da identidade cultural*, Oeiras, Celta Editora.

Gallego, Cármen Ranedo (2001), *La Inmigración Africana en Zaragoza. Espacio, discurso y memoria de los procesos migratorios en Aragón*, Tesis Doctoral, URV, Departament d'Antropologia Social i Filosofia.

Garcia, J. L. (2000), *Portugal Migrante*, Oeiras, Celta Editora.

Hendrick, G. (1974), *The Dominical Diaspora: from the Dominican Republic to New York City. Villagers in Transition*, New York, Teachers College Press.

Jackson, J. A. (1986), *Migrações*, Lisboa, Echer-Fim de Século Edições.

Leandro, Maria-Engracia (1995), *Au delà des apparences. Les portugais face à l'inserción sociale*, L'Harmattan, Paris.

Malgesini, G. (1998), *Cruzando fronteras. Migraciones en el sistema mundial*, Barcelona, Icaria.

Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidade – Migração, etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Lisboa, Celta Editora.

Mateos, Natalia R. (2004), *Una invitación a la sociología de las migraciones*, Barcelona, Edicions Bellaterra.

Martinello, Marco, ed., (1999), *Migration, Citizenship and Ethno-National Identities in the European Union*, 3ª ed., Ashgate Publishing Company, England.

Mitchell, J. C. (1969), *Social Networks in Urban Situations*, Manchester, Manchester University Press.

OCDE (2003), *Trends in International Migration: Annual Report 2002*, Paris, OECD.

Pascuet, Francesca Rós, em colab. (2001), *Evolució, estructura i dinàmica demogràfica andorrana*, 1ª ed., Govern d'Andorra – Ministeri d'Educació, Juventut i Esports, Monogràfics de Geografia, nº7, Andorra.

Peixoto, J. (1993), “Migrações e mobilidades: as novas formas de emigração portuguesa a partir de 1990”, *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc.XIX-XX)*, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 278-307.

Peixoto, J. (1998), “Emigração Portuguesa”, *História da Expansão Portuguesa*, pp. 153-181.

Portes, A. (1999), *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Lisboa, Celta Editora.

Rocha-Trindade, M. B. (1973), *Immigrés portugais*, Lisboa, ISCSP.

Rocha-Trindade, M.B., “Remigratorno: migração e retorno” in *História*, nº 98.

Starck, O. (1991), *The Migration of Labour*, Oxford, Blackwell.

Taylor, J. (1986), “Differential migration, networks, information and risks” in Oden Strok (ed.), *Research in Human Capital and Development*, vol. IV, Greenwich, Jai Press.

Wallerstein, Immanuel, em colab. (1988), *Raza, Nación y Clase*, Editorial Iepala, Madrid.

Westphalen, C. e Balhana, A. (1993), “Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa”, *Emigração/Imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc.XIX-XX)*, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp.17-27.

ANEXOS